



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

236ª SESSÃO

(SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA)

Em 20 de Novembro de 2018

(Terça-Feira)

Às 14 horas

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 58 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - A pedido do Deputado Simão Sessim, fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, por 1 minuto.

O SR. LUIZ COUTO (PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que dê como lido pronunciamento que faço em nome da Comissão de Direitos Humanos e Minorias sobre a ação de 100 policiais militares que efetuaram o despejo de famílias no Acampamento Novo Pindaré, em Pindaré-Mirim, no Maranhão. A pessoa que se diz dono do acampamento favorece um latifundiário, que é réu por uso de terras públicas no Piauí.

Sr. Presidente, eu queria também aproveitar a oportunidade para cobrar desta Casa que assegure aos servidores que trabalham na limpeza o recebimento daquilo a que eles têm direito. A empresa faliu, e eles estão sem receber desde outubro. Foram contratados, mas não receberam porque houve rescisão do contrato com a empresa. É preciso verificar isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Vou divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*, Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ COUTO.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel, do PT de Sergipe.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dar como lido meu pronunciamento. Solicito a V.Exa. sua divulgação no programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.

Quero registrar a realização do 35º Festival de Artes de São Cristóvão, em Sergipe, retomada pelo Prefeito Marcos Santana, que no ano passado fez um grande festival. Este ano novamente o festival foi o maior sucesso, com a presença do Governador, do Arcebispo e de Secretários. Parabênizo toda a gestão do Marcos Santana, Prefeito de São Cristóvão, todos os mais de 100 artistas locais do teatro e da dança, que lá estiveram de quinta-feira a domingo, oferecendo uma beleza de música e cultura.

Parabéns, São Cristóvão! Parabéns pelo festival! Sempre haverá recursos nossos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Vamos divulgar o seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais, por 1 minuto.

Depois falará a Deputada Benedita da Silva.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho aqui para também denunciar o abuso por grande parte do Poder Judiciário — nunca se pode generalizar.

No Dia da Consciência Negra houve esse despejo que eu quero denunciar. Foi no Quilombo do Campo Grande, Município Campo do Meio, a antiga Fazenda Ariadnópolis. Naquele quilombo, há mais de 20 anos, o povo vem produzindo — e produzindo muito — café de primeira qualidade e também milho. Houve uma grande produção nesses 20 anos.

Há um decreto do Governador, de interesse social, manifestando a importância de se garantir dignidade e acesso a todos os serviços para as 450 famílias. E agora o Judiciário vem, de forma arbitrária, autoritária, despejar essas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Vamos divulgar o seu pronunciamento, Deputado, no programa *A Voz do Brasil*.

Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim, do PP do Rio de Janeiro, por 1 minuto.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar o nosso contentamento — principalmente nós da Baixada Fluminense — com a nova Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE. A administração que ela vem impondo com as novas ferramentas de gestão que vem utilizando tem lhe dado posição de destaque. Inclusive, este ano, ela foi escolhida como a melhor empresa de infraestrutura do País no *ranking* da revista *Exame*.

Por isso, quero parabenizar a diretoria, presidida pelo nosso querido Jorge Briard, bem como os seus diretores, o Dr. Heleno e o Dr. Humberto, e também todos os funcionários pela excelente administração que empreenderam ao longo deste ano. Destaco a grande obra que para mim, como homem da Baixada Fluminense, é a obra do século, uma vez que atende a demanda de água de toda a Baixada Fluminense, dos seus 4 milhões de habitantes, que serão beneficiados com recursos da ordem de 3 bilhões.

Quero pedir a V.Exa. que autorize a inserção nos Anais da Casa, na íntegra, de artigo de hoje do jornal *O Globo*, de autoria do Presidente Jorge Briard, intitulado: *CEDAE, governança e transparência na gestão*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Vamos divulgar no programa *A Voz do Brasil*.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje é o Dia da Consciência Negra. Todos os 365 dias do ano deveriam ser o Dia da Consciência Negra. O povo brasileiro precisa respeitar mais os negros e as lutas que tiveram até hoje neste País. Zumbi do Palmares lutou muito para defender seu povo e por isso foi brutalmente assassinado.

Queremos que parem de ameaçar os negros, por parte do próximo Presidente da República, Jair Bolsonaro. Precisamos respeitar os negros, que são trabalhadores e discriminados, inclusive recebendo os piores salários e os piores trabalhos. Temos que respeitar as cotas. Precisamos reconhecer as terras dos quilombos. É disso que precisamos.

Peço a V.Exa. que permita o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MARCON.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero aqui homenagear o Dia da Consciência Negra no meu País, homenageando os poetas, os trovadores, a música, a cultura que o negro incorporou e miscigenou na nossa brasilidade, trazendo o poema *Trovador Negro*, de Jayme Caetano Braun, que diz assim:

*Negro de sorriso claro,
Como sinuelo de pampa,
Que sintetizas na estampa
Longínquas reminiscências;
Negro que lembras dolências
De alegrias e tristezas
Que andaram nas correntezas
Dos rios de muitas querências.
Essa cordeona que abraças
Com ciumenta intimidade
Traduz na sonoridade,
Quando teus dedos passeiam,
Madrugadas que clareiam,
Campos pelechando em flor,
Chinocas pedindo amor
E potros que corcoveiam.
E quando a cordeona espichas
Aberta como pra um pialo,
E o verso sai de a cavalo,
Sobre a cadência da nota,
Tua mirada remota
Se perde coxilha acima,
Como quem busca uma rima
Sem saber donde ela brota.
Tu sim és poeta, e o mundo
Pra ti se torna pequeno.
E nem mil poetas moreno,
Expoentes de Academia,
Campereando, noite e dia,
O vocabulário gasto
Podem dar cheiro de pasto
Como tu dás à poesia.
Negro de sorriso aberto
Como clarão de alvorada
Abre essa gaita aporreada,
E canta a mais não poder.
Canta negro até morrer,
Com força de mil gargantas,
Pois cantando como cantas*

Ninguém te iguala em saber.

Homenagem à negritude e à brasilidade daqueles que fizeram a nossa Pátria amada: os negros do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes, do Podemos do Maranhão.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de registrar a passagem do aniversário da cidade de Belágua, no Maranhão, no último dia 10 de novembro, quando completou 24 anos de emancipação. Parabenizo também o Prefeito da cidade, o Sr. Herlon Costa, que nesses 2 anos de gestão fez mais pela cidade de Belágua do que foi feito nos últimos 22 anos de sua existência.

Para se ter ideia, no último dia 10, ele entregou à cidade de Belágua o hospital totalmente reformado e equipado, entregou dois novos postos de saúde reformados e equipados e entregou uma creche que estava há muitos anos parada.

O Prefeito Herlon Costa não está só entregando obras na cidade de Belágua, mas principalmente reerguendo a autoestima da população daquele Município, que ainda é considerado o mais pobre do Estado do Maranhão, talvez do Brasil, o de mais baixo IDH. Contudo, eu tenho certeza de que, após a gestão do Prefeito Herlon Costa, que em apenas 2 anos já fez tanto por essa cidade, ela voltará a ser uma das melhores e mais prósperas cidades do Estado do Maranhão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Comunico às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que foi encaminhado ao Senado Federal o Ofício nº 1.195, da Secretaria-Geral da Mesa, de 13 de novembro de 2018, que restituiu àquela Casa o processado da Medida Provisória nº 843, de 2018, inclusos novos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2018, que corrigem inexatidão material constatada.

Concedo a palavra ao Deputado João Daniel, por 5 minutos.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu aproveito para registrar e parabenizar todos os movimentos negros brasileiros, em especial o Movimento Negro Unificado — MNU, que fazem um grande trabalho no Brasil e, especialmente, em Sergipe.

Quero registrar, neste Dia Nacional da Consciência Negra, o nosso total apoio à luta de todos os movimentos em defesa de uma sociedade justa, igualitária, fraterna, sem discriminação.

Quero também que seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa o nosso pronunciamento sobre o Dia Nacional da Consciência Negra.

Aproveito para deixar registrado que foi nos Governos Lula e Dilma que se ofereceu uma série de políticas públicas direcionadas à inclusão social dessa população, entre elas a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR, a demarcação dos territórios quilombolas e a política quilombola no Brasil, uma grande luta do povo brasileiro negro.

Eu tive a oportunidade de conhecer, logo que cheguei à Região Nordeste, a linda história de Zumbi dos Palmares. Acredito que o Brasil tem uma dívida histórica com os negros — e sabemos disso —, e essa dívida só será paga com uma sociedade livre, liberta, que garanta a todos os negros o direito à terra, à demarcação das áreas quilombolas, o direito à moradia, o direito à educação, à saúde, à cultura, o direito de preservar e praticar a sua cultura religiosa, de matriz africana. Temos visto e acompanhado quanta perseguição tem acontecido nos terreiros de candomblé. Tudo isso faz parte da luta de uma sociedade que precisa avançar. Por isso, quero deixar registrado este nosso pronunciamento e o nosso total empenho, como Parlamentar comprometido com as políticas públicas, na luta em defesa de uma sociedade justa e igualitária.

Sr. Presidente, também queria deixar registrada aqui uma declaração muito importante feita pelo Ministério da Saúde Pública de Cuba sobre o Programa Mais Médicos no Brasil, assinada em 14 de novembro de 2018.

Eu queria me solidarizar com todos os médicos cubanos que conheci em Cuba, em uma escola importante, a Escola Latino-Americana de Medicina de Cuba.

Eu tive a oportunidade de acompanhar a criação do Programa Mais Médicos, quando a Presidenta Dilma deu prioridade aos brasileiros aqui formados; em segundo lugar, aos brasileiros formados no exterior; e, em terceiro lugar, a médicos de outras nacionalidades. E nós acompanhamos a vinda para cá de várias delegações de médicos, a maioria cubanos.

No Estado de Sergipe e no Brasil inteiro há médicos cubanos. Nas aldeias indígenas do Brasil, a maioria dos médicos é do Programa Mais Médicos, e são cubanos. Ocorre que mais de 300 médicos estão deixando as aldeias.

É lamentável e triste o que faz o Governo que se elegeu — e ainda nem tomou posse — contra a Cuba, contra os médicos, em especial contra os brasileiros pobres, contra os trabalhadores, contra as trabalhadoras e, principalmente, contra as populações das comunidades rurais, das comunidades quilombolas e das comunidades indígenas.

Deixo aqui a nossa solidariedade ao povo brasileiro que neste momento perde o direito de ter um médico no local onde vive, a exemplo de comunidades no Estado de Sergipe, nos Municípios de Poço Redondo e Gararu, entre elas São Mateus.

Ainda ontem, eu ouvi o querido ex-Governador Jackson Barreto me contar o atendimento médico que presenciou em São Mateus, no Município de Gararu, 2 anos atrás: o médico tratava de forma respeitosa, carinhosa e amorosa aquela população. Aliás, nunca houve um médico que morasse naquele povoado. Por isso, nossa solidariedade a essas comunidades.

Quero dizer que nós repudiamos a forma como o Presidente eleito tratou Cuba, tratou os médicos cubanos e, em especial, desprezou e tratou mal aqueles que deixarão de ser atendidos, o povo brasileiro mais pobre.

Sr. Presidente, peço que meus pronunciamentos sejam divulgados pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - V.Exa. será atendido, nobre Deputado.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia. V.Exa. tem 5 minutos da tribuna.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje, 20 de novembro, é um dia importante para toda a população negra, para todo este País, dia de homenagem a Zumbi dos Palmares, que foi responsável pela consolidação do Quilombo dos Palmares em Alagoas.

Zumbi é uma referência para todos nós também graças ao trabalho do Movimento Negro Unificado, que, em 1978, em plena ditadura militar, realizou um congresso, no qual estabeleceu Zumbi como nossa referência e, lógico, vem trabalhando todo esse legado histórico para a população negra.

Foi justamente em 1993 que se consolidou o dia 20 de novembro como um dia em homenagem ao nosso companheiro, líder maior da população negra, Zumbi dos Palmares.

Sr. Presidente, eu apresentei um projeto polêmico para estabelecer o dia 20 de novembro como feriado nacional. Em diversos Estados e Municípios neste País esse dia já é feriado. Acredito ser importante estabelecer o dia 20 de novembro como feriado nacional para homenagear justamente esse cidadão brasileiro, lutador, que construiu um quilombo que deu refúgio a centenas, milhares de pessoas que não concordavam, não aceitavam ser açoitadas tampouco ser escravizadas neste País. É lógico que o projeto é polêmico, mas esta Casa deveria homenagear Zumbi dos Palmares, decretando feriado nacional no dia 20 de novembro.

Também apresentei um projeto para escrever o nome de Dandara, que também era uma liderança em Palmares, no *Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria*. O projeto já passou por esta Casa e está em tramitação no Senado. Espero que neste mês o Senado o aprove, para colocarmos o nome dela no *Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria*, medida fundamental para fortalecer a luta do povo negro neste Brasil.

Hoje, na Bahia, estão acontecendo diversas atividades, e eu quero aqui registrar dois discursos. O primeiro é uma homenagem à CONEN, a Coordenação Nacional de Entidades Negras, que faz 26 anos. Inclusive, na tarde de hoje, vai ser realizada uma caminhada do Campo Grande ao Pelourinho. Quero parabenizar a CONEN e todos os integrantes dessa entidade. O segundo discurso que quero registrar é mais denso e trata da importância da população negra na construção deste País, o que é muito importante para todos nós.

Sr. Presidente, hoje também eu não poderia deixar de registrar minha manifestação sobre o Programa Mais Médicos. O que o Governo Bolsonaro está fazendo com a população mais pobre deste País é inaceitável. Vão ficar sem médicos 1.740 Municípios. São Municípios que não têm condições de pagar o valor que os médicos brasileiros cobram para prestar atendimento em um plantão de 48 horas. É importante dizer isso. O Governo brasileiro está dizendo que está preocupado com a população, que está preocupado com os médicos cubanos, porque o dinheiro que recebem vai para Cuba e não para eles. Então, o que dizer da Uber, que explora seus trabalhadores? Por que não há igual preocupação em relação a eles?

O novo Governo brasileiro não quer cuidar de pessoas, não quer cuidar de gente, não vai cuidar dos pequenos Municípios. Essa é uma situação que se apresenta em pleno dia 20 de novembro, data em que se homenageia Zumbi. A população mais pobre deste País é a população negra. Ela é quem vai sofrer no Município sem um médico, sem o apoio da saúde. Ao

mesmo tempo, os Prefeitos não têm condições de pagar os médicos brasileiros para atender onde quer que seja, no interior. Para quem mora na capital, nas grandes cidades, muitas vezes já é difícil receber atendimento, imaginem a situação para quem mora nas pequenas cidades deste País.

Por isso, o que o Governo brasileiro está fazendo é um desserviço à saúde pública, e não podemos concordar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, nobre Deputado.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Sandro Alex, por 1 minuto.

O SR. SANDRO ALEX (PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero falar a respeito do Programa Mais Médicos. Cuba determinou hoje a imediata paralisação dos trabalhos dos médicos que estão no País. Essa determinação confirma que a ditadura cubana nunca se preocupou com a saúde dos brasileiros, e sim com o financiamento de um regime comunista. O Brasil cumpriu e está cumprindo rigorosamente todo o acordo até o presente momento.

Se, para o ano que vem, o novo Governo gostaria de um novo acordo, de uma nova conversação, de um novo diálogo, não haveria motivo para que esses médicos paralisassem imediatamente os trabalhos. Não houve nenhum descumprimento do acordo por parte do Brasil. Isso mostra que não se deve fazer acordo com governo criminoso e com bandido. Fica esse exemplo para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, também eu quero registrar a importante dia de hoje, 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares.

É necessário fazer um resgate. A Princesa Isabel assinou a lei que aboliu a escravidão, mas se esqueceu de assinar a carteira de trabalho dos ex-escravos. Ao longo desses anos todos, a população negra tem tido os piores empregos, as piores oportunidades. Existe um racismo institucional o País, e se luta para fazer políticas afirmativas.

O Governo Lula deu uma contribuição inestimável para a construção de políticas afirmativas no Brasil, tendo criado a SEPPPIR — Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que fez uma série de políticas de inclusão, como a relativa ao regime de cotas nas universidades e nos serviços públicos e a voltada para as comunidades quilombolas. Porém, essas reparações ainda estão muito longes das reparações necessárias.

Preocupa-nos o Governo que se elegeu — que se elegeu, inclusive, pregando que negro se mede por arroba. Espero que não haja um retrocesso. Vamos lutar para que isso não aconteça.

Deixo aqui, portanto, minha homenagem ao Dia da Consciência Negra.

Quero também registrar minha solidariedade irrestrita ao ex-Ministro e ex-Chanceler dos Governos Itamar Franco e Luiz Inácio Lula da Silva, Celso Amorim. Com mais de 40 anos de serviços relevantes prestados à diplomacia brasileira, ele foi, de forma indelicada e inconveniente, atacado pelo ex-subordinado hoje indicado para o Ministério das Relações Exteriores. O Ministro Amorim fez um debate no plano teórico, porque as ideias do futuro Ministro remontam às ideias da Idade Média. O futuro Ministro não só não teve competência, não teve grandeza intelectual para manter o debate no mesmo plano, como ameaçou passar um pente-fino, fazer uma caça às bruxas, na gestão de Celso Amorim.

Digo que, se ele for pela lupa do Iluminismo, ou Século das Luzes, não encontrará nada a não ser elogios a fazer à gestão de Celso Amorim. Se for com a lupa da Idade Média, ou Idade das Trevas, em que se queimavam mulheres em fogueiras acusadas de bruxas e se condenavam pessoas porque tinham religião diferente, talvez ele encontre algum motivo para tentar condenar o Ministro Amorim.

Registro, portanto, mais uma vez, minha solidariedade ao Ministro Celso Amorim, respeitado pela diplomacia do mundo inteiro. Fui Presidente da Comissão de Relações Exteriores desta Casa e vi o respeito de que o Ministro Amorim goza no mundo inteiro — ele é considerado o melhor Chanceler da história da República brasileira. É lamentável a indelicadeza do cidadão indicado para Ministro das Relações Exteriores, que mostra, por seu Twitter, que não tem nem a serenidade, nem a capacidade de fazer um debate o plano intelectual — não no plano da perseguição ou da ameaça —, prerrogativas que requer o cargo de Chanceler.

Por último, registro minha preocupação com os anúncios em relação à PETROBRAS. Acaba de ser indicado um cidadão chamado Castello Branco, chamado de *Chicago Boy*, daquela turma que quer privatizar tudo, quer entregar tudo, que já veio dizendo que vai privatizar a BR Distribuidora e vários ativos da PETROBRAS. Preocupa-nos porque nós sabemos

que o plano das grandes empresas multinacionais de petróleo é tomar conta do pré-sal, que é a maior reserva de petróleo descoberta no século 21. Só existe petróleo hoje na Rússia, no Oriente Médio, na Venezuela, no Brasil e nos Estados Unidos. O petróleo brasileiro é muito cobiçado. O Governo Temer iniciou o processo de entrega do petróleo do pré-sal. Agora não só ameaça entregar o que restou do pré-sal — o Governo Bolsonaro, nesse sentido, também —, como também ameaça fazer privatizações na PETROBRAS.

O projeto das grandes empresas, das grandes potências estrangeiras é transformar o Brasil, Presidente Manato, numa colônia exportadora de petróleo: reduzir drasticamente a atividade de refino e fazer do Brasil num mero exportador. Todas as empresas petrolíferas do mundo ou são empresas estatais, ou são empresas nacionais — todas as empresas petrolíferas do mundo! A PETROBRAS é uma delas. Todas as empresas vão do poço ao posto: fazem a extração, o refino, a distribuição e a venda na ponta, na bandeira.

No mundo há os produtores e os consumidores de petróleo. O Brasil está na categoria dos produtores. Portanto, tem que pensar e agir como tal. Essa política de retaliação, de venda de ativos da PETROBRAS, é uma política de enfraquecimento que vai matar a PETROBRAS e vai matar o País. As consequências nós já estamos vendo: gás de cozinha a 85 reais; gasolina a 5 reais, óleo *diesel* a 4 reais.

A PETROBRAS seria uma empresa estratégica para qualquer país — no Brasil isso não é diferente. É uma empresa estratégica para a política de compras, para a política de ciência e tecnologia e de desenvolvimento de parques.

A empresa decidiu agora fechar a planta da FAFEN — Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados — da Bahia e também a planta da FAFEN de Sergipe. O País do agronegócio não vai ter uma indústria de fertilizantes, vai ficar refém da importação de fertilizantes estrangeiros. Esse é só um exemplo da importância da PETROBRAS em todos os setores da economia. Como o país do agronegócio vai fechar duas plantas de fabricação de fertilizantes e que têm subprodutos também para a empresa petroquímica? Isso é uma amostra do que irá acontecer se for levada adiante essa política equivocada, antinacional, antissoberana, contrária aos interesses do País de entrega aos interesses estrangeiros desse que é o maior patrimônio do povo brasileiro: a PETROBRAS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Deputado, V.Exa. está sofrendo por antecipação. O novo Governo só começa no dia 1º de janeiro. Calma.

Deputado Orlando Silva, será uma honra ouvi-lo. V.Exa. dispõe de 4 minutos, para falar pela Liderança do PCdoB.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, colegas Deputados e Deputadas, eu venho à tribuna para, em nome da bancada do PCdoB, saudar todos neste dia 20 de novembro. O dia 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra, data escolhida em homenagem a Zumbi dos Palmares, rebelde e líder antiescravista que, na Serra da Barriga, em Alagoas, polarizou a luta pela libertação dos negros do Brasil. Zumbi dos Palmares, no ano de 1995, foi convertido em herói nacional e símbolo da luta contra a escravidão no Brasil.

O dia 20 de novembro é um dia de reflexão, quando o Brasil olha para si mesmo e avalia os caminhos para a superação do racismo, do preconceito, da discriminação. É um dia de luta, de mobilização, uma vez que o Brasil ainda tem profundas marcas dos 4 séculos de escravidão que marcaram o País, marcas profundas na sociedade que podem ser percebidas nos dados do mercado de trabalho, que mostram maior desemprego e menores salários, inclusive para o mesmo serviço prestado pelos não negros, entre e população negra.

Percebe-se o racismo, que é estrutural no País, nos dados da violência. O Atlas da Violência mostra que no ano de 2017, enquanto a taxa de homicídio entre a população não negra caiu aproximadamente 7%, no mesmo período houve um crescimento de 23% dessa taxa entre a população negra, sobretudo entre os jovens negros da periferia, os mais pobres, que têm sido vítimas de verdadeiro genocídio.

Por isso, que eu quero crer que o 20 de Novembro é um dia em que nós devemos celebrar as conquistas e também apontar os desafios, para que o Brasil possa romper o ciclo perverso do racismo, do preconceito, da discriminação. É momento também de celebrar a memória, a história, a luta. Eu próprio fui autor de projeto de lei que determina Luiz Gama como patrono da Abolição da Escravatura, colocando-o no panteão dos heróis nacionais. Hoje é fato que Luiz Gama foi reconhecido pelo papel histórico que teve na luta contra a escravidão. Proibido de frequentar os bancos da faculdade de Direito, transformou-se em advogado informal, ou rábula. Nos tribunais, foi responsável pela libertação de centenas e centenas de escravos no Brasil. E é, portanto, um símbolo da inteligência, um símbolo da capacidade do povo negro brasileiro, um símbolo da contribuição que o povo negro brasileiro deu e dá para o desenvolvimento do País.

Dia 20 de Novembro é dia de lembrar Zumbi dos Palmares, é dia de lembrar a luta do povo negro brasileiro pela sua liberdade, é dia de lembrar a contribuição que o povo negro brasileiro deu e dá para a formação social, econômica, histórica

e cultural do País. É assim, promovendo nossa história, promovendo a contribuição negra para o País, que nós abrimos caminho para superar o racismo, o preconceito, a discriminação.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, prestando uma homenagem a um líder cultural negro baiano muito importante que nós perdemos, infelizmente, pelo ambiente de polarização e radicalização política: Moa do Katendê. A forma como o perdemos me fez propor por projeto a criação do Prêmio Moa do Katendê pela Defesa e Promoção da Tolerância. Considero que o Brasil e a democracia brasileira devem ser objetos de devoção de todos nós. Quem conheceu Moa do Katendê, com seu jeito simples de falar, com sua voz tranquila, que sempre trazia mensagens de paz, quem conheceu sua trajetória cultural, seu peso e sua importância para as religiões de matriz africana pode atestar a importância de tê-lo como referência da defesa da cultura da paz, da tolerância, da diversidade e da democracia.

No tempo presente, assim como outrora reverenciamos Zumbi dos Palmares, assim como outrora reverenciamos Luiz Gama, devemos reverenciar Moa do Katendê como referência da cultura e da história do povo negro brasileiro.

Viva o dia 20 de Novembro!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo. Enquanto S. Exa. se dirige à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Átila Lira.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a eleição, no Piauí, do economista Antônio de Almendra Freitas Neto para presidir o Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE no Estado.

Freitas Neto foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Ministro de Estado e é hoje diretor de uma grande instituição de ensino. Freitas é um homem que tem experiência administrativa e conhecimento do Estado do Piauí.

Nós queremos aproveitar para registrar as palavras que ele declinou no momento da sua escolha. Portanto, peço que conste dos Anais da Casa a eleição de Dr. Freitas Neto para o Conselho do SEBRAE no Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, nobre Deputado.

V.Exa. será atendido, como manda o Regimento.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA.

Matéria referida:

– Jornal Meio Norte, de 20/11/2018, com matéria: "Freitas Neto no Sebrae"

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, do PT do Espírito Santo. *(Risos.)*

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados... *(Manifestação no plenário: do Pará!)*

É porque eu nasci no Espírito Santo e fui para o Pará aos 17 anos, onde estou há aproximadamente 40 anos. Naturalmente, tenho muitas boas lembranças do Espírito Santo, até porque, praticamente, a maioria dos meus familiares mora ainda lá.

Deputado Manato, infelizmente, no Espírito Santo, a maioria do povo votou no seu candidato, Bolsonaro, mas, no Pará, a maioria do povo votou em Haddad. Então, é claro que o povo paraense já começa a sofrer com as medidas desastrosas que esse destrambelhado Bolsonaro fica anunciando todo dia.

Ele pensou que o Governo cubano era alguém que tinha algum "medinho", alguém que ia pensar duas vezes para tirar os médicos daqui. O Governo cubano enfrentou o império americano e ainda enfrenta até hoje o bloqueio americano. Como ele ia ficar refém de um despreparado desse que o povo brasileiro elegeu, de um cidadão que não tem nenhuma capacidade para ser Presidente do Brasil?

O povo do Pará começa a sofrer porque lá há Municípios que têm seis ou sete médicos. Não adianta dizer que vão ser substituídos, porque os médicos que forem substituir até podem ir para os lugares mais fáceis, mas eu quero ver se vão lá para o interior de São Félix do Xingu — o Município já é muito interior do Brasil — e, quando se chegar lá, ainda andar uns 200 quilômetros para chegar a um distrito que tinha um médico cubano, aplaudido pela população.

Só um louco como esse Bolsonaro é capaz de falar tanta bobagem, tantas coisas erradas. Ele não foi para os debates porque lá seria perguntado: "Você vai mandar os médicos cubanos embora?" E ele não teria coragem de dizer. Também seria perguntado: "Você vai vender a PETROBRAS?" E ele não ia ter coragem de dizer. Ele não foi aos debates por isso. Aí,

depois de eleito, fica falando coisas... E se estreparam com o Mais Médicos — essa que é a verdade —, um dos programas fantásticos.

Ele já era contra e nunca escondeu isso aqui na tribuna. Esse povo sempre foi contra levar mais saúde pública para os pobres. As Unidades Básicas de Saúde estão praticamente todas paradas. Depois que tiraram Dilma, são centenas e centenas de UBSs paradas em todo o Brasil. As Unidades de Pronto Atendimento estão fechadas porque o Governo Federal não libera dinheiro para aparelhar as UPAs, os Governos Estaduais também não e os Municipais naturalmente não, até porque isso não é tarefa deles. Se quem as construiu foi o Governo Federal, quem precisa aparelhá-las é ele.

Foram três medidas contra a saúde.

Primeira medida: lei que limita gastos por 20 anos — menos dinheiro para a saúde.

Segunda medida: acabar com a partilha do pré-sal. V.Exa., Presidente, sabe que, quando nós votamos aqui a partilha do pré-sal, ficou cravado no papel — portanto, é lei — que 25% dos *royalties* iriam para a saúde e 75% dos *royalties* iriam para a educação. Não foram e não vão, porque estão entregando o pré-sal para o capital internacional.

Terceira medida: acabar com o Programa Mais Médicos.

Foram três medidas de Temer para cá — Bolsonaro é uma continuidade piorada de Temer — para enfraquecer e piorar a saúde pública neste País.

Eu penso que esta eleição de Bolsonaro deveria ser anulada, porque ela foi fraudada. Eu já vi Senador perder mandato por 10 reais, 20 reais. E esta eleição, que teve bilhões do WhatsApp de forma ilegal, deveria ter sido cancelada, anulada. Bolsonaro não tem legitimidade para ser Presidente do Brasil.

Solicito a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Deputado, ajude o Manatinho. Não faça isso, não! Já acabou a eleição. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Vicentinho Júnior, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Vou ser bem breve, para colaborar com o rito da Casa.

Depois que passaram as eleições no Estado do Tocantins, Sr. Presidente, eu dei o tempo devido para que o Governador, naquele momento, interino, agora, eleito, tomasse verdadeiramente pé da situação do Governo Estadual, entendesse as demandas reais, verdadeiras, não mais falaciosas da época de eleição, na área de saúde, infraestrutura e segurança pública e fizesse do seu discurso no pleito eleitoral a prática no seu mandato agora em exercício.

Nas eleições que passaram, Presidente Manato, o Governador Mauro Carlesse, apoiado e orientado por seus marqueteiros, usou muito o termo "estabilidade": "*Um Governo para manter a estabilidade do Estado de Tocantins, para manter os serviços estáveis, para manter o que é de direito do cidadão tocantinense estável...*" "Estabilidade". Eu ouvi tanto essa palavra, assim como todos os outros tocantinenses, durante os meses de eleição. Passaram as eleições, começo a ver a crise que se instaura no meu Estado.

Antes de vir fazer minha fala aqui hoje, busquei no Aurélio, o nosso dicionário, o significado da palavra "estabilidade". Às vezes, estou indo ao desencontro do seu verdadeiro significado. Mas pude ver que a palavra "estabilidade" — firmeza, solidez, imobilidade, condição do que se mantém constante e invariável —, infelizmente, ficou nos discursos falaciosos de um candidato que se apoiou na estrutura da máquina estadual, na própria condição financeira, para enganar o povo tocantinense, e que nem sequer esperou o mês de janeiro de 2019, quando o novo mandato se iniciará, para mostrar sua verdadeira face instável ao Tocantins.

Já agora, muito recentemente, nesses dias, vê-se a discussão, vê-se o dissenso, vê-se a falta de responsabilidade com a coisa pública no meu Estado. Ainda nas eleições, foram mostradas pelo *GI* e pelos meios de comunicação do Tocantins e do Brasil fotos de ratos no Hospital Regional de Araguaína, resultado do acúmulo do lixo hospitalar.

Ora, o Hospital Regional de Araguaína é um hospital importantíssimo na região norte do Estado e na Região Norte do País. Para enganar o eleitor, a sujeira foi jogada para debaixo do tapete. Aliás, a sujeira não foi jogada para debaixo do tapete, muito pior, foi colocada em galpões de um Deputado Estadual de sua base de apoio político, até há poucos dias, Líder do seu Governo na Assembleia, situados no Distrito Industrial do Município, onde há fábricas que produzem alimentos para consumo humano e fábricas que produzem ração para consumo animal. Estavam lado a lado as fábricas e os galpões de propriedade desse Deputado Estadual, até então Líder do Governo, com lixos hospitalares, correndo o risco de contaminar tanto o alimento para consumo humano quanto a ração para consumo animal, que, *a posteriori*, também alimentarão humanos, sem um pinga de consciência com a coisa pública e com a condição humana.

"Bota em baixo da tapete." "Engane os eleitores!" "Eleição passa ligeiro." "Depois a gente vê como faz." Depois vemos como faz... Veio, então, a valorosa Polícia Civil do Tocantins, Estado esse, companheiro Aloísio, que tem em seus dizeres: *Tocantins: o Estado da livre iniciativa e da justiça social*, e que hoje pode ganhar um novo *slogan*: Tocantins: o Estado que a polícia investiga e é tratada como marginal, e o valoroso Delegado Boaventura, da Regional de Araguaína, vendo a ilicitude escancarada, a coleta de lixo hospitalar feita sem licitação ao custo de quase 500 mil reais mensais para o Estado, onerando os cofres públicos e sendo faturados por empresas do seu Líder de bancada na Assembleia Legislativa, lixo colocado ao lado de alimento de consumo humano, como aqui falei...

Quando investigamos, denunciemos e vamos atrás de punir os responsáveis. Mas, o Governo do Estado, em vez de pregar estabilidade, moralidade, segurança à coisa pública, penalizou o delegado, porque deu ordem de prisão ao proprietário de uma das empresas, pai do Líder da bancada do Governo na Assembleia, que, além de ser dono dos galpões, é o dono oculto das empresas que faturam com a coleta de lixo do Hospital Regional de Araguaína.

O que é isso? Em vez de se apurarem os fatos e penalizar a quem devidamente se deve imputar esse crime, exonera-se, com a justificativa de diminuir os custos com a segurança no Estado, não apenas o Delegado Boaventura, de Araguaína, mas outros doze delegados regionais. Eu quero saber do Governador Mauro Carlesse quem vai fazer o controle, a segurança regionalizada no Tocantins. Não satisfeito com tantas matérias, como a do *GI*, que citei aqui, sobre os ratos nos hospitais, sobre a coleta de lixo de forma irregular, vem a retaliação aos delegados.

Em posição firme, baseada em apoio popular, o valoroso Secretário de Segurança Pública, Fernando Ubaldo, mostrou-se solidário com seus colegas de segurança pública. E, nesta semana, todo o quadro da Segurança Pública do Estado do Tocantins entregou as funções, do Secretário aos Delegados Regionais, por não concordarem com a perseguição — essa é a palavra que define o que acontece — do Governador Mauro Carlesse à segurança pública responsável, que não está lá para cuidar dos interesses do Governador, dos interesses do Líder do Governo, e sim dos interesses de nós tocaninenses, que pagamos os seus salários.

Assim feito, registro a solidariedade deste Deputado Federal com os delegados regionais, com o quadro dos coordenadores da Segurança Pública do meu Estado em tudo que for possível. Falei há pouco com o Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis, Dr. Mozart, valoroso delegado, e lhe disse que faremos o que pudermos para colaborar para que se faça valer o respeito devido, bandeira do nosso Presidente Bolsonaro, à segurança pública no Estado brasileiro. Penso serem merecedores de valor os policiais militares, os policiais cíveis, os policiais federais para que a verdadeira segurança pública seja sim valorizada. Eu espero que, logo — assim, seja — que este Governador inicie seu novo mandato em janeiro, possa mostrar a que veio e mostrar o verdadeiro significado da palavra estabilidade.

Para finalizar, Sr. Presidente, no momento em que o País pede transparência, no momento em que o País combate à corrupção, combate à criminalidade, ao crime organizado, após ter exonerado os delegados que buscam os corruptos — vejam que absurdo! —, exonera a servidora Cláudia Regina de Sousa Silva, justamente a Gerente de Transparência e Combate à Corrupção do Estado do Tocantins.

Governador Mauro Carlesse, eu disse que faria oposição ao senhor sempre de forma respeitosa. Para o que for bom para o meu Estado, conte com este Deputado Federal. Mas não conte com o silêncio deste Deputado Federal para esse tipo de patifaria no meu Estado, pois não foi para isso que foi eleito e não foi com o discurso dessa prática que convenceu seus eleitores a lhe darem a condição de governar o Tocantins por mais 4 anos. Eu espero que esses arranjos para trazer moralidade ao seu mandato aconteçam o mais rápido possível, para que a segurança institucional, política e responsável aconteçam em seu mandato.

E quero dizer o que está acontecendo no o Estado do Tocantins não é o está em seu brasão, nos dizeres *Co Yvy Ore Retama*, "Esta terra é nossa"...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Gostaria de registrar a presença aqui do eleito Deputado Federal Charles Evangelista — irá assumir o mandato no dia 1º de fevereiro —, de Juiz de Fora, Minas Gerais, que, para nossa honra, é do PSL.

Obrigado pela visita. Fique à vontade, Vereador, futuro Deputado Federal. É uma honra tê-lo aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, hoje, 20 de novembro, comemoramos o Dia da Consciência Negra. Destaco que um dia de consciência é importante. É um dia para intensificarmos essa campanha, mostrarmos as mazelas que ainda existem em nossa sociedade, como o racismo, a falta de respeito para com a pessoa humana.

Segundo o IBGE, 53% de toda a população brasileira é negra — ou seja, no Brasil, a maioria da população negra — e 68% da população brasileira analfabeta é negra e 70% da população brasileira que vive na extrema pobreza é negra. E o que é muito triste — não que estes outros dados não sejam: a cada 12 minutos é assassinado um negro neste País. Isso é mais do que as guerras! Vejam, a cada 12 minutos!

É verdade que, às vezes, se destaca quando uma liderança negra é assassinada, mas, nos morros, no interior, em cidades como Ouro Preto. Em Minas Gerais isto é frequente em todos os lugares. Há o extermínio, sobretudo, da juventude negra. Agora, basta ser negro para ser colocado na parede, muitas vezes, pela polícia. Isto ocorre em Ouro Preto, em Salto da Divisa, em Santo Antônio do Jacinto, com frequência. Só o fato de o negro estar na rua é o suficiente para ser tratado como suspeito. É um absurdo tanto racismo, tanta discriminação em relação ao povo negro, que é quem mais contribuiu com nosso País.

Eu, que morei 9 anos em Mariana e, em toda aquela região, muitas vezes me sinto constrangido quando entro num grande templo, numa grande igreja e vejo toneladas de pedras lá nas alturas, fruto do trabalho escravo. Há diversos museus suntuosos, todos feitos com trabalho escravo. Nas fazendas, há aqueles muros, divisas de pedras feitas com trabalho escravo. E hoje a elite ainda está lá, explorando os outros, e tudo isso por conta da grande contribuição dos negros.

Ainda há essa perseguição, essa criminalização do negro, que leva a uma superpopulação carcerária. De toda a população carcerária, 75% é negra. Por que negro é bandido? Não! É porque o filho do papaizinho — como filhos de Senadores que temos aqui — pode ser traficante, por ter um helicóptero cheio de cocaína, que não há lei para ele; é promovido para Ministério! Nós temos como Senadores Aécios brancos, e estes políticos são poupados.

Para estes não há lei nem Constituição, como não há para o Deputado Onyx Lorenzoni nem para o Juiz Moro, que cometem crimes e desrespeitam a Constituição.

Por isso, 75% da população carcerária é negra. Para eles há o rigor da lei. E mais, são presos mesmo sendo inocentes, por terem sido considerados suspeitos ou por estarem na rua em determinada hora.

A essa altura da história, temos de dizer ao Presidente eleito que o negro é gente, que o negro não é gado. É uma vergonha ter um Presidente eleito que trata o negro como gado, como arrouba, que não serve nem para reproduzir. Isso não é *fake*, não. Há vídeos e provas da fala dele.

É lamentável que grande percentual da população brasileira comungue dos absurdos ditos por esse moço, que infelizmente foi eleito. Ele disse que nenhum centímetro de terra será dado aos quilombolas e aos indígenas. Nega terra, nega água, nega medicamentos, nega tudo! O que será da nossa população negra? O que será?!

Espero que este Parlamento pelo menos diminua o sofrimento do nosso povo, dando-lhe dignidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul.

V.Exa. tem 5 minutos na tribuna.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu subo a esta tribuna para analisar um dos programas mais bem-sucedidos da história da implantação do sistema público de saúde do nosso País, que é o Programa Mais Médicos.

O Brasil, durante muitos e muitos anos, enfrentou a carência de médicos em diferentes cidades, em regiões ermas e distantes e também em bairros da periferia de grandes centros do nosso País. Este era um problema real. Deputada Luiza Erundina, milhões de pessoas sem atendimento médico digno, sem direito a um médico que fosse a referência daquela comunidade, daquela região.

Eu já tive a honra de ter sido Secretário de Saúde de Porto Alegre. A minha formação é em Medicina Geral Comunitária. Este modelo de atendimento é extremamente adequado e produz resultados fantásticos na melhoria das condições de saúde de um povo.

Pois bem, em dado momento, depois de muitas e muitas tentativas, na busca de médicos brasileiros que fossem atender nas regiões mais distantes e desfavorecidas, o Governo da Presidenta Dilma tomou uma decisão corajosa e lançou o Programa Mais Médicos.

Primeiro, neste programa, sempre foi aberta a contratação para médicos brasileiros. Todos os médicos brasileiros que quisessem preencher as vagas necessárias tinham prioridade, mas nós não conseguimos preenchê-las. Aí nós recebemos um aporte fundamental de milhares de médicos de uma nação que investe muito em saúde pública, que é a nação cubana.

Também vieram médicos de Portugal, da Espanha e de outros países para se agregarem ao Programa Mais Médicos. Como agiu a Oposição à época e que hoje está eleita para assumir o Governo do País? Tratou de fazer desse debate um debate ideológico, atacando os médicos cubanos, disseminando preconceito, dizendo que eles eram despreparados, que a população iria ser mal atendida. O Presidente eleito Bolsonaro dizia inclusive, Deputado Daniel Almeida, que esses médicos vinham para cá para roubar o dinheiro brasileiro, para espionar dentro do Brasil. Disse uma série de absurdos.

Pois bem, infelizmente, um dos primeiros grandes impactos negativos da vitória de Bolsonaro, numa eleição extremamente controversa, está hoje sob a realidade do nosso País. Ou seja, Cuba decidiu, obviamente, com a dignidade de uma nação que tem que preservar a dignidade dos seus médicos, que não vai mais participar do programa porque não veio para cá para ser agredido, não veio para cá para ver os seus concidadãos médicos que vieram para contribuir com o sistema de saúde pública brasileiro serem agredidos pelo Presidente eleito do País.

Agora, a pergunta que eu faço desta tribuna para os líderes de Bolsonaro na Casa é quando e como vão repor esses médicos, porque aqui nós não estamos tratando de ideologia, nós não estamos tratando — eu peço um minuto para concluir, Presidente — de ser de esquerda ou de direita, nós estamos dizendo que milhões de brasileiros vão ficar sem atendimento médico por essa agressão gratuita, desnecessária e irresponsável que o Presidente eleito cometeu ao longo da campanha e ao longo do período de implementação do programa.

Muitos que compõem a elite brasileira não sabem o que é viver sem acesso a um médico, pois aqueles que vinham aqui discursar contra o Programa Mais Médicos, num estalar de dedos, vão a consultórios para ser atendidos por médicos privados ou pelo médico a que eles têm acesso dentro do sistema público. Agora os milhões de brasileiros que passaram a ter o direito de ser atendidos com dignidade, com qualidade, querem manter os seus médicos.

Eu dei entrada nesta Casa em um pedido de informações para acompanhar, mês a mês, a reposição desses médicos. Em diversos Municípios só esses médicos estavam atuando. O que aconteceu é um prejuízo inestimável para a saúde pública do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, quero parabenizar a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, a Rede Fulanas e o Instituto de Mulheres Negras do Amapá pelo II Encontro Estadual das Mulheres Negras que ocorre agora em Macapá.

O momento é decisivo para consolidar os direitos do povo negro, promover a igualdade e a justiça. Não aceitamos retrocesso. É urgente ampliarmos as políticas de reparação na educação, na saúde, na renda, na superação da violência e na inserção das mulheres e homens negros nos espaços de decisão.

O Amapá reelege a Deputada Estadual negra Cristina Almeida, do PSB, a quem parabenizo. É importante, mas insuficiente, porque negros e pardos são quase 80% da população do meu Estado do Amapá.

A população negra tem o meu compromisso de luta!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Vamos divulgá-lo no programa *A Voz do Brasil*, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Waldir, por 1 minuto.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero lembrar os companheiros Parlamentares do PT que foram 57 milhões de votos. Por isso, peço que abaxem a cabeça e aceitem o resultado das urnas. Eu sei que eles estão "apaixonados" pelo Presidente Bolsonaro, pelo Ministério que ele está montando e pelas medidas que ele está tomando. Eu penso o seguinte: vamos até fazer uma estátua para o Bolsonaro porque o Moro foi para o Ministério da Justiça.

Mas antes que isso aconteça, eu quero lembrar os nobres companheiros que o Presidente é o Temer e que Bolsonaro livrou os médicos cubanos da escravidão, liberou os médicos cubanos da escravidão. Fiquem tranquilos! Em 1º de janeiro V.Exas. terão a resposta do nosso governo. Iremos colocar médicos... O que V.Exas. não fizeram...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado. Deputado Delegado Waldir, depois V.Exa. se inscreve para falar novamente.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, por 5 minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dia 18 de novembro, nós celebramos em todo o Brasil o Dia do Conselheiro Tutelar, importante função criada em julho de 1990, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA. Parabenizamos todos os conselheiros que cuidam dos direitos da criança e do adolescente. Faço este pronunciamento para homenageá-los.

Sr. Presidente, também quero lembrar que hoje é o Dia da Consciência Negra. No Brasil a maioria da população é negra. Muitas vezes, ela é violentada. Nossa juventude negra está sendo dizimada, assassinada. Outra parte é colocada na cadeia. Na realidade, nós precisamos cuidar para que o Brasil respeite a maioria do povo brasileiro, que é constituído de negros e de negras.

Além disso, Sr. Presidente, quero também neste momento dizer que o puxa-saquismo está crescendo cada vez mais. Na realidade, nós verificamos que, além de desqualificar a ação dos médicos cubanos e depois dizer que era para defender os direitos dos cubanos, ele não sabe o que faz.

Quando alguém indica um Ministro, ele diz: "*É o Guedes que está indicando*". Na realidade, eu não sabia que o parlamentarismo foi implantado no Brasil e que Guedes é o Primeiro-Ministro, o que manda em tudo. Se não funcionar, reclame do Guedes, e não de Bolsonaro.

É claro que quem é acusado de insanidade mental não pode tratar as coisas dessa forma.

Agora ele vem com mais esta: a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, que o Governo atual, juntamente com ele, queria entregar aos cuidados dos Estados Unidos. E ele sabe que aquela terra é dos quilombolas do Maranhão, que ela foi dada a eles antes da abolição da escravatura.

Infelizmente, nós estamos vendo um desrespeito. E agora ele diz que vai cuidar dos quilombolas, que vai dar empregos a eles, que eles vão aprender a lançar foguetes.

É engraçado! É uma vergonha um Presidente falar isso, desrespeitando o fato de que aquela terra pertence aos quilombolas, que não pode haver expansão do centro porque vai esbarrar na luta quilombola do Maranhão.

Os quilombolas que estão lá vão lutar e dizer que não aceitam que aquele centro de lançamento de foguetes seja entregue de mão beijada, a preço de banana, ao Governo americano.

É triste verificamos que, em um momento, ele diz uma coisa; em outro, diz outra. Ninguém sabe que palavra vale.

Nesse sentido, queremos dizer que vamos fazer uma defesa. A Comissão de Direitos Humanos vai fazer uma diligência lá em Alcântara, no Maranhão. Vamos marcar a data para irmos lá conversar com os nossos quilombolas e dizer que nós estamos unidos na luta, porque aquela terra pertence a eles. Ela lhes foi dada antes de qualquer lei. Antes da abolição da escravatura, ela foi entregue a eles, para que ali pudessem produzir e viver dignamente.

É isso o que todos nós queremos.

Presidente, queremos que este pronunciamento seja registrado nos Anais da Casa e publicado nos meios de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Obrigado, Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ COUTO.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Antes de passarmos para o Grande Expediente, concedo a palavra à nobre Deputada Maria do Rosário, por 1 minuto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero deixar registrado um pronunciamento sobre o Dia da Consciência Negra, um dia dedicado a Zumbi e Dandara, à luta do povo negro, homens e mulheres que todos os dias nos ensinam muito o que é defender direitos e construir um Brasil melhor.

Neste pronunciamento quero deixar registrada a minha indignação com a falta de resultados da investigação do crime cometido contra Marielle Franco, que expôs as vísceras de um sistema racista.

Quero também destacar a frase de Iyá Sandrali de Oxum, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que disse, em relação ao assassinato de Marielle, que isso nos alerta para sermos escudos. Nós, que não somos negros e negras, devemos ser o escudo, para garantir o protagonismo dos negros e negras na defesa de seus direitos, porque séculos de exploração do corpo e tentativa de apagamento da história não foram ainda reparados devidamente.

Sr. Presidente, ao lado do povo negro, quero...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, por 1 minuto.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero desta tribuna repudiar a insensatez do Presidente eleito, que, agredindo os médicos cubanos e a nação cubana, estabeleceu outra ordem de critérios; depois ele mesmo se desmentiu. Um dos critérios agora é dizer que é contra o trabalho escravo, que o cubano é escravo. Só que hoje está nos jornais — foram atrás disto — o depoimento dele de 2013, quando dizia ser contra os cubanos trazerem a família, o que o Programa Mais Médicos não proíbe. E ele dizia que ia trazer 20 agentes comunistas e espiões para cá. Agora ele está falando em defender direitos humanos.

Presidente cínico, deslavado! Cínico!

Viva o povo cubano!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, por 1 minuto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo à Justiça Federal do Estado do Mato Grosso do Sul no sentido de que contribua para a regulamentação e para a garantia da segurança dos povos indígenas da região, particularmente dos guaranis-kaioiwás.

Os guaranis-kaioiwás estão em várias aldeias ou *tecohas* — é assim que chamam lá —, como a *tecoha* Laranjeira Nhanderu, desde 2007. Eles estão numa área delimitada, resultado de um Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público Federal e a FUNAI.

Desde 2009, a área deveria ter sido demarcada, mas infelizmente não o foi. Isso criou uma insegurança enorme. Na área, há 180 indígenas, muitos dos quais crianças.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues.

Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as cadeias estão cheias porque as escolas estão vazias, e os professores são massacrados dentro das salas de aula. São 10.802 ocorrências de violência dentro das escolas. Enquanto tivermos escolas mal ocupadas, as cadeias estarão cheias. Mais educação e menos prisão!

Sr. Presidente, solicito seja aceito como lido meu pronunciamento.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Eu vou conceder a palavra ao Deputado Chico Lopes por 5 minutos. Em seguida, teremos mais uma rodada de 1 minuto por orador.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a PETROBRAS está na mira privatista de Jair Bolsonaro. Nem a preservação do miolo da PETROBRAS está garantida, se depender da "carta branca" que o Presidente eleito deu ao Superministro Paulo Guedes. A reafirmação, pelo Presidente eleito Jair Bolsonaro, de que parte da PETROBRAS pode ser privatizada é a confirmação de que esta estatal estratégica está, sim, sob ameaça.

O Presidente eleito assumiu uma agenda entreguista ao dizer que deu "carta branca" a Paulo Guedes — não sei quem é este desgraçado —, para definir a equipe econômica. A indicação de Roberto Castello Branco para a Presidência da PETROBRAS faz parte da autonomia do chefe da área econômica, conforme admitiu o Presidente eleito na entrevista concedida na segunda-feira. Ele também lembrou que viu com bons olhos, lá atrás, a questão da EMBRAER, a entrega da empresa brasileira com excelência em tecnologia na indústria aérea para a Boeing, gigante monopolista no setor mundial. Segundo ele, a empresa pode, sim, ser privatizada se não houver solução. "*Acaba com esse monopólio estatal e ponto-final!*", disse ele.

Este é exatamente o pensamento de Paulo Guedes, o homem "carta branca" que, em entrevista à *Folha de S.Paulo* no dia 25 de fevereiro deste ano, afirmou que a solução para zerar a dívida pública seria privatizar tudo. Não por acaso, ele nomeou Castello Branco para a Presidência da PETROBRAS, pois é militante da privatização estatal.

Sr. Presidente, nós sabemos que a PETROBRAS sempre foi uma luta dos brasileiros de ontem e de hoje. O petróleo é nosso! No entanto, esses jovens, arrumados na cultura dos Estados Unidos, vêm aqui vender aquilo que não é deles, porque não trabalharam para ter aquilo.

Portanto, fica nosso protesto, nosso ódio de classe àqueles que querem vender nosso patrimônio nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Enquanto o Deputado Ronaldo Lessa se dirige à tribuna para falar no Grande Expediente, tem a palavra o Deputado Daniel Almeida. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de homenagear e saudar todos os que lutam contra a discriminação racial, de Zumbi dos Palmares a todos os que deram suas vidas, seu sacrifício e sua luta permanente para superar desigualdades que são absolutamente inquestionáveis.

Estão aí todos os elementos, todos os dados dos institutos, todas as estatísticas, no cotidiano de cada um de nós, de que os negros são violentados, são os que mais morrem, são os que estão nas prisões de forma indiscriminada, aqueles que recebem os menores salários, aqueles que mais trabalham, mas não ocupam os principais postos de comando no nosso País, ausentes nas universidades e, por isso, precisam de políticas afirmativas.

Hoje, portanto, é um dia de reflexão e muito mais de afirmação da luta em defesa da igualdade racial e contra a discriminação religiosa, inclusive.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu pedi a palavra apenas para concluir algumas palavras. Eu me referia ao povo guarani-kaiowá do Estado de Mato Grosso do Sul, preocupado porque há uma decisão da Justiça Federal de Dourados, em Mato Grosso do Sul, que precisa ser revista. Esta decisão autoriza a polícia a despejar 180 indígenas da comunidade Laranjeira Nhanderú.

Portanto, faço um apelo pela segurança indígena, pelo direito dos povos indígenas e da comunidade guarani-kaiowá às suas terras ancestrais. Um país continental como o nosso não pode violentar os direitos indígenas.

Um abraço!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes. Depois, falarão os Deputados Betinho Gomes e Angelim.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é bom celebrar, com trabalho, o Dia da Consciência Negra.

Eu queria falar de uma passagem histórica nesta Câmara que hoje completa 10 anos. No dia 20 de novembro de 2008, quando esta Casa construiu a unidade com diversas Lideranças partidárias, votamos a Lei de Cotas para o ingresso às universidades públicas neste País. A Lei de Cotas é um sucesso: democratizou, transformou as universidades, que ficaram com a cara do povo brasileiro. Portanto, é sempre bom celebrarmos este dia.

Eu acho que nós deveríamos, durante esta semana e este mês, pautar outro projeto importante, fruto coletivo desta Casa: a CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres. O Projeto de Lei nº 2.438, de 2015, oriundo de uma CPI, já foi aprovado no Senado, já passou pela Comissão Especial nesta Casa e está pronto para vir para o plenário. Seria muito importante pautá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria reiterar o pedido já feito à Direção Nacional da Caixa Econômica Federal para reabrir a agência que foi fechada em função de assalto ocorrido no Bairro Ponte dos Carvalhos, no Município de Cabo de Santo Agostinho. Já encaminhei ofício e quero reforçar o pedido da reabertura de uma agência tão importante para a população do bairro, na Região Metropolitana do Recife, cidade do Cabo de Santo Agostinho.

Em tempo, quero registrar, com satisfação, a decisão da Justiça Federal que determina, a partir desta data, a redução das tarifas do metrô em algumas cidades da Região Metropolitana do Recife. Participei ativamente desta luta, acionando a Justiça, para que pudéssemos rever o aumento de quase 90% nas tarifas, que afeta trabalhadores e cidadãos que dependem desta modalidade de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Angelim, último orador do Pequeno Expediente. Em seguida, iniciamos o Grande Expediente.

O SR. ANGELIM (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero repudiar a atitude ilegal, insensata e arbitrária tomada pelo TRF da 1ª Região de Brasília, ao transferir, de forma intempestiva, as turmas dos Juizados Especiais Federais do Acre e de Rondônia, unificando-as e transferindo-as para o TRF do Estado do Piauí, a 3.500 quilômetros do meu Estado. Isso gera prejuízos incalculáveis para o Estado, além de aumentar a morosidade nos processos judiciais.

Quero repudiar a atitude e pedir providências ao Conselho Nacional de Justiça, até porque essa medida contraria resolução do Conselho Nacional de Justiça. Essa medida está deixando todos — Poder Judiciário, Ministério Público, Governo dos Estados, Prefeituras — muito indignados, uma vez que foi tomada sem nenhum tipo de conversa com os órgãos do Acre. Inclusive, a medida data de ontem, dia 19 de setembro.

Sr. Presidente, solicito que este meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, nobre Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ANGELIM.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, a quem agradeço a compreensão, o Deputado Ronaldo Lessa, do PT de Alagoas, pelo prazo regimental de 25 minutos.

O SR. RONALDO LESSA (PDT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, coincidentemente, venho a esta tribuna para um pronunciamento, representando o nosso Estado, no Dia da Consciência Negra. A data homenageia Zumbi, que, na Serra da Barriga, criou a República dos Palmares, reunindo escravos negros fugitivos e resistindo à opressão portuguesa. Os quilombolas ali procriaram e procriam os ideais de liberdade — e não só ali, mas em todas as partes onde existem quilombolas — que fizeram de Alagoas um berço libertário.

Ao longo dos séculos, o nosso pequeno Estado acabou protagonista de grandes momentos da história do Brasil, como a Proclamação da República, movimento liderado por Marechal Deodoro da Fonseca e consolidado por Floriano Peixoto. Faço questão de fazer este registro para dizer do orgulho que os alagoanos sentem daquele pequeno torrão de terra.

Para mim, não é diferente. Sou professor e ensinei 4 anos na escola pública. Depois, formado em Engenharia, trabalhei 10 anos, até mais fora do meu Estado do que em Alagoas, sobretudo no Rio de Janeiro, na Ponte Rio-Niterói, mas também na cidade de Curitiba. Ainda estudante, ao ver a truculência da ditadura, quando perdi amigos e irmãos, lutamos contra aquele regime e resistimos, como tantos outros jovens. Isso está marcado na história deste País.

Lamentavelmente, apesar das críticas que se fazem à Globo e a tantos outros órgãos de comunicação, dizendo que fazem apologia a esses "terroristas" — assim os chamam —, nós estamos aqui vivendo este momento de liberdade — e, olhem lá, também de retrocesso, como costume chamar —, graças à impetuosidade, à luta, à coragem desses brasileiros que buscaram, de todas as formas, garantir a volta do processo democrático. Numa luta que vem do apogeu do pós-guerra, quando os países buscavam na Europa o estado do bem-estar social, havia aqui a busca pelos valores da democracia e do humanismo.

E foi dessa forma que cheguei a ser Deputado Estadual e, em seguida, Vereador. Conseguimos coisas que para nós eram importantes, muito importantes! Na escola, em vez do que se tem hoje, a discussão da Escola sem Partido, nós tínhamos uma escola aberta. Como Prefeito e depois como Governador, implantamos a gestão democrática nas escolas, em que os professores, os alunos, os funcionários e os pais elegiam a direção das escolas.

Tive oportunidade, como Governador, de criar duas universidades em Alagoas, também democráticas, buscando valorizá-las. Em um Estado como o nosso, conservador, com uma elite perversa, em que nos concursos públicos só passavam filhos de pessoas importantes, os que eram indicados, nós implantamos os concursos públicos e os moralizamos naquele momento.

Tivemos a honra e a coragem — não o Governo, já que o assumimos em um momento difícil, mas a sociedade reunida, todos os segmentos, empresários, trabalhadores, igrejas — de reduzir a mortalidade infantil à metade. Era a maior do Brasil, uma vergonha! Nós dissemos que só vestiríamos um paletó quando acabássemos com essa vergonha em Alagoas.

Tirei o paletó e vesti um colete da Defesa Civil, para lutar, junto com a sociedade, pelo fim da mortalidade infantil. Foi com essa esperança e por esses ideais que lutamos durante muitos anos em Alagoas. Foram avanços significativos.

Enfrentamos momentos difíceis, momentos muito difíceis! O Estado de Alagoas estava em uma situação na qual o Governador tinha renunciado. E estava sob intervenção branca, diferentemente da que ocorre no Rio de Janeiro, em que a intervenção é oficial e paralisa neste Congresso a votação de PECs. Em Alagoas, colocaram como Secretário da Fazenda alguém mandado por Fernando Henrique Cardoso, assim como o fizeram no cargo de Secretário de Segurança Pública. A queda do Governador ocorreu no dia 17 de julho de 1997, na Assembleia Legislativa, tendo sido liderada por uma das mulheres daquela Câmara Estadual, que depois veio a ser Senadora, Heloísa Helena.

Eu não estava no Brasil nessa época, estava nos Estados Unidos. Eu tinha sido Presidente da Frente dos Prefeitos. Fui convidado a passar 1 ano no Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, em que se tentava de todas as formas vender as propostas que hoje querem nos empurrar goela abaixo nesta Casa, como a destruição do saneamento e a venda das empresas estatais. Tudo isso eram propostas do BID naquele momento. Vinha da década de 90 essa parafernália, em que se acreditava que todas as soluções viriam dessa maneira. Hoje estamos vendo os outros países fazendo o contrário, estatizando setores que tinham privatizado.

Aquele momento que nós vivíamos era muito difícil. Mesmo assim, o Poder Judiciário e a Assembleia Legislativa queriam que eu aumentasse o duodécimo. Os 32 pontos que recebi como Governador, por responsabilidade — não fora eu que havia assinado o pacto com Fernando Henrique, fora o Governador anterior —, impediam que houvesse aumento do duodécimo do Estado de Alagoas.

Foi o meu primeiro confronto com o Judiciário e com a Assembleia Legislativa, porque eu respeitei o pacto, não só pela questão do tratado, do compromisso com o Governo Federal, mas sobretudo pelas folhas atrasadas que eu recebi e que tinha que pagar, para que, no final do mês, os trabalhadores e funcionários públicos pudessem receber o seus salários. O Estado estava realmente falido. Era necessário fazer isso. Esse foi, portanto, o primeiro confronto como o Poder Judiciário do Estado de Alagoas — é uma outra geração, não é mais a mesma. Nesse confronto, eles fizeram um processo em que ludibriavam, passavam por cima dos precatórios trabalhistas, para que o Governo atendesse as empresas a que eles tinham acesso, para pagar as dívidas do Estado. Foi muito difícil, senhores! Graças a Deus, esse período do Estado de Alagoas cessou.

Hoje vivemos outro problema, que quero apresentar aqui, pois esse é um dos problemas pelos quais eu não fui eleito nessa última eleição. E o problema não acontece só em Alagoas, mas no Brasil como um todo.

Mas quero registrar que, depois desses avanços que fizemos em Alagoas, tínhamos todo um sonho nacional. O Nordeste começou a gerar riquezas. O Governo do PT colocou lá infraestrutura, o que os Governos do passado não colocavam, não colocavam! Deu dignidade àquele povo, deu condições de comer, condições mínimas que os Governos passados não davam, usando a indústria da seca. Não vou fazer aqui, e nunca fiz, apologia ao PT, mas não posso negar os avanços que o Nordeste e o Norte do País tiveram com os Governos do PT.

Pois bem, meus senhores, cheguei a esta Casa com a esperança de que pudéssemos dar continuidade a esses ideais, aos ideias de fazer com que construíssemos uma sociedade mais justa, com mais dignidade. Era o que tanto queríamos. E o Governo Federal colocou recursos na mão do povo, contrariando a máxima de que aumentar o salário mínimo quebrava o País. Lula desmoralizou essa máxima e tantas outras que foram colocadas pelo setor econômico, por esse capitalismo selvagem que vivemos hoje no Estado brasileiro. Chegamos aqui e votamos coisas que entendíamos que realmente poderiam fazer este País melhorar.

Uma política de economia solidária estava em tramitação aqui. Fomos Relator desse projeto na Comissão de Agricultura. Votamos contra o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Não estava bom o Governo da Dilma, mas não se justificava tirar uma Presidente porque o Governo estava enfrentando dificuldades, pois a crise começava, ou porque estava enfrentando dificuldades com o Congresso. Aquilo seria, sem dúvida — e não sei que outro se poderia dizer, além do que se usou — um ato parlamentar de tomada de mandato, evidentemente. Foi um absurdo o que aconteceu.

E, além da questão legal — porque, como não havia crime de responsabilidade, não se podia tomar o mandato dela —, foi um absurdo não lhe tirarem os direitos políticos, depois de lhe tomarem o mandato. Ora, perdem os direitos políticos os fichas suja, mas tomam o mandato de uma Presidente e mantêm os direitos políticos dela! A classe política, sobretudo no Senado, junto com o Judiciário, fez esse pacto, um pacto que não ajuda o Brasil em nada.

E o pior foi o que veio depois da saída da Presidente Dilma. Antes, ainda tínhamos esperança de que o povo do Nordeste pudesse crescer, em termos humanísticos, inclusive com o Mais Médicos, programa que hoje está passando pela crise que vemos.

Qual é a solução? Qual caminho temos para apresentar amanhã?

Com muita honra, ouço o aparte do Deputado Afonso Motta.

O Sr. Afonso Motta - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero valorizar muito a manifestação do meu companheiro de bancada, grande liderança que honra não só o seu Estado mas também nosso País, o Deputado Ronaldo Lessa. V.Exa. é imprescindível na Câmara Federal, é imprescindível para o nosso País, neste momento de grandes desafios. Eu tenho certeza de que todos nós, com nossas posições, vamos estar aqui na grande trincheira da democracia, resistindo, lutando pelo Estado Democrático de Direito, lutando para que o povo brasileiro, especialmente aqueles que mais precisam da política pública, mantenha aquelas conquistas fundamentais. E V.Exa., companheiro do PDT, com o seu trabalho, com a sua luta, com tudo o que representa, certamente vai continuar contribuindo para a manutenção desses postulados fundamentais para a vida política e institucional do nosso País. Nossa saudação, nosso carinho, nosso respeito e nossa admiração, Deputado Ronaldo Lessa! Parabéns!

O SR. RONALDO LESSA (PDT - AL) - Obrigado, Deputado Afonso Motta.

V.Exa. tem razão. Eu saí da minha licença e voltarei a assumir a Presidência do meu partido. Vou fazer 70 anos e vou começar de novo, como disse o nosso Gonzaguinha. Vou recomeçar.

Depois de agradecer ao Deputado Afonso Motta as palavras, ouço, com muita honra, o meu querido companheiro e Líder, arquiteto do Pará, Deputado Edmilson Rodrigues, por quem tenho grande admiração.

O Sr. Edmilson Rodrigues - Obrigado, Deputado Ronaldo Lessa. Quero parabenizá-lo pelo belíssimo trabalho! Eu sou seu admirador. Acompanhei o seu trabalho à frente da Capital do seu Estado e, depois, como Governador do Estado. Nós sabemos que é quando se governam Estados pobres da periferia econômica deste País que se demonstra compromisso com o povo e capacidade de inverter prioridades e reverter problemas verdadeiramente estruturais, os mais difíceis de serem revertidos. E V.Exa. é uma referência administrativa. É uma honra muito grande para mim conviver com V.Exa. no exercício do mandato parlamentar, não só na Frente Parlamentar Mista da Engenharia, da qual V.Exa. é Coordenador e onde advoga o direito da engenharia brasileira ao reconhecimento. Não se fala em pré-sal, não se fala em PETROBRAS ou nas mais avançadas tecnologias, nas mais diversas áreas da engenharia, se não se reconhecer o papel que a engenharia brasileira tem a dar ao desenvolvimento do País — e tem dado — como contribuição. Nós somos realmente um país com um potencial enorme para a produção de um futuro justo e feliz. Contudo, não é possível destruir a nossa base técnico-científica, destruir a nossa base econômica e transformar o Brasil, como se inspirado apenas no século XIX, em exportador e produtor de *commodities*. Portanto, quero parabenizar V.Exa. mais uma vez e dizer

Então, quero parabenizar mais uma vez V.Exa. e apenas dizer que eu sei que posso contar com V.Exa. num debate que estou propondo, junto com a nossa querida colega Janete Capiberibe, na Comissão da Amazônia, um debate sobre o papel dos fundos de desenvolvimento do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e das instituições bancárias que administram os fundos baseados em projetos de desenvolvimento, porque há uma incógnita. Fala-se inclusive na extinção do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia. Muito obrigado e parabéns mais uma vez, Deputado Ronaldo Lessa.

O SR. RONALDO LESSA (PDT - AL) - Obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues. Para mim é uma honra ouvir essas palavras que nos dedica no dia de hoje.

Quero, meus companheiros, dizer dos avanços que sonhávamos ter e que buscamos conquistar aqui nesta Casa. Foram muitas lutas. Estou vendo a Deputado Luiza Erundina, companheira de partido durante muitos anos no PSB. Foram 20 anos de PSB, Deputada Erundina. Quantas vezes em Alagoas nós nos parabenizávamos, nos regozijávamos com os avanços que conseguíamos? O primeiro foi o orçamento participativo, que era outra coisa nova, por meio da qual colocávamos na mão do povo o direito de participar nas decisões sobre o dinheiro público, decidindo as coisas não com palavras, mas com ações efetivas. Pois bem, todo esse avanço nós viemos buscar aqui durante o período em que estivemos à frente da Prefeitura e do Governo. Nós viemos com a esperança de que pudéssemos avançar cada vez mais.

Com o Governo Temer, começamos a retroceder, começamos a lutar pela soberania do País. Mudou a história. Começamos a lutar para que não vendessem a EMBRAER, para que pudéssemos dar condições às cidades, no sentido de manter o saneamento nas mãos das empresas estatais. Não faz sentido hoje, quando as grandes estatais, por exemplo, da Espanha e da Itália assumiram o erro e voltaram atrás no processo de privatização que tinham feito, o Brasil olhar para a década de 90 e tentar fazer isso com as suas empresas. Isso é um retrocesso.

Então, o Temer foi para nós um atraso muito grande. Nós perdemos muito do que imaginávamos, do sonho que tínhamos. Mas o pior está se desdobrando agora. A coisa avança em que sentido? No sentido da própria formação que foi criada no País, do avanço que foi dado constitucionalmente aqui. Naquela época, eu era funcionário do Jamil. Eu não fui Constituinte, mas honro e homenageio a todos que foram Constituintes. Mas a nossa Constituição avançou demais e não criou os

limites para os abusos de autoridades. Hoje o que vemos em setores tanto do Judiciário como do Ministério Público são exatamente aqueles profissionais. Graças a Deus a maioria não se utiliza disso, pelo seu caráter, pela sua dedicação, pela sua formação e pela sua vocação, mas há setores desses segmentos que não têm esse compromisso e se acobertam na falta de limites colocada pela Constituição.

Imaginem V.Exas. que houve esse problema comigo agora, em 2006 e em 2012. Em 2012, eles me retiraram de uma candidatura numa quinta-feira, 72 horas antes das eleições. Não havia mais tempo de recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral. Agora fizeram a mesma coisa, companheiros. Tiveram a coragem de colocar o Ministério Público para denunciar e a Justiça Eleitoral de Alagoas para receber e tipificar como crime de ficha suja uma acusação de calúnia, que todo mundo sabe que não é crime de improbidade e não pode ser assim tipificada.

Mas eles sabiam que aquilo poderia atingir o objetivo que eles queriam, o de deixar por semanas e semanas toda a população sem saber se eu seria candidato ou não. O objetivo deles estava atingido, que era gerar grande dúvida e depois ter a pessoa derrotada. Lutamos! Lutamos porque sabíamos que tanto o TSE como o Supremo acertariam. O TSE mandou registrar a candidatura, e depois o Supremo me absolveu do suposto crime, porque a própria vítima, que era o Teotônio Vilela, deu uma declaração por escrito dizendo que não se sentiu ofendido com o que tinha sido feito.

Mas, senhores, o objetivo foi alcançado. O que se pode fazer em relação à Justiça Eleitoral? Representá-los ao Conselho? E aquela senhora que é representante do Ministério Público? Ela sabia que estava errada. Eles estudaram Direito e sabiam que estavam agindo de forma errada. Mas eles não tinham a clareza de que não adiantava fazer nada. Não há nenhum limite para eles. Não há punição para esse pessoal.

Isso é uma coisa que precisamos trabalhar. Esta Casa precisa discutir isso. Nós não podemos permitir a ditadura que hoje nos está sendo imposta por esses dois segmentos. Nós ficamos reféns deles. Quem tem que fazer as leis somos nós, esta Casa e o Congresso. O Senado tem que ter a coragem de enfrentar esse problema e fazer a grande reforma política de que se precisa. Senhoras e senhores, do mesmo jeito que aqui há uns pilantras, como há em todo lugar, também há pilantras lá. Imaginem se a maioria deles for pilantra! Como vamos fazer? A que ponto o País vai chegar? Esse é um aspecto terrível.

Outro aspecto, sem dúvida, é a "direitização" por que o País está passando. A vitória do Bolsonaro é um perigo para o País. Temos que reagir nas trincheiras, começar de novo, como eu disse há pouco. Não podemos permitir que se chegue ao fascismo ou ao nazismo, com tantos outros pontos extremos a que a Direita chegou. Aqui, por enquanto, isso não aconteceu. Ela veio num processo eleitoral. Pode-se fazer a crítica de *fake news*, pode-se fazer o que se quiser, mas ela veio num processo eleitoral.

Portanto, é necessário que nós nos preparemos para o embate, para reconstruir o processo democrático, para que voltemos à utopia, comecemos a pensar nessas coisas, comecemos a pensar na humanização, e não na penalização e no ódio. Nós vivemos hoje o período da intolerância. Nós não podemos fazer isso. Não é esse o caminho. Não foi esse o caminho que nós trilhamos. Não foi isso que nós aprendemos com as guerras, com o passado. Foi outro o horizonte em que estivemos, em que nós nos formamos. Evidentemente erramos em alguns pontos, porque estamos vendo a que ponto chegamos hoje.

Espero que em relação a tudo isso que eu disse eu esteja errado, que esse senhor que lá está possa voltar atrás e começar a repensar. Mas não me parece que vai fazer isso, pela equipe que ele está formando. Não conheço todos, mas grande parte me dá medo, me dá medo de que nós não tenhamos, na verdade, as condições ideais para pelo menos garantir os aspectos democráticos. Mas creio que nossas instituições estão fortes, ou estão se fortalecendo, pois a democracia não se faz do dia para a noite. No século passado, tivemos muitas ditaduras, e temos que aprender com elas.

Faço críticas aos outros Poderes, mas eu queria que nós também fizéssemos críticas a nós mesmos. Seria preciso fazer uma reforma geral para podermos corrigir as distorções no Congresso, inclusive para termos condições de melhorar, aperfeiçoar todos os outros segmentos que compõem a democracia dos Estados brasileiros.

Eram essas minhas palavras. Encerro dizendo da minha alegria com este convívio aqui. Espero poder voltar a contribuir aqui de alguma forma.

O Deputado está pedindo a palavra ali, mas não sei se há tempo, pois meu prazo está se esgotando.

Quero dizer que eu só tenho a agradecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Espero ter honrado os votos que o povo de Alagoas me deu até o dia de hoje, porque não me afastei um milímetro dos meus pensamentos.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Ronaldo Lessa, o Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Benedita da Silva, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - A Mesa cumprimenta o nobre Deputado e associa-se às suas palavras, que foram palavras fortes, consequentes. Todos nós que o conhecemos e sabemos da sua trajetória o temos como aquele que nos ajudará nestes tempos em que verdadeiramente só os democratas poderão estar juntos para construir algo novo para este País.

O SR. RONALDO LESSA (PDT - AL) - Obrigado.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) - Sra. Presidente, gostaria apenas de fazer um comunicado.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Tem a palavra por 1 minuto o Deputado Geraldo Resende. Em seguida, terá a palavra o Deputado Alex Manente, do PPS.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nós acabamos de sair do Centro Cultural Banco do Brasil, onde funciona o Governo de transição, e fomos informados pelo Presidente eleito Jair Bolsonaro da escolha do nosso colega médico Luiz Henrique Mandetta como futuro Ministro da Saúde.

Nós que fazemos parte da bancada do Mato Grosso do Sul estamos muito felizes, porque dois dos nossos membros foram chamados a serem Ministros — a Deputada Tereza Cristina vai ser a Ministra da Agricultura. E já temos um Ministro no Governo do Presidente Temer.

Queremos parabenizar o Deputado Luiz Henrique Mandetta, que reuniu o apoio de frentes parlamentares as mais ecléticas possíveis, mas principalmente aquelas voltadas para o tema da saúde, além de poder ter o apoio da ampla maioria das entidades médicas de todo o País: a Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina, os Conselhos Regionais de Medicina, o Conselho Federal de Enfermagem, enfim, todas as entidades do complexo de saúde.

Quero aqui desejar ao colega Mandetta que ele tenha uma profícua gestão junto ao Ministério. V.Exa., Sra. Presidente, o conhece da Comissão de Seguridade Social e Família. O Deputado Mandetta é um excelente colega, conhece profundamente a temática da saúde, já foi Secretário de Saúde de Campo Grande, foi dirigente da cooperativa dos médicos em Mato Grosso do Sul e seguramente tem todas as condições para reerguer a saúde pública no nosso País.

Então, ficamos muito felizes com a notícia e queríamos comunicar a esta Casa a nossa satisfação, a nossa alegria e a nossa emoção de ter mais um colega como futuro Ministro da Saúde do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Tem a palavra o Deputado Alex Manente.

O SR. ALEX MANENTE (PPS - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero aqui saudar a todos os colegas Deputados e Deputadas nesta data especial, em que comemoramos inclusive o Dia da Consciência Negra, um importante reconhecimento do nosso País a esse legado importante, a essa cultura fundamental para a formação do nosso País.

Queremos também aproveitar este tempo no Grande Expediente para falar sobre alguns temas que são muito importantes para este momento que vivemos. Saímos de uma eleição em que houve inúmeros debates, em que de fato ocorreu um envolvimento de toda a sociedade, um envolvimento no debate de ideias, de propostas. E eu tenho certeza de que esta eleição pode trazer a todos nós a necessidade de enxergarmos o que a população expressa através dos recados que ela nos mandou por meio das urnas.

Nós tivemos muitos eleitores que se expressaram de maneira indignada, escolhendo posturas um tanto quanto radicais. Certamente, isso é fruto do conjunto de ações que nós vivemos nos últimos tempos. O Brasil é um país que ainda tem uma democracia jovem, uma democracia que espero que possa evoluir cada vez mais. E espero que cada vez mais o cidadão comum compreenda a necessidade de participar ativamente de todo o processo, não apenas no momento eleitoral. É necessário debatermos profundamente as razões dos problemas que enfrentamos na própria sociedade. Eu tenho certeza de que a eleição é um momento soberano, do qual nós tiramos uma lição para podermos apresentar novamente à sociedade o nosso trabalho.

Passado este primeiro mandato como Deputado Federal, quero, antes de mais nada, agradecer mais uma vez a nossa recondução a esta Casa pelos próximos 4 anos, numa eleição extremamente acirrada. Certamente, ter passado pelo filtro que a sociedade criou nas urnas nessas eleições é motivo de orgulho e de responsabilidade. Quero agradecer especialmente à minha cidade, São Bernardo do Campo, que, pela segunda vez, me proporciona a maior votação da cidade, para que eu represente aqui no Congresso Nacional o interesse daquela importante população, assim como o da população de toda a Região do ABC e do Estado de São Paulo.

São Paulo é um Estado forte, mas mostrou, através da votação que os candidatos tiveram, que há necessidade de algumas mudanças de postura, especialmente em relação a esse novo conceito que as pessoas esperam. Eu acredito que a grande expectativa da população é que nós iniciemos um novo modelo que não contemple barganhas, trocas por interesses

individuais, trocas por interesses que não representam o sentimento do todo da sociedade. Espero que o interesse de todos possa de fato estar contemplado na representação pública e política.

Nos principais segmentos, temos pela frente desafios importantes, especialmente nas áreas essenciais, em que as pessoas que mais precisam do Poder Público necessitam de melhoras, como, por exemplo, a área da saúde pública, que é de fato traumática para toda a sociedade, em todas as frentes e lugares do nosso País.

Devemos enfrentar para valer o problema que temos na educação, na preparação dos jovens para o futuro, para que tenhamos cada vez mais consciência da importância de termos cidadãos formados, com cultura e educação própria, de modo que possam escolher o futuro, ter cidadania na sua representação e compreender as esferas de poder.

Mas também temos que combater firmemente a corrupção, que é o mal que foi assunto dessa eleição e que não se limita a apenas um partido. Ela infelizmente faz parte da cultura que nós vivemos e certamente precisa ser combatida por todos nós. O recado que recebemos é claro: nós precisamos enfrentar a corrupção, encarando-a como um mal do nosso sistema.

Eu tenho certeza de que a mudança legislativa que precisa ser feita deve ser a prioridade, para que mostremos à sociedade que não estamos perseguindo apenas uma ou outra pessoa, mas, sim, buscando combater esse mal que tira bilhões de reais dos investimentos no serviço público. É esse mal que atrapalha o desempenho da nossa população nas horas essenciais.

Por isso, o combate à corrupção precisa marcar as posturas do futuro Presidente da República, dos seus Ministros e também dos membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e, inclusive, do Poder Judiciário, o qual o fará julgando aquilo que está infringindo a nossa legislação.

Eu defendo a proposta de emenda constitucional de nossa autoria, que foi inclusive motivo de o futuro Ministro Sérgio Moro pautar como uma das suas prioridades a prisão em segunda instância. Defendo os motivos pelo qual apresentei essa proposta. Eu o fiz porque nós temos uma legislação que impede as pessoas com condenação em segunda instância, por crime de qualquer natureza, de serem candidatas, representarem a população, estarem na lista dos candidatos que serão escolhidos pela nossa população, e defendo que isso se estenda também ao cumprimento de pena, uma vez que o Brasil é um dos poucos países do mundo que ainda têm terceira e quarta instância para julgar as medidas de punição criminal.

A prisão em segunda instância é uma medida constitucional que nós propusemos e que infelizmente está parada na Comissão de Constituição e Justiça. Não houve sequer o debate dos requerimentos que foram propostos. E esses debates são fundamentais, até para que as pessoas contrárias possam se manifestar. Esse é o debate próprio do mérito da emenda que nós apresentamos, e queremos que ele seja realizado nesta Câmara.

Espero que a partir da próxima legislatura tenhamos, de fato, condições de debater essa importante medida, que precisa ser adotada no País para que iniciemos o combate à impunidade, que infelizmente permite que aqueles que têm mais condições arrole os seus processos criminais com condenação em segunda instância e, em alguns casos, até a pena ser prescrita, o que é um problema que precisamos enfrentar.

Por isso, nós defendemos com muita veemência as razões pelas quais nós apresentamos essa proposta. Deixa-nos com uma grande expectativa observar o novo Ministro da Justiça dizer que isso será uma prioridade. E tornar isso prioridade nesta Casa é fácil: basta fazermos com que a Comissão de Constituição e Justiça inicie esse debate e paute os requerimentos que existem, para se poder trazer à luz da sociedade os argumentos favoráveis e os argumentos contrários. Que nós tenhamos realizado o desejo pleno da Câmara dos Deputados e especialmente da sociedade de que se combata a impunidade e a corrupção no nosso País.

Outro tema extremamente importante e que foi amplamente debatido é a diminuição da máquina pública, no sentido de fazer com que haja menos cargos políticos, menos custos desnecessários que encarecem a máquina pública e tornam o serviço público muitas vezes ineficiente. Precisamos valorizar os funcionários de carreira, que passaram em concursos e conhecem suas áreas, para que eles possam assumir a missão de coordenar as ações essenciais do nosso País. Mas também devemos ter a diminuição e o enxugamento dos cargos essencialmente políticos, porque é isso que a sociedade repudia e não aceita mais nos dias de hoje.

A sociedade não aceita mais pagar a conta de algo que não traga resultados efetivos, e ela está correta. Cada vez mais, teremos de ter transparência para mostrar que o dinheiro do tributo do cidadão é investido num serviço de qualidade. As pessoas reclamam dos altos tributos, mas reclamam muitas vezes porque nós não temos um serviço público que dê qualidade à gestão e condições de as pessoas terem uma melhor perspectiva de qualidade de vida.

Por isso, nós defendemos a diminuição da máquina pública como um todo, a diminuição dos custos do Poder Executivo, dos custos do Poder Judiciário, que também são significativos e que muitas vezes usurpam os valores necessários, e dos custos do Congresso Nacional e das Casas Legislativas do Brasil. A redução desses custos trará mais qualidade ao debate de propostas, ideias e avanços para o nosso País.

Gostaria de fazer uma menção importante a um debate que também dominou esse processo eleitoral, em relação ao controle da violência urbana, ao controle da criminalidade e ao investimento em segurança pública. De fato, hoje o cidadão brasileiro tem uma sensação de insegurança muito grande, e essa sensação se dá por várias razões.

A primeiro delas é a falta de investimento e oportunidade para aqueles jovens e crianças que vêm da periferia do nosso Brasil e não têm condições de buscar as perspectivas que as pessoas com mais poder aquisitivo conseguem dar a seus filhos.

Também é importante ressaltarmos as medidas punitivas que precisam ser adotadas para crimes mais graves, crimes que, infelizmente, são rotineiros, e começarmos a fazer um levantamento das necessidades de mudança no nosso Código de Processo Penal, um código que precisa ser atualizado para os dias de hoje. Não adianta imaginar que resolveremos o nosso problema se deixarmos o código da maneira como está e apenas mudarmos o Código Penal. A execução penal é muito complexa no nosso País e pouco debatida, e os crimes de grande importância, infelizmente, não têm a punição que deveriam ter.

Ouço a Deputada Carmen Zanotto.

A Sra. Carmen Zanotto - Obrigada pelo aparte, nobre Deputado Alex Manente, que lidera a nossa bancada do PPS e que hoje tem a oportunidade de ocupar a tribuna no Grande Expediente. Quero parabenizá-lo pela reeleição e dizer que temos, sim, grandes desafios, exatamente como V.Exa. afirma, entre eles o enfrentamento da burocracia brasileira, para que ela não seja um entrave para o crescimento e o desenvolvimento do País. Que tenhamos um país justo e igualitário, com uma carga tributária também decente. Temos dificuldades na produção em função da alta carga tributária do País. Quero aproveitar também, com a sua permissão, para fazer um pequeno relato. O Presidente da República eleito, Jair Bolsonaro, acabou de confirmar às lideranças que com ele estavam, aos Presidentes das Frentes Parlamentares — e eu lá estava na qualidade de Presidente da Frente Parlamentar da Saúde e de mais algumas outras frentes pelas quais respondo aqui na Casa —, bem como ao nosso Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, a alguns outros ex-Presidentes, a representantes de entidades médicas e hospitais filantrópicos prestadores de serviços o nome do nosso colega, o Deputado Mandetta, médico, ortopedista, cirurgião pediátrico na área da ortopedia, para, a partir do ano que vem, comandar a Pasta da Saúde, uma Pasta absolutamente difícil. Um dos grandes desafios que temos pelo País afora também é o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, é a garantia de que o que está na Constituição Federal chegue de direito e de fato à população brasileira: *"A saúde é direito de todos e dever do Estado"*. Parabéns pelo seu pronunciamento e parabéns por conduzir a nossa bancada!

O SR. ALEX MANENTE (PPS - SP) - Eu agradeço, Deputada Carmen Zanotto. Tenho certeza de que o anúncio feito às lideranças representará também a responsabilidade de ouvir pessoas que, como V.Exa., desenvolvem trabalhos nessa área extremamente importante do País. E tenho certeza de que o seu conhecimento, demonstrado através da sua atuação profissional e da sua atividade parlamentar nessa área, será muito útil para o fortalecimento do nosso Sistema Único de Saúde e para a melhora do atendimento à população no nosso País.

Muito obrigado, Deputada Carmen Zanotto. Parabéns pelo trabalho!

Quero aproveitar esta oportunidade para falar dessa importante questão que é a segurança pública. Defendo, como já defendi aqui com muita firmeza, a redução da maioridade penal, que já foi votada nesta Casa. Muitas vezes observo, nas entrevistas concedidas atualmente, que falam como se nós ainda não tivéssemos cumprido essa etapa na Câmara dos Deputados. Ela foi votada aqui e está no Senado Federal, pronta para fazer com que a diminuição chegue aos 16 anos de idade. Defendo a tese de que, no Brasil, especialmente no que se refere a crime hediondo, a crime contra a vida, jovens de 16 anos de idade, com a informação que recebem hoje, têm condições de responder por eles.

Também não poderia deixar de falar um pouco da cidade de São Bernardo do Campo e de uma situação bastante delicada, que inclusive levarei ao conhecimento dos novos representantes na área da Justiça.

Infelizmente, lá temos vários casos de corrupção, vários casos que têm tomado conta da pauta, da agenda municipal, e não se apresenta uma solução à população. Foi decretada a prisão de um Secretário do atual Governo por venda irregular de licença ambiental, por recebimento de propina, o que foi constatado por investigação da Polícia Federal. Há 6 meses ele está foragido, e ninguém toma providência

Quero deixar aqui o registro de que não é possível admitir no País de hoje que alguém fique foragido por 6 meses, e não haja nenhuma punição em relação a isso. Não há nenhum comentário e não há procura efetiva por quem está foragido. É triste ver isso acontecer nos dias de hoje no nosso País.

Também quero registrar a questão da máfia da merenda, que tomou conta da nossa região, especialmente de São Bernardo do Campo. O Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura, que era responsável pelos contratos, foi afastado pela Justiça

após investigação da Polícia Federal. Infelizmente, desde então, faz 7 meses ou 8 meses, nós não vemos a continuidade dessas investigações.

Nós apelamos às autoridades competentes para que deem seguimento às investigações e, principalmente, que observem que o foragido há 6 meses é um Secretário Municipal, e ninguém toma providência. Nós precisamos mostrar que a Justiça é feita para todos, que não é feita para partido político A, B ou C. Eu acredito que a Justiça não pode escolher partido e tem que punir todos aqueles que desviam dinheiro público, o que é nosso grande mal.

Quero agradecer novamente pela oportunidade de fazer uso desta tribuna. Quero agradecer pela oportunidade de ter exercido este primeiro mandato e pelo desafio outorgado pela sociedade de continuar a nossa representação pelos próximos 4 anos. Há desafios importantes pela frente, nos combates que precisam ser feitos à injustiça, à impunidade, à corrupção.

Que tenhamos condições de fazer uma ampla reforma política no nosso País, uma reforma política que nos dê condições de exercer uma representatividade mais efetiva dos interesses da sociedade. Nós precisamos resgatar, especialmente, o significado da palavra "política" no nosso País. Política é fazer bem à sociedade, é interagir com os representantes para fazer o bem à sociedade. Infelizmente, hoje a palavra "política" está tão desgastada, que a sociedade repudia as maneiras de se fazer o processo político no País. Precisamos resgatar isso, pois a democracia vive da capacidade e da qualidade de representação.

Então, fica o nosso agradecimento pela oportunidade de estamos aqui. Mais uma vez, deixo claro para toda a população, aos mais de 130 mil eleitores que nos confiaram a continuidade aqui na Câmara dos Deputados, que os honraremos marcando firme as posições que foram responsáveis pela nossa atuação neste primeiro mandato.

Muito obrigado a todos.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ALEX MANENTE.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) - Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota, por 1 minuto.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Querida Presidente, eu agradeço a V.Exa. e peço a divulgação deste meu pronunciamento, que trata do Dia Nacional da Consciência Negra.

Lamentavelmente, no nosso País, depois de 130 anos da promulgação da Lei Áurea, ainda vemos a exploração de nossos negros. Trazemos a nossa homenagem e o nosso respeito, aproveitando a oportunidade em que V.Exa., uma negra, preside esta sessão. Colegas desde a Assembleia Nacional Constituinte, sabemos do trabalho que V.Exa. tem feito. É na sua pessoa, Deputada Benedita da Silva, que queremos saudar todos os negros do Brasil.

Um grande abraço. Fiquem todos com Deus.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA.

(Durante o discurso do Sr. Gonzaga Patriota, a Sra. Benedita da Silva, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ságuas Moraes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) - Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva, por 3 minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 20 de novembro, é um dia de luta pela democracia, porque o que marcou a trajetória de Zumbi dos Palmares foi exatamente o combate à discriminação, ao racismo, foi a luta pela cidadania, sobretudo pela democracia, porque se buscava a liberdade. Sem liberdade não há democracia. Nós vimos o ódio dos escravistas, que não se contiveram ao ver o exemplo de Zumbi. Foi aquele ódio que fez com que usassem de todas as armas para derrubar esse grande líder, que não estava sozinho — estavam lá índios, brancos e negros.

Homem de fé, Zumbi sabia que uma sociedade só é livre quando nela há democracia e quando todos podem ter os mesmos direitos e comungar-se entre si. Para Zumbi, Dandara, Nzinga e tantas outras mulheres nós encontramos no Quilombo dos Palmares. Essa história correu o mundo, céu e mar, e deu ao povo negro brasileiro a condição de hoje ter seus representantes na tribuna falando a respeito desta data significativa, lembrando Palmares, o que é também reconhecer a luta do povo negro brasileiro. Lembrar Palmares é lembrar a coragem de Marielle em defesa da cidadania, em defesa dos direitos humanos, em defesa do combate à discriminação e ao racismo.

Hoje é dia de lembrarmos por que tombou Marielle. Hoje é dia também de lembrar os 13 anos dos Governos Lula e Dilma Rousseff, os Governos que marcaram para a comunidade negra o momento em que políticas públicas específicas foram feitas. Nós crescemos e obtivemos condições de fazer as nossas escolhas, de continuar nas nossas organizações do

movimento negro, de trabalhadoras e trabalhadores negros, de buscar o reforço das políticas de cotas que garantiram o acesso à universidade para nós.

Mas esse sonho parece que acaba agora. Lula pôde muito bem olhar para essa situação e ver que nós não poderíamos continuar acorrentados pela falta de direitos. Lula está preso. Eu tenho certeza de que o prenderam para ganharem as eleições, de que usaram os desavisados, de que usaram *fake news*, como os índios também foram usados para que Palmares fosse derrotado.

Palmares vive! Zumbi vive! E viva Lula!

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado. Sr. Presidente.

Eu vejo com muita tristeza e preocupação a seguinte manchete divulgada pela imprensa: *Bolsonaro admite privatizar parte da PETROBRAS*.

Quem foi que autorizou Deputado ou diretor de empresa a vender um órgão tão importante como é a PETROBRAS? A PETROBRAS conseguiu captar o nacionalismo e o brasileirismo na hora da sua criação, e agora vem um militar, que geralmente tem preocupação com o patrimônio nacional, dizer que vai privatizá-la. Por incompetência dos técnicos brasileiros não é. Por causa da administração da PETROBRAS também não é. É mesmo questão de subalternidade aos grandes países, de querer vender aquilo que é da Nação, e não individual.

Registro aqui o nosso protesto e lamento que Jair Bolsonaro, um militar que deveria amar o patrimônio nacional, queira vendê-la.

Vixe!

(Durante o discurso do Sr. Chico Lopes, o Sr. Ságuas Moraes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna neste momento são dois assuntos.

O primeiro assunto é a violência nas escolas. Nós sabemos que as cadeias estão cheias porque as escolas estão vazias. Como já dizia Darcy Ribeiro, quem investir mais em escolas, com certeza, vai investir menos em penitenciárias e cadeias. O que está acontecendo? Não investiram em educação, e as cadeias estão abarrotadas. E estão construindo mais e mais cadeias. É importante dizer que a violência nas escolas tem afastado da sala de aula os professores e os próprios alunos.

Hoje se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra. É importante que saibam a história do Brasil para discutirem como chegaram, como ficaram e como estão todas as raças que habitam o nosso País. Todas. O Brasil tem várias miscigenações. Todas as raças do mundo estão aqui, principalmente no Estado de São Paulo, Deputado Vinicius Carvalho. Lá se encontram japoneses, amarelos, vermelhos, todos. Se formos ao Brás, veremos coreanos. Se formos ao Bairro Liberdade, veremos japoneses e chineses. Se formos ao interior, à sua terra, Ourinhos, veremos muitos japoneses, que cuidam da agricultura. Assim é no Triângulo Mineiro, assim é no Brasil inteiro. O Brasil é o País das oportunidades.

Mas há violência. São cometidos no País 65 mil assassinatos por ano. Vamos investir mais em educação. Investir em educação é de suma importância para a diminuição e para o fim da criminalidade.

O segundo assunto é exatamente a violência. Espalharam-se as explosões de caixas eletrônicos por todo o País. Quando vão chegando as épocas comemorativas, principalmente natalinas, os finais de ano e a Páscoa, a violência aumenta, porque a criminalidade precisa investir, para ter um final de ano e um começo de ano muito bons, na praia, com um bela ceia de Natal. O criminoso pensa nisso, pensa na família dele também. Então, ele tem que roubar, explodir caixas eletrônicos, atirar em policiais, matar policiais.

Nunca houve neste País um número tão alto de homicídios, de latrocínios, de todos os tipos de crime. Portanto, Sr. Presidente, vamos trabalhar.

Deputado Chico Alencar, vamos trabalhar pela educação do nosso País. É preciso investir na educação, para que o número de prisões diminua, para que a violência no País diminua.

Nesta noite, lá em Coqueiral, um Município pequeno no sul de Minas, explodiram caixas eletrônicos. É uma cidade que, se tiver 20 mil habitantes, é muito. Invadiram a cidade, tomaram o destacamento policial, as delegacias, deram tiros para

tudo quanto é lado e explodiram caixas eletrônicos do Município de Coqueiral, no sul de Minas, como já explodiram em Varginha, em Três Pontas e em outros Municípios mineiros.

A criminalidade está dominando este País. Precisamos dar o basta nisso com duas frentes: a educação e a criação de empregos, para que a população consiga trabalhar. É preciso segurar o homem no campo, porque, quando vão para as grandes cidades e não conseguem emprego, vão para as favelas e depois se iniciam na criminalidade.

Devemos combater com eficácia o tráfico e o uso de drogas, que estão acabando com a nossa juventude. O crime organizado, que domina o País inteiro, investe no tráfico de drogas, explode caixas eletrônicos, rouba bancos, prédios e etc., para fazer fundo e investir na compra de drogas.

Gostaria que a minha fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - V.Exa. será atendido.

(Durante o discurso do Sr. Delegado Edson Moreira, o Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Fraga, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Concedo a palavra, pela Liderança do PRB, ao nobre Deputado Vinicius Carvalho.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Fraga, Sras. e Srs. Deputados, amanhã haverá sessão para entrega da Medalha do Mérito Legislativo.

Nós vemos a importância dessa homenagem, destinada a personalidades que serviram ao País, ao próprio Executivo e também ao Legislativo nacional, e que têm trabalhado em benefício da população.

A despeito disso, nós indicamos para receber a Medalha do Mérito Legislativo a Sra. Joseli Magri de Biasi. Ela e seu esposo, Roberto de Biasi, criaram, há 9 anos, na cidade de Novo Horizonte, uma ação social chamada Desafio do Bem.

Empresários da região, pessoas da iniciativa privada, profissionais liberais reúnem-se, anualmente, em grandes eventos, principalmente nos rodeios de Novo Horizonte, para arrecadar doações, recursos financeiros dos cidadãos, e ajudar as dez principais entidades sociais daquela cidade.

Esse trabalho, em 9 anos — para que todos tenham conhecimento disso —, já conseguiu arrecadar mais de 3 milhões de reais de doações, para serem distribuídos às entidades sociais de Novo Horizonte, fazendo com que as pessoas possam ser beneficiadas. Essas entidades, que enfrentam dificuldades por não receberem recursos do próprio Governo — federal, estadual ou municipal — não têm condição de suprir todas as suas necessidades. Então, ações específicas como essas, como o Desafio do Bem, têm dado condições para que essas dez entidades sociais da cidade possam continuar atendendo à população.

Por conta desse trabalho, ao tomar conhecimento da premiação, uma vez que eu atuo em Novo Horizonte desde 2013 e, nas últimas eleições, fui reeleito Deputado Federal e tive na cidade a maior votação que um Deputado teve na história do Município, fiz essa indicação.

Muito me alegra dizer que amanhã estaremos aqui, juntamente com o Presidente Rodrigo Maia, a partir de 10h30min, para entregar essa homenagem e fazer esse reconhecimento a Joseli Magri de Biasi, representando todos os voluntários que fazem o Desafio do Bem de Novo Horizonte ser o sucesso que é há 9 anos.

Não daria para trazer todas as pessoas, todos os voluntários até aqui. Mas, através dela, nós vamos oferecer essa homenagem a todos do Desafio do Bem, além de parabenizar não somente Joseli Magri de Biasi, como também o seu esposo, Roberto de Biasi, por esse excelente exemplo que eles têm dado à sociedade.

Quisera eu que todos os empresários e toda a sociedade civil se organizassem para somar forças e ajudar tanto a União, quanto os Estados e os Municípios, no que diz respeito aos recursos, para fazê-los chegar às entidades sociais que auxiliam as pessoas em momento de grande vulnerabilidade.

Por isso, Presidente Fraga, eu peço a V.Exa. que este nosso pronunciamento, em que parabenizo o Desafio do Bem, na pessoa da Joseli Magri de Biasi, seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Deus abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Muito obrigado, Deputado, V.Exa. será atendido na forma regimental.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Dando continuidade às breves comunicações, concedo a palavra ao Deputado Heitor Schuch, que disporá de 3 minutos.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, estimado povo brasileiro, quero fazer uma manifestação direcionada ao veto do Presidente da República à Medida Provisória nº 842. Mas, para chegar até ali, preciso fazer um pequeno histórico, porque foi exatamente neste plenário que as Sras. e os Srs. Deputados votaram e aprovaram, depois de muito debate, a Lei nº 13.606, contemplando agricultores do Nordeste, do Norte, os ribeirinhos, o pessoal que participava de projetos especiais ou projetos da EMBRAPA, entre tantos outros, a terem desconto nos seus financiamentos de crédito rural em decorrência de intempéries, de seca, de falta de chuva, de frustração de safra.

Pois bem, aprovou-se a lei aqui e no Senado, ela foi sancionada pelo Governo, e o Banco Central fez a regulamentação, mas contemplando apenas os produtores do Nordeste do Brasil. Adotou-se ali um peso e duas medidas ou duas medidas e um peso diferente para todos que estavam ao abrigo dos mesmos programas de Governo.

Esta Casa movimentou-se e fez pressão para que viesse uma nova medida provisória, e ela veio. Agora eu falo da Medida Provisória nº 842, que repara as injustiças e as desigualdades, fazendo com que haja isonomia entre os produtores de uma região e os de outras regiões que tinham ficado de fora da lei.

Esta Casa constituiu Comissão Especial em conjunto com o Senado, fez um texto novo e encaminhou o projeto. Esta Casa votou o projeto no dia 4 de setembro; depois da eleição, ele foi votado no Senado — foi aprovado nas duas Casas.

Mas, pasmem, senhores! Para surpresa de todos, na semana retrasada, o Presidente da República vetou a Medida Provisória nº 842 e jogou por terra toda a construção do Legislativo, dos Estados, dos Senadores, das representações dos agricultores familiares do País inteiro.

Portanto, Presidente, quero concluir fazendo um chamamento a partir do Presidente do Congresso, Eunício Oliveira, Senador que preside as duas Casas: é preciso convocar uma sessão do Congresso para avaliarmos esse veto. E faço um apelo aos Deputados e Senadores para a derrubada desse veto, porque não é justo que uns tenham o benefício e outros, não. A Constituição é igual para todos; aliás, somos iguais perante a lei. Neste caso, é preciso urgência. Ou queremos deixar essa dívida para os Deputados e Senadores que terminam aqui o mandato? Não, esse assunto foi começado por nós e deverá ser terminado antes do fim deste ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Concedo a palavra à Deputada Luiza Erundina, do PSOL de São Paulo.

V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, telespectadores, internautas e aqueles que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, eu quero dedicar esta breve comunicação às homenagens e comemorações que se prestam hoje, quando se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra.

Este é um dia de luta e reflexão sobre o massacre que historicamente se moveu contra praticamente metade do povo brasileiro com a escravatura, que durou quatro longos séculos, cujos efeitos se fazem sentir até os dias de hoje, nas práticas, no comportamento e nas relações dos cidadãos e cidadãs brasileiros em relação aos nossos irmãos e irmãs negros e negras, que, simplesmente por terem a pele diferente da dos brancos, são tratados como seres humanos inferiores.

A eles é negado um princípio básico consagrado no art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, por sinal, completa 70 anos no próximo dia 10 de dezembro, o qual estabelece o seguinte: "*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos*". Lamentavelmente, a história brasileira desconhece esse princípio; mais que isso, rejeita esse princípio, e simplesmente pelas diferenças que existem entre os seres humanos.

São essas diferenças que enriquecem a nós todos, ao invés de nos separar, de nos diferenciar ou, evidentemente, nos colocar em atitude de revanche, de intolerância ou de rejeição, simplesmente por sermos diferentes. Mas somos iguais em dignidade e em direitos.

Sr. Presidente, eu dedico esta minha homenagem a Marielle Franco e a Anderson Gomes, dois brasileiros que sofreram atentado bárbaro, covarde, em caçada numa rua do Rio de Janeiro, simplesmente por ela ser negra, ativista dos direitos humanos e ter ousado disputar o poder e conquistar representação popular como Vereadora do Rio de Janeiro; uma mulher do povo, que dedicou a vida em defesa dos direitos humanos, dos fragilizados, dos mais excluídos, dos mais desprezados pela elite que não se reconhece nos seres humanos diferentes dela.

Portanto, Sr. Presidente, que esta data fortaleça o nosso compromisso e a nossa determinação de lutar por igualdade de direitos e por dignidade para todas e todos os brasileiros, sobretudo da população negra.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Pellegrino, do Partido dos Trabalhadores da Bahia.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Brasil hoje vive uma polêmica em relação à questão do Mais Médicos. O primeiro ponto que nós temos que deixar bem claro é o seguinte: no Brasil não há médico suficiente para atender toda a população. As estatísticas demonstram isso. Não adianta, não há médico suficiente no Brasil para atender nossa população, principalmente a mais carente.

O segundo ponto é que no mundo inteiro todos os países importam médicos estrangeiros. Eu estive na Alemanha há 4 anos e percebi, em determinado atendimento, que ele era feito por um médico da Rússia. Todos os países importam médicos estrangeiros, repito. Mas se criou um preconceito por ter o Brasil importado médicos cubanos. O Mais Médicos não trata só da importação de médicos estrangeiros, muito menos de médicos cubanos; o programa é um conjunto de medidas, em que há não só o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica — PROVAB, que é um estímulo dado aos Municípios para fazer a atenção básica, como também um edital de contratação de médicos, com prioridade para os brasileiros. Se não houver brasileiros para o preenchimento das vagas, contratam-se os médicos estrangeiros e, evidentemente, os médicos cubanos também.

O Presidente eleito, quando Deputado nesta Casa, sempre foi contra o Programa Mais Médicos e a importação de médicos cubanos. Ele anunciou que iria mudar unilateralmente os termos do convênio assinado entre o Governo cubano, tendo como intermediária a Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS, e o Governo brasileiro.

Eu ouvi alguns Deputados dizerem aqui que Cuba suspendeu o atendimento. Não, Cuba denunciou o convênio. É um direito que lhe cabe. Quem conhece um pouco de direito, sabe que a denúncia de um contrato significa o rompimento unilateral previsto em lei. E, com essa denúncia, evidentemente, os serviços estão suspensos. Mas o problema é que essa política ideologizada do Governo de Bolsonaro está nos criando muitos problemas. Está criando problema com os países árabes, com a China, que é o nosso maior parceiro comercial, e com a Rússia. Acusavam-nos de sermos ideológicos na relação, mas quem está sendo ideológico são eles.

O Programa Mais Médicos atendeu mais de 30 milhões de brasileiros com 8.500 médicos, e o Brasil agora está no prejuízo. Alguns falam da forma de contratação. Mas esse foi o convênio. Os médicos que foram investidos tiveram a educação patrocinada pelo Governo cubano, formaram-se. Da mesma forma, vejo o Governo querer obrigar o pessoal das universidades federais a prestar atendimento. Na verdade, é preciso reconhecer que foi um equívoco a forma como essa questão foi tratada pelo Governo Bolsonaro, que deve fazer uma autocrítica, porque restou demonstrada, quando o edital do Programa Mais Médicos foi aberto, que a prioridade foi para os médicos brasileiros, mas os médicos brasileiros não preencheram as vagas; só quando não se preencheram as vagas é que foram chamados os médicos de outros países. E, aí, sim, a maioria foi de médicos cubanos.

Portanto, são 30 milhões de brasileiros que ficam sem atenção à saúde. Eu espero que o futuro Governo Bolsonaro tenha aprendido com esse erro e não cometa outros erros na política externa, que podem trazer prejuízos como esse. São 30 milhões de brasileiros que, da noite para o dia, vão ficar sem atendimento. Sairão os editais, e as vagas não serão preenchidas, porque não há médicos suficientes no Brasil. E, o que é mais grave, há locais para os quais profissionais de saúde, respeito, não querem ir, porque, financeiramente, não compensa a eles ganhar 10 mil reais para trabalhar em determinados lugares. Essa é a grande realidade, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Convido para ocupar a tribuna, em permuta com o Deputado Nilton Tatto, o Deputado Marcon.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes, por 1 minuto.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é com tristeza e preocupação que trago a matéria *Bolsonaro admite vender parte da PETROBRAS*.

O Estado que tem a direção, que administra o setor de petróleo, não o vende, porque o grande problema do futuro é exatamente o petróleo. Ele é um instrumento necessário para o desenvolvimento, para a circulação de riqueza. Bolsonaro quer vender o que não é dele. Ele não tem essa identidade, esse patrimônio, mas se acha forte por ter poderes para privatizar. Privatize o seu quintal, homem! Privatize a casa que você tem. Isso aqui é patrimônio do povo brasileiro, é patrimônio dos nossos impostos.

Então, é um péssimo nacionalista esse tal de Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon, por 3 minutos.

O SR. MARCON (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna hoje como milhares de brasileiros que estão apavorados com a saída dos médicos cubanos do Brasil. O Programa Mais Médicos foi criado, em 2013, fruto de um pedido das ruas à Presidente Dilma, que atendeu a população brasileira mais pobre, mais carente e longe dos recursos. Em 2013, Jair Bolsonaro, Deputado Federal, à época no Partido Progressista, foi ao Supremo para suspender o convênio com os médicos cubanos. Logo, não é de hoje que Jair Bolsonaro não quer os médicos cubanos no Brasil.

Na campanha, recentemente, no mês de outubro, quem não lembra o candidato a Presidente da República Jair Bolsonaro dizer que em um canetaço ia mandar embora todos os médicos cubanos? Quem vai pagar essa conta são os pobres, as mães de família, as pessoas idosas, as crianças, já que não vai mais ter médico para atender essa população. Ele vem discriminando todos os dias esses que cuidam do nosso povo.

No Rio Grande do Sul, em 383 Municípios, quase mil médicos cubanos atendem o povo gaúcho. Cuba diz o seguinte: *"Se no Brasil o Presidente não quer, há outros países que querem os médicos cubanos"*. Aí querem discutir o salário dos médicos cubanos. Nós brasileiros temos que discutir o salário dos médicos brasileiros, e não o dos estrangeiros. Eles fazem o que querem com o dinheiro deles. Na minha cidade de Nova Santa Rita, os cubanos diziam: *"Nós estamos aqui prestando um serviço humanitário para o povo brasileiro. Não estamos discutindo o salário. Parte do nosso salário vai de volta para os cubanos. Nós fizemos isso porque nós somos formados para salvar vidas"*.

Meu repúdio a esse Governo Federal! Minha solidariedade aos médicos cubanos, que depois de virem salvar vidas o Presidente manda embora!

Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - V.Exa. será atendido, Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MARCON.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, por 1 minuto.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o embate ideológico que provoca a saída dos médicos cubanos do Brasil é irresponsável e inconsequente. É um retrocesso enorme que põe em risco a universalização da saúde, principalmente à população mais empobrecida e distante dos grandes centros.

Com a saída dos cubanos, o Amapá perde 60% deles — 73 dos 128 médicos do programa. Em todo o Amapá, eles atenderam mais de 345 mil pessoas. Nove deles atuavam em terras indígenas. Uma delas, coordenada pelo Dr. Javier, resgatou as plantas tradicionais curativas.

No Oiapoque, o Programa Saúde da Família será desmobilizado. Mesmo com novas contratações, muitos lugares que nunca despertaram o interesse dos nossos profissionais voltarão a ficar sem médicos.

Isso é inaceitável, Sr. Presidente!

Peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - V.Exa. será atendida.

Concedo a palavra ao Deputado Alan Rick, por 1 minuto.

O SR. ALAN RICK (DEM - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os médicos brasileiros e os médicos brasileiros formados no exterior estão vibrando, estão comemorando a saída dos médicos cubanos do País.

O Mais Médicos, quando foi criado, em 2013, pela Lei nº 12.871, priorizou a contratação dos médicos brasileiros com CRM e, na sequência, os médicos brasileiros formados no exterior. Apenas se não houvesse o preenchimento de vagas é que elas seriam oferecidas aos intercambistas.

O problema é que o Governo do PT fez um acordo com o Governo cubano, através da OPAS, para contratar esses médicos. Detalhe: o pagamento não fica com eles. Quando Bolsonaro anuncia que os médicos ficariam no Brasil recebendo o salário integral, o Governo cubano não quer mais. Ora, aí vemos que o viés ideológico foi da parte do Governo petista.

Na verdade, os médicos brasileiros deveriam ocupar essas vagas desde o início. É um programa formado para levar os médicos aos Municípios mais carentes, com Índice de Desenvolvimento Humano — IDH mais baixo. E hoje saiu o edital

com a oferta de mais de 8.500 vagas, que serão preenchidas com os médicos brasileiros e os médicos brasileiros formados no exterior, como os acrianos formados na Bolívia.

Peço que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - V.Exa. será atendido.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a data de hoje remete o meu coração, o meu sentimento à minha terra, o Município do Alegrete, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Lá, através do meu saudoso pai, Cassiano Pahim da Motta, conheci um grande líder negro, Euclides Braz, que presidia a União Operária 1º de Maio, nome sugestivo, porque vem ao encontro dessa celebração. Ele liderava famílias de negros que participavam ativamente na vida política, social e cultural do Município; cultivavam a cidadania, a dignidade, a igualdade que só a liberdade proporciona.

Esta é uma data de enorme significado, de muita importância, que garante a democracia, impede a discriminação, diz a todos nós brasileiros que os nossos irmãos têm e tiveram, ao longo da trajetória republicana, um papel significativo, um papel de orgulho para todos nós. É algo que integra, algo que aproxima este País continental que é uma verdadeira federação, algo que se distribui por todo o País, com as suas diferenças, mas com o sentimento maior da Pátria, com o sentimento maior da irmandade, da cidadania, daquilo que é fundamental para a vida de todos nós.

Portanto, nos somamos a esta grande celebração da consciência negra, que torna o Brasil maior, um país de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Célio Silveira.

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de manifestar o meu apoio ao Presidente eleito Jair Bolsonaro e parabenizá-lo pela escolha do nosso colega Deputado Mandetta para Ministro da Saúde. É uma grande escolha. Ele é um dos médicos mais preparados deste País para administrar bem o Ministério da Saúde. Quero dizer também que a escolha do Deputado Mandetta foi um golaço do Presidente Jair Bolsonaro, que tem escolhido muito bem a sua equipe.

Quanto aos médicos cubanos, espero que ele acabe também com a farra feita com o pouco dinheiro do povo brasileiro para manter Cuba e outros países. Quem quiser ficar no País como médico faça o REVALIDA, prove que estudou. Mas primeiro vamos valorizar os médicos brasileiros, que também precisam de emprego.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Azi, por 1 minuto.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero externar a nossa alegria e a nossa satisfação com o anúncio feito no dia de hoje pelo Presidente eleito Jair Bolsonaro. Refiro-me à indicação do Deputado Federal Mandetta como seu futuro Ministro da Saúde, não só pelo companheiro que tem sido no nosso partido, como Deputado Federal do Democratas, mas acima de tudo por sabermos o quanto S.Exa. conhece os problemas da área de saúde do País. S.Exa. está preparado e, não tenho dúvida, será um grande Ministro e vai definitivamente resolver o principal problema do nosso País: a saúde pública.

Parabéns, Presidente Jair Bolsonaro!

Nossos votos de sucesso ao Deputado Mandetta!

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção, por 3 minutos.

Em seguida, vou conceder a palavra ao Deputado Cabo Sabino e ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje, 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, volto a esse tema para afirmar a toda a sociedade que, no Brasil, não temos muito a comemorar. Não temos porque o Presidente eleito, em todo debate e toda vez que se posicionou sobre a questão racial, tentou diminuir a importância do povo negro na construção do Brasil. Não temos nada a comemorar por não terem sido reconhecidas as áreas quilombolas neste País, nos últimos 2 anos, e pela dificuldade de condução da política para a população quilombola. Não temos nada a comemorar porque este e o próximo Governo não sinalizaram, em nenhum momento, a criação de oportunidades para a população negra.

Ao mesmo tempo, quero ressaltar e reafirmar que a Bahia, cujo Governador é Rui Costa, é o único Estado que tem uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; tem um estatuto que prevê um fundo para ajudar na reparação no Estado; tem um estatuto que prevê o combate à intolerância religiosa. O Governo do Estado da Bahia tem feito um trabalho que permite a transversalidade na política racial no Estado.

Estou ressaltando isso para dizer que o Governador Rui Costa está de parabéns pelo trabalho que tem feito em relação à política de promoção da igualdade racial. Quero saudar as diversas atividades que no dia de hoje estão acontecendo na Bahia e no Brasil, lembrando justamente o legado do nosso líder Zumbi, e reafirmando a necessidade de se continuar lutando para combater o racismo existente no Brasil. Existe um racismo muito forte, mas nós vamos combatê-lo com muita organização, com muita luta.

Por isso, é fundamental a população estar nas ruas, denunciando o racismo, porque nós não podemos aceitar, de forma alguma, em pleno século XXI, ainda existir racismo no Brasil. Ele existe e é muito forte, nós sabemos disso, mas vamos combatê-lo.

A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado tem cumprido esse papel. Quero parabenizar toda a equipe da Secretária, Dra. Fabya Reis, assim como o Governador e as entidades que organizam o povo negro na Bahia. Estamos juntos nessa caminhada. Vamos organizar na Bahia, no Brasil e em todos os lugares um quilombo de resistência contra o Governo eleito, que anuncia que vai chegar com muita vontade de acabar com os quilombolas, de acabar com o povo negro. Não vai acabar, porque nós somos resistentes, nós somos igualmente mandacarus.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Cabo Sabino.

O SR. CABO SABINO (Bloco/AVANTE - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tomamos conhecimento do informe de que o Ministro da Agricultura quer tirar a sede da Superintendência da CONAB do Ceará e levar para Pernambuco. Essa é uma situação que a bancada cearense não aceita e com a qual não concorda. Ela não vai se calar, tampouco coadunar ou coparticipar desse sentimento.

Nós entendemos que o Estado coirmão Pernambuco também merece, contudo a CONAB está no Ceará. Se já temos dificuldade, mesmo com a Superintendência no Estado, de absorver o que a agricultura familiar produz, imaginem se ela ficar em Pernambuco. Pernambuco já é a sede dos carros-pipas e recebe dez vezes mais incentivos para o incremento do setor do que o Estado do Ceará. Levar a CONAB para Pernambuco é esquecer o Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Quero cumprimentar o nosso futuro Ministro da Saúde, Deputado Mandetta, que acaba de chegar no plenário. Seja feliz, Mandetta! O País espera muito de V.Exa. Faça muito pelo povo brasileiro, ocupando essa vaga tão importante.

Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Alberto Fraga.

No início de outubro, Deputado Alberto Fraga, a lista suja do trabalho escravo foi publicada, constando dela 209 empresas que descumprem o art. 149 do Código Penal, ou seja, cometem o crime de realizar a exploração do trabalho em condições análogas ao trabalho escravo. Se para o Pará isso não é novidade — é o Estado recordista em apreensões —, há um dado novo: o trabalho escravo hoje não escolhe mais regiões, localidades nem mesmo atividades. Grandes indústrias, grandes empresas, além de empresas rurais, estão na lista suja.

Eu quero concluir, no dia em que se homenageia a consciência negra, a memória de Zumbi dos Palmares, fazendo um apelo contra a extinção do Ministério do Trabalho, que deve ser fortalecido para continuar combatendo o trabalho escravo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Concedo a palavra ao Deputado Eron Bezerra.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. ERON BEZERRA (PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores trabalhadores, é curioso ver o que está ocorrendo com o Brasil. Não há uma única autoridade na área econômica nomeada pelo novo Governo que não tenha vindo dos Estados Unidos. Todo mundo é do chamado grupo Chicago Boys, todos vêm de Chicago. Eu fico pensando se esse pessoal realmente tem algum compromisso com o Brasil. E o Presidente faz um insulto público ao Governo cubano, ao povo cubano, e deixa aproximadamente 50 milhões de brasileiros sem assistência médica.

Quando esse programa foi criado, muita gente no Brasil o criticava. Hoje estão todos mudos. Sabem por quê? Por que o programa deu certo. A mim não interessa se são cubanos, americanos, japoneses, alemães, gregos ou croatas; a mim

interessa que o povo tenha atendimento médico. Foi uma solução radical que o Governo da Presidenta Dilma encontrou, à época, para resolver um problema, e resolveu. É claro que ele está longe de ser uma solução.

Todos nós sabemos que a questão de saúde pública não é apenas mandar o médico; é mandar a medicina, a estrutura, as condições objetivas. Enquanto isso não acontece, nós não podemos deixar a população sem qualquer atendimento. Por essa razão, foi fundamental a criação do Programa Mais Médicos.

Eu sou do Amazonas. A maior população indígena do Brasil está ali. Simplesmente, de 380 médicos ligados às comunidades indígenas, 302 são cubanos! Ou seja, praticamente toda a população indígena do Brasil, da Amazônia, ficará sem atendimento médico.

Eu quero pagar para ver colocar médico lá na fronteira, lá nas comunidades indígenas? Quero pagar para ver.

Vou torcer para dar certo. Assim como eu torci para o Mais Médicos funcionar, vou torcer para que qualquer outra solução funcione. A mim interessa principalmente o atendimento ao povo brasileiro. É isso o que qualquer um aqui deve ter presente. Qualquer brasileiro, qualquer Parlamentar desta Casa deve ter como primeiro compromisso o Brasil, os trabalhadores brasileiros; depois nós vamos discutir ideologia.

Cada um de nós tem o direito de ter a própria opinião. Alguns ainda defendem o escravagismo. Eu defendo uma sociedade socialista, é um direito meu. Mas há pessoas defendendo o feudalismo; outros ainda estão apegados à escravatura; alguns já avançaram para o capitalismo.

Esse debate, portanto, é o que está na ordem do dia aqui. Nós estamos diante de um conflito civilizacional, em que pessoas ainda sonham com a lei da chibata, pessoas ainda sonham com a noite da pernada, pessoas ainda sonham com o direito de ter escravos, como propriedades sua.

É esse o debate que precisa ser encarado aqui. Lamentavelmente, boa parte da população brasileira escolheu esse caminho. Na verdade, é um terço apenas.

Sr. Presidente, eu peço que seja dada divulgação ao meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - V.Exa. será atendido.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas e Deputados, eu uso esta tribuna para, mais uma vez, abordar e avaliar o caminho pelo qual vai entrar o nosso País nestes próximos meses.

Nós tivemos a eleição de um Presidente que trabalhou durante toda a sua história de atuação política, ao longo dos últimos anos e durante a campanha, na linha do incentivo ao conflito, da defesa de posições que atacam a democracia, da defesa de posições que propõem atacar e eliminar adversários políticos. Portanto, nós estamos diante de um Governo de caráter fascista.

Eu quero, nesta minha fala, conversar especialmente com os setores de fato comprometidos com a democracia dentro deste plenário e dentro da política brasileira. Nós precisamos, Deputados Reginaldo Lopes, Afonso Motta, estruturar uma ampla frente em defesa da democracia brasileira, porque a minha avaliação é que Bolsonaro, no Governo, tomará atitudes contra a Constituição, tomará atitudes de perseguição de adversários, tomará atitudes contra a democracia.

As instituições estão extremamente fragilizadas. Dentro deste Parlamento, nós precisamos ter uma frente ampla em defesa da democracia, que ultrapasse a fronteira de partidos, inclusive para além dos partidos da Oposição, como PT, PSB, PDT, PSOL, PCdoB, para setores que estão em outros partidos e que querem garantir um ambiente de respeito à democracia dentro do País.

Do nosso ponto de vista, daqueles que compõem a oposição, que estiveram representados na última eleição pelas candidaturas de Guilherme Boulos; de Ciro Gomes; de Fernando Haddad e Manuela d'Ávila, sua candidata a Vice; de Marina Silva, que representou a REDE; o PSB, que na maior parte dos Estados esteve em aliança com a candidatura de Haddad, mas em alguns Estados teve posição diferenciada... O meu convite é para que esses partidos de fato estabeleçam uma Mesa de diálogo político para compor uma oposição que seja sim extremamente responsável com a democracia brasileira, com os interesses do nosso País e que consiga mostrar ao povo brasileiro que nós seremos capazes de, a partir desse diálogo, retirar uma renovação de posição política para a Oposição.

Nós precisamos conter aqui neste plenário, na medida das nossas possibilidades, os ímpetos autoritários e antidemocráticos do Presidente eleito, aliás, eleito numa eleição extremamente complexa para ser analisada.

Eu faço e renovo este convite à formação dessa frente de oposição.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado.

Sras. Deputadas, Sras. Deputados, a preocupação de todos nós é sim com os quase 30 milhões de brasileiros que não terão o Programa Mais Médicos para receber o seu atendimento na área da saúde. Mais de 2.800 Municípios no País deixarão de ter esses profissionais do programa Mais Médicos. Quem vai atender esse povo? Quem vai atender?

Nós temos que ter relações com todos os países. Nós não queremos ingerências políticas, estrangeiras sobre soberanias das nações. Portanto, goste ou não goste de Cuba, o Governo eleito tem o dever — o dever! — de garantir a presença de médicos para a população brasileira.

E me preocupa muito o que eu tenho aqui em mãos, que é um documento que eu quero apresentar para V.Exas.: emenda que o Deputado Jair Bolsonaro apresentou à época da medida provisória da criação do Mais Médicos. O que dizia, à época, a emenda do Deputado Jair Bolsonaro? Ao art. 18, acrescentaria o § 5º: *"Os dependentes legais do médico intercambista estrangeiro não poderão exercer atividades remuneradas, com emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil"*. O que isso significa? Que Jair Bolsonaro não queria que nenhum acompanhante familiar de médico cubano pudesse trabalhar no Brasil. Está escrito na emenda.

Bem, Jair Bolsonaro sempre foi contra, e é contra, o Programa Mais Médicos. E não somos nós que estamos dizendo: neste documento da emenda, na justificativa, está escrito e assinado pelo Deputado. Sobre o Mais Médicos, ele diz o seguinte: *"Programa do qual discordo em sua totalidade"*. Portanto, ele escreveu que é contra o Mais Médicos, e agora está falando algo diferente, que quer oportunizar espaço para eles virem para cá. Isso é algo inaceitável! Vejam até onde... Essa emenda não foi aprovada, mas ele se elegeu.

Agora, essa discriminação, esse preconceito ideológico criou um caos nacional. São, no Brasil, 2.857 Municípios onde existe o Programa Mais Médicos. No Rio Grande do Sul, são 292 cidades onde existe o Programa Mais Médicos. Em 271 Municípios, os únicos médicos presentes são os médicos cubanos. São 1 milhão e 600 mil pessoas no meu Estado, são 30 milhões no País.

Então, exatamente esse preconceito ideológico cria um caos nacional.

A nossa cobrança é para que o povo não fique sem médico. E essa solução tem que ser apresentada pelo Governo eleito. É dele a responsabilidade de ter afastado os médicos. Talvez ele queira o caminho da privatização da saúde, do enfraquecimento do SUS, porque o Programa Mais Médicos é o maior reforço do SUS, da saúde pública para as pessoas que mais precisam.

Portanto, deve sair das mãos do Governo a resposta para atender ao povo, que precisa de médicos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Muito obrigado, Deputado.

Concedo 1 minuto ao Deputado Nelson Trad.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Fábio Trad, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Fábio Trad. É saudade do seu pai.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Muito obrigado por ter se lembrado do meu pai.

Em nome de todos os sul-mato-grossenses, quero aqui celebrar a indicação de Luiz Henrique Mandetta para futuro Ministro de Estado da Saúde do Governo Bolsonaro. S.Exa. é médico ortopedista, Deputado Federal extremamente competente, conhecedor profundo das vicissitudes da saúde pública no Brasil. Os desafios enormes que enfrentará certamente serão superados, mercê de sua competência, de seu comprometimento com o serviço público. S.Exa. é experiente gestor e serviu a Campo Grande como Secretário Municipal de Saúde na gestão Nelson Trad. É um orgulho muito grande para todos os sul-mato-grossenses que o conhecem e conhecem a sua tradicional família, a família Mandetta.

Parabéns a Luiz Henrique Mandetta, ao Mato Grosso do Sul e ao Brasil pela sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero trazer a esta Casa uma enorme preocupação. Todos nós aqui estamos recebendo nos gabinetes inúmeros Prefeitos, em especial de Estados primário-exportadores. Nós precisamos encontrar uma saída para a situação fiscal desses Estados,

não por acaso, todos eles primário-exportadores e com enormes dificuldades financeiras. Na verdade, estão literalmente quebrados. Isso pode levar o País a assistir nesses e em outros Estados que também se encontram em crise financeira por falta de crescimento econômico a um colapso nos serviços públicos brasileiros, no atendimento as nossas crianças na escola pública, nos hospitais, nos postos de saúde, no transporte escolar; no pagamento aos nossos servidores públicos.

Eu acredito que não haja uma saída a curto prazo além da revogação da Lei Kandir. Na minha opinião, é criminosa a Lei Kandir, feita em 1996, numa política equivocada do Governo Fernando Henrique Cardoso, numa política cambial em que fixou o dólar a 1 real e transformou o Brasil num paraíso para comprar lá fora e num inferno para vender para o mundo. É fundamental que esta Casa possa enfrentar esse tema. Além do aspecto de ter quebrado o pacto federativo, ter rompido as competências tributárias dos Estados e Municípios, a lei também é criminosa, porque o resultado foi a desindustrialização da economia brasileira.

Cada dia que passa com essa lei em vigor, o País perde indústrias. Portanto, não compensa o Estado brasileiro continuar com essa tese de não tributar na exportação, até porque a outra saída, para além da revogação, é a União gastar aproximadamente 40 bilhões de reais para fazer a compensação aos Estados e Municípios. Mesmo assim, isso é muito inferior ao que permitiria aos Estados arrecadarem imediatamente com sua revogação.

Durante esses anos, eu apresentei três proposições legislativas para enfrentar esse debate, para fazer o acerto de contas, fazer a compensação, criar um fundo de investimento de infraestrutura. Também apresentei uma emenda constitucional para revogar essa lei.

Nós precisamos dar uma resposta objetiva, uma resposta consistente, uma resposta que organize imediatamente, Deputado Delegado Edson Moreira, as contas do seu Estado inclusive, para que o País não desorganize os serviços públicos. Se o Estado se desorganizar, na verdade se desorganizam os Municípios. Ao se desorganizarem os Municípios, desorganizam-se todos os serviços públicos deste País, as principais políticas.

Quero fazer um apelo a esta Casa para pautarmos essa matéria. Se o caminho for a compensação, é um caminho. Eu acho um equívoco, pois continuará desindustrializando a economia brasileira. Mas eu acho que é um caminho. Agora, eu prefiro o caminho da revogação imediata da Lei Kandir no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga. DEM - DF) - Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Freitas do PT.

V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. FREITAS DO PT (PT - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, hoje muito foi falado a respeito do dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Eu quero tão somente citar os companheiros Maria Senhora de Carvalho, negra e camponesa, João Alves, Júlio Lima e Idália Rodrigues, nas pessoas de quem eu parabeno e me congratulo com todos os negros e negras do Brasil.

Sr. Presidente, venho aqui também repercutir um ato de grande importância acontecido ontem na cidade de Palmas, a Capital mais nova do Brasil, no Tocantins, a entrega de 160 unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa foi a primeira associação a produzir com qualidade casas para quem precisa, e, o melhor, Sras. e Srs. Deputados, localizadas no melhor ponto de Palmas, à beira da praia. Foi uma briga, uma guerra, conseguir a área, que conseguimos com a parceria de entidades como a CONAM — Confederação Nacional das Associações de Moradores e a FACOMTO — Federação das Associações Comunitárias e de Moradores do Tocantins, coordenada pela brilhante companheira Veneranda Elias, auxiliada pelos companheiros Erivelton Santos e Silvânia, que já é síndica daquele empreendimento.

E, aí, pudemos sentir no rosto daquelas pessoas a satisfação, a alegria de finalmente terem um lar.

Pena, Sr. Presidente, que o Programa Minha Casa, Minha Vida teve praticamente todos os seus recursos cortados. Hoje já recebi muitas manifestações de pessoas que continuam inscritas, que sonham com sua casa própria, que sonham em ter um lar, preocupadas com o destino do Programa Minha Casa, Minha Vida. Eu espero que o Governo que se aproxima tenha a compreensão da necessidade e da utilidade de produzir casas e mais casas, para gerar emprego, para tirar as pessoas das ruas, dos barracos de fundo, das quitinetes de aluguel caro. Eu espero e tenho certeza absoluta de que as entidades sociais organizadas darão sequência, com qualidade, a esse processo.

(Durante o discurso do Sr. Freitas do PT, o Sr. Alberto Fraga, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo 1 minuto ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero dizer que as questões previdenciárias têm um dado comprometedor em relação às pensões de não respeitar as nossas viúvas, as nossas pensionistas, justamente no momento em que certamente mais precisam de seu benefício, que consome, sem dúvida nenhuma, quase toda a sua renda em farmácias, em medicamentos.

Portanto, temos que preservar o direito das pensionistas, como temos que garantir a idade limite de aposentadoria aos 65 anos para o homem e 60 anos para a mulher na área urbana e 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher na área rural, em quem, sem dúvida nenhuma, o couro está muito mais judiado, muito mais carcomido.

Portanto, pressão naqueles que querem acabar com o direito previdenciário. Pressão!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Nobre Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Mandetta será o Ministro da Saúde do Presidente eleito Bolsonaro.

Como brasileiro, sempre torço a favor. Mas, concebendo a saúde como mercadoria, essa gana de privatização de tudo e de todos, essa gana por transformar saúde e educação em algo precificável, não como condição de vida, não como direito dos cidadãos brasileiros, como sinônimo de busca da justiça social, eu duvido que, com essa concepção consiga fazer uma política de saúde conforme a necessidade do povo, porque saúde não combina com privatização, não combina com lucro.

A entrevista que o Ministro anunciado deu ao *GI*, numa matéria de Guilherme Mazui, aqui de Brasília, mostra que há uma ideologização cruel do Presidente eleito e dos seus Ministros. Imediatamente após o seu anúncio, ele disse que a atuação dos médicos cubanos no Brasil parecia mais um convênio entre Cuba e PT do que um convênio entre as nações. Talvez o Ministro desconheça a realidade da saúde no Brasil e desconheça que o Programa Mais Médicos não foi criado por decreto. A Lei nº 12.871, de 2013, estabelece o programa.

E uma medida provisória tocou nessa questão da estrutura e recebeu uma emenda do hoje Deputado, eleito Presidente, Jair Bolsonaro, que literalmente proibia o trabalho dos dependentes dos médicos do Programa Mais Médicos. O argumento era: *"Não podemos permitir que os parentes venham"*. É um desrespeito ao povo brasileiro acabar com um programa tão importante e depois tentar mentir para o povo, afirmando que ele está acabando porque está preocupado com os familiares dos médicos cubanos. O povo brasileiro não aceita esse tipo de mentira.

Este apagão da saúde não tem justificativa, como não tem justificativa a fala irresponsável, preconceituosa, desrespeitosa para com cidadãos, cubanos ou de qualquer país, que estejam aqui solidários ao povo brasileiro, que tem um país tão rico, mas com grande parte dos Municípios sem saúde e com ausência de médicos até a criação do Programa Mais Médicos. Sairão 8.332 profissionais. São 5.570 Municípios no País. Destes, 3.228 ficarão sem médicos. É séria a situação.

Obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo 1 minuto ao Deputado Waldenor Pereira.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Colegas Parlamentares, encaminhamos à Secretaria da Mesa desta Casa Legislativa moção de pesar pelo falecimento da Sra. Iraí Dias da Silva, aos 63 anos.

A companheira e amiga Iraí era ex-Vereadora do Município baiano de Tanhaçu, uma grande liderança do Distrito de Sussuarana, também empresária e liderança política reconhecida em toda a região nos deixou no dia de ontem. Eu quero expressar meus sentimentos, destinar meus pêsames a sua família, cumprimentando sua filha Fernanda e, em nome dela, externar os votos de pesar a toda a família.

Quero ainda cumprimentar os companheiros Sidney Santana e Roger, que conviveu por muitos anos com a companheira Iraí...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo 1 minuto ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou aqui para comemorar a alegria dos nordestinos, dos cearenses e nossa pelo feito extraordinário de Mailson Furtado Viana, um cearense, jovem, de apenas 27 anos de idade, que ganhou dois Prêmios Jabuti: pelo livro do ano, *À Cidade*, e também na categoria poesia, o

que mostra a nossa resiliência, a nossa construção cultural, que faz o Nordeste ser uma Nação que se irmana no sofrimento de todos nós cearenses.

Ele é nascido no Cariré, criado na Varjota. Da sua lavra, saiu um texto perfeito, bonito, que nos orgulha pela sua capacidade editorial e intelectual:

*Tenho sangue de gente
Tenho essa poeira laranja na cara,
No meu peito,
No meu sangue,
Sou metade gente,
Metade bicho,
Sou sertão da cidade,
Sou pedaço água,
Ferro,
Terra,
Sou rio,
Trilho,
Rodagem.*

Isso é de uma perfeição, quando se trata de retratar a realidade nossa, do homem do sertão, do sofrimento que nós temos no Semiárido nordestino.

A Mailson o nosso reconhecimento, o nosso orgulho. No caminho de Bráulio Bessa, Mailson se junta aos grandes produtores e ganhadores do Prêmio Jabuti, como Ruben Fonseca, Lygia Fagundes Telles, Luis Fernando Veríssimo, Ferreira Gullar, Hilda Hilst e Marina Colasanti.

Isso é um feito muito grande para um jovem da Varjota e do Cariré.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Deputado Fábio Trad, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Federais, telespectadores que nos assistem neste momento, a Ordem dos Advogados do Brasil está promovendo, nas diversas seccionais que representam os Estados, eleições diretas para a escolha dos Presidentes das respectivas seccionais.

É importante destacar que o advogado, de acordo com a Constituição Federal, exerce uma atividade essencial à administração da Justiça. Isso porque sem a sua participação não há contraditório, não há ampla defesa, não há devido processo legal. Portanto, não há processo.

Ora, uma sociedade que não consegue equacionar os seus conflitos através de um processo devidamente judicializado, instruído de acordo com os valores constitucionais do contraditório e da ampla defesa, mostra-se absolutamente incapaz, aquém das exigências de um Estado de direito.

Sem advogado, portanto, não há solução judicial dos conflitos. Ele é peça fundamental.

Sr. Presidente, a minha manifestação cinge-se a um ponto que me parece tabu para o Conselho Federal. Mas é momento de enfrentar esse tema, que reputo imprescindível. Se as seccionais da OAB realizam eleições diretas para a escolha dos seus Presidentes, a pergunta que não quer calar é: por que o Conselho Federal não promove também uma eleição direta para que todos os advogados brasileiros, as advogadas brasileiras, nos seus múltiplos setores — o novo advogado, o advogado idoso, a mulher advogada, o advogado criminal, o advogado civilista — possam eleger o seu Presidente no Conselho Federal?

É importante que a OAB dê o exemplo de compromisso com a democracia, sufragando a tese de que, para a eleição do Conselho Federal, há de se fazer eleição direta, participativa, atuante e democrática envolvendo todos os advogados do Brasil, para legitimar a indicação do primeiro *bâtonnier* da instituição.

Assim, Sr. Presidente, fica registrada a mensagem para reflexão daqueles que sempre lutaram pelos ideais da advocacia. Rui Barbosa, Sobral Pinto, Evandro Lins e Silva e tantos e tantos advogados que se notabilizaram na defesa dos valores constitucionais do Estado Democrático de Direito devem neste momento ser recordados para que a OAB não fique aquém da história, não fique a reboque dos grandes movimentos sociais legitimadores da democracia e promova, enfim, eleições diretas para a Presidência do Conselho Federal.

Tenho dito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Arthur Oliveira Maia, do Democratas da Bahia.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos observado neste plenário, nos últimos dias, um fato curioso. A julgar pelo que temos ouvido aqui dos discursos dos Deputados da oposição, Jair Bolsonaro foi fragorosamente derrotado nas urnas, perdeu a eleição por uma acachapante maioria, e, mesmo assim, assumirá, no dia 1º de janeiro, o cargo de Presidente da República. Essa é a impressão que nós temos, Deputado Alberto Fraga, quando ouvimos as falas dos Deputados da oposição, porque xingam, atacam e agridem o Presidente eleito, atribuindo-lhe o adjetivo de fascista. E quem são os fascistas que elegeram o fascista? Fascista é o povo? O PT e a oposição aqui e agora querem abolir o povo também? Querem que a democracia se restrinja às convicções cabotinas que eles trazem consigo?

Ora, Sr. Presidente, na verdade, o Brasil se cansou de uma prática política de ditadura de uma minoria, que quis impor conceitos absolutamente adversos à sociedade brasileira.

Eu acho graça. Falam tanto de fascismo. Eu sou absolutamente contra o fascismo. Vejam bem: fascismo e nazismo são expressões políticas deploráveis.

Vamos nos recordar de uma coisa. Dizem que Hitler matou 30 milhões de pessoas. É extraordinariamente pesaroso para qualquer um imaginar um negócio desse, mas Stalin e Mao Tse Tung, em tempos de paz, mataram muito mais. E eles são os comunistas. Comunismo e fascismo são ambas expressões que revelam ódio, preconceito, intolerância, ditadura e morte. Portanto, não será com esses adjetivos que essa gente vai querer mudar o resultado das eleições. Não conseguirão isso.

Quero, portanto, desta tribuna na tarde de hoje, parabenizar o meu colega de bancada, o Deputado Mandetta, anunciado hoje Ministro da Saúde. Tenho certeza de que fará uma grande gestão, inclusive levando médicos brasileiros para atender a quem precisa nos mais distantes rincões deste País.

Tenho dito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Enquanto o Deputado Danilo Forte se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga, por 1 minuto.

Depois, falará o Deputado Assis Carvalho.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Presidente eleito, o Deputado Jair Bolsonaro, pelas indicações que vem fazendo e pelo grupo, pelo time que vem formando para o seu Governo. Evidentemente ele não vai agradar todos, mas nós sabemos que ele está se esforçando para escolher o que há de melhor para o nosso País, a fim de promover as mudanças necessárias ao povo brasileiro.

Nós sabemos que nomes como Sérgio Moro e, agora, Deputado Mandetta vão trazer alguma coisa proveitosa para a sociedade. Uma área muito crítica no País é a da saúde. Nós sabemos que o Deputado Mandetta é competente, é um jovem Ministro que com certeza vai implantar as medidas necessárias para que o povo brasileiro saia do sofrimento de ficar em filas e filas e morrendo na porta dos hospitais.

Com relação ao Ministro Sérgio Moro, eu espero que ele se aconselhe com pessoas que conheçam a segurança pública. Eu sei que as atividades do Ministério da Justiça não vão se sobrepor às da segurança pública. É por isso que ele precisa ter ao seu lado pessoas que tenham conhecimento da área de segurança pública para poder proporcionar uma segurança pública de qualidade ao povo brasileiro.

Muitas mudanças este Congresso vai ter que fazer. Nós sabemos que 2019 será um ano de mudanças. Nós não conseguimos votar o projeto de flexibilização do Estatuto do Desarmamento este ano. Eu espero que o Deputado Rogério Peninha Mendonça tenha razão, porque ainda acredito que o projeto vai ter dificuldade de ser votado no ano que vem. Por isso, nós queríamos votar o mais rápido possível esse projeto este ano, para que pudéssemos fazer que o povo brasileiro tivesse o direito preservado da legítima defesa.

Eu gostaria que meu pronunciamento fosse registrado nos Anais da Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço 1 minuto apenas.

Queria aproveitar a oportunidade para registrar a presença de vários Prefeitos de Municípios do Piauí. Cito o meu amigo Chico Pitu, de Marcolândia, e o Barroso Neto, de Santa Cruz do Piauí.

Também quero aproveitar o momento, Sr. Presidente, para registrar que a Unidade Escolar Augustinho Brandão, localizada em Cocal dos Alves, a pouco mais de 260 quilômetros ao norte da Capital do Estado Teresina, recebe hoje o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação.

É a primeira vez que uma escola pública no País é escolhida para receber este prêmio. Trata-se de um momento ímpar de reconhecimento da educação como o maior transformador de vida e desenvolvimento de um Estado, já que a escola se tem mantido, desde 2006, com altos índices de aprovação no ENEM e em olimpíadas, como a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, que envolve escolas de todo o País. Os alunos desta unidade são recordistas, com mais de 90 medalhas e aprovação em universidades públicas que chegam até 80%, anualmente.

Quero, portanto, parabenizar aqui a Deputada Rejane e o Deputado Arthur Lira, que fizeram a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Vou divulgar no programa *A Voz do Brasil*, Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Tem a palavra o Deputado Celso Jacob.

O SR. CELSO JACOB (MDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar a presença do nosso cantor Leo Chaves, que vem receber hoje da Comissão Participativa um certificado importante: de embaixador da Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infantil.

Com isso, ele vai aqui defender as causas do nosso jovem aprendiz, incrementando isso e nos ajudando.

A nossa Comissão Participativa está muito honrada em recebê-lo. O Presidente Pompeo de Mattos, todos os nossos Deputados da Comissão o receberam hoje. Ele vai começar um trabalho bacana de apoio aos nossos jovens indo ao mercado de trabalho, para que o nosso jovem busque caminhos cada vez melhores.

Essa é uma forma de fazer política positiva. Queremos fazer isso com o apoio da Câmara, com o apoio da nossa Comissão e principalmente com o apoio do cantor, que vai divulgar em todo o Brasil esse trabalho, o que vai ser muito positivo para todo o País.

Queria fazer esse registro e agradecer a sua presença e a da sua comitiva neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Está feito o registro.

Tem a palavra a Deputada Rejane Dias.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é com muita alegria que o Estado do Piauí tem se destacado na educação em todo o Brasil.

Hoje pela manhã, no Senado Federal, a nossa aluna Lanielle foi escolhida como autora da melhor redação no Programa Jovens Senadores, em uma concorrência de nível nacional com vários alunos de escolas públicas de vários Estados. Ela fez a melhor redação, a redação mais destacada neste programa tão importante que é o Jovens Senadores.

Ao mesmo tempo, nós estivemos agora, Sr. Presidente, homenageando a escola Augustinho Brandão, que também é uma escola destacada no Brasil e que acaba de receber o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação. Essa escola orgulha muito o Estado do Piauí. Muitos dos seus alunos têm recebido várias medalhas nas Olimpíadas de Matemática. Além disso, cerca de 80% dos seus alunos que fazem o ENEM são aprovados em universidades públicas do Brasil.

Então, é com muita alegria, Sr. Presidente, que eu parabenizo os nossos professores e o Secretário de Educação, Helder Jacobina, que tem dado todo esse apoio. O Estado do Piauí, com certeza, orgulha-se muito da sua educação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Tem a palavra o Deputado Danilo Forte, por 3 minutos.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

O debate em torno do Programa Mais Médicos tem consistência, há a necessidade de se dar solução ao problema. Nós precisamos rapidamente encontrar essa solução.

De fato, milhões de brasileiros tinham no Programa Mais Médicos uma referência. A minha mãe, que mora em Itapajé, no interior do Estado do Ceará, e que está com 104 anos de idade, criou uma relação com um médico cubano que a assistia e lhe dava acompanhamento. E casos assim ocorreram nas pequenas cidades das regiões mais pobres do País, como uma forma de anteparo, de segurança. O mesmo podemos dizer em relação às populações isoladas, populações ribeirinhas, populações indígenas, populações quilombolas, que tiveram, sem sombra de dúvida, um acompanhamento mais próximo a partir do Programa Mais Médicos.

E esse é o sentimento de todo mundo que militou na área. Quando eu estive à frente da Fundação Nacional de Saúde, vi ali uma necessidade muito grande, porque a dificuldade de alocar médicos para o interior do País era uma realidade. O acesso é difícil, e há falta de estímulo. Por isso mesmo, compreendendo toda essa questão e conversando com o novo Ministro da Saúde — a quem eu parabeno e entendo que, dentro dos quadros da militância da saúde pública no País, nós não teríamos ninguém da qualidade do Ministro Mandetta —, vimos a possibilidade de apresentar um projeto de lei. Então, eu apresentei hoje o Projeto de Lei nº 11.003, de 2018. Esse projeto traz uma alternativa à decisão do governo cubano — a decisão de retirar os médicos do Brasil não foi do Governo brasileiro, foi do Governo cubano, que chamou de volta os seus médicos.

Diante disso, para suprir essa deficiência, não basta só ofertar uma nova seleção, temos também que dar um ganho, uma possibilidade para que esses médicos se sintam estimulados a ir para o interior do País. Nós estamos apresentando esse projeto como uma compensação para os médicos que buscaram o financiamento do FIES, o programa de financiamento do ensino superior, que atendeu a muitos alunos de medicina, e agora muitos estão precisando de uma oportunidade de emprego para poder pagar essa conta.

Hoje já existe uma produção muito grande de médicos no País. Já são formados mais de 20 mil médicos a cada semestre. Isso dá condição de suprir a deficiência dos 8.500 médicos cubanos, mas precisamos do estímulo material e do estímulo profissional.

Para isso, poderemos colocar na mesa de negociação tanto a renegociação do FIES, como também a possibilidade da substituição da residência médica, cuja seleção para o treinamento desses médicos é de difícil acesso. Com isso, eles passarão a adquirir uma experiência, uma vivência capaz de lhe dar a oportunidade de continuar na atividade com a segurança necessária que a população exige em relação à qualidade do serviço médico.

Eu primo por um ditado chinês que diz que *“não importa a cor do gato, o importante é que ele pegue o rato”*. Não importa se os médicos são cubanos, russos, alemães ou brasileiros. Podemos priorizar e dar uma oportunidade aos jovens médicos brasileiros, inclusive a esses que estão com dificuldade de quitar suas dívidas com o FIES. Podemos oferecer uma compensação para a realização do obrigatório e necessário estágio complementar, que é exatamente quando se faz esse complemento para adquirir conhecimento necessário. Nós temos aqui uma oportunidade.

Convoco todos que se sensibilizem para a votar esse Projeto de Lei nº 11.003, de minha autoria, a fim de que possamos solucionar esse problema que aflige, que causa sofrimento a milhões de brasileiros, principalmente os mais pobres e os que moram mais longe dos grandes centros urbanos do País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Enquanto o Deputado Domingos Sávio se dirige à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Pedro Uczai, para uma questão de ordem.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem em relação ao início da Ordem do Dia. Nós já verificamos que foi atingido o quórum. Eu queria saber de V.Exa. se vamos iniciar a Ordem do Dia, até porque, no nosso entendimento, há várias pautas para serem discutidas, para serem debatidas. Gostaria de saber se vamos iniciar, pois já temos o quórum de 261 Deputados, que já assinaram presença. Nós solicitamos a V.Exa. que inicie a Ordem do Dia, para que o Regimento Interno seja cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, Deputado. Nós já vamos começar a Ordem do Dia. Três requerimentos de urgência acabam de chegar, e vamos colocá-los em votação.

Concedo 1 minuto ao Deputado Jutahy Junior.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a questão do Programa Mais Médicos está comovendo o Brasil e mobilizando várias pessoas que defendem o governo cubano e o PT. Tem gente dizendo que está totalmente errado.

Eu votei contra o Mais Médicos, porque sabia que os médicos cubanos eram vítimas de uma ditadura, que fez um contrato absolutamente leonino, pois esses médicos ficavam com apenas um terço dos seus salários, o que era algo extremamente benéfico ao governo cubano e muito pouco benéfico para a sociedade, principalmente para os médicos cubanos.

Mas nós também não podemos aceitar que os médicos que estão se retirando sejam vítimas da ingratidão do povo brasileiro e dos políticos brasileiros. Esses médicos exerceram aqui a sua atividade com muita dignidade e com muita correção, fazendo do nosso País a sua morada e contribuindo com sua dedicação.

Então, eu quero deixar registrada a minha solidariedade a todos esses que trabalharam em prol da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Está feito o registro.

Com a palavra o Deputado Laudívio Carvalho, por 1 minuto.

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (PODE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para registrar a morte de um jovem de 17 anos, o Luiz Felipe, que foi agredido por outro jovem, colega da mesma escola, o Instituto de Educação de Minas Gerais. O agressor, Hudson Rangel Gomes Rosa, de 18 anos, que já tinha 30 ocorrências por agressão, matou o colega com um chute na cabeça, Sr. Presidente, numa covardia inenarrável!

Isso aconteceu em uma das escolas mais tradicionais e importantes do Estado de Minas Gerais. O povo mineiro quer justiça, porque um jovem morreu nas mãos de outro jovem depois de um jogo de futebol. O que poderia ser uma brincadeira de jovens terminou numa grande tragédia para a família da vítima e também para a sociedade mineira.

Sr. Presidente, gostaria que a minha fala fosse registrada no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, minhas palavras iniciais são para refletir o momento que vivemos e a necessidade de um grande pacto a favor do Brasil. É imprescindível que todos os homens e mulheres de bem, indiferentemente de partido, compreendam que é hora de nos unirmos em defesa do País.

Assisto aqui, de maneira até assombrada, à atitude daqueles que, antes mesmo de o Governo Bolsonaro iniciar, já fazem o jogo do "quanto pior, melhor", já fazem o jogo de dizer que nada vai dar certo, já fazem o jogo de dizer que a Constituição vai ser rasgada, que nós teremos as instituições aviltadas. Essa é a atitude daqueles que não têm compromisso com o Brasil, daqueles que, ao longo de mais de 1 década, mostraram que têm compromisso com o interesse de um grupo, de um partido, e são capazes de cometer os mais absurdos crimes, em especial o da corrupção, para tentar se perpetuar.

A verdade é que nós sabemos que o desafio que há pela frente não é fácil. Não venham aqui dizer que do dia para a noite o Sr. Jair Bolsonaro vai chegar e transformar o nosso País num mar de rosas. Isso poderá ocorrer se nós todos nos unirmos. Aliás, em suas manifestações, desde o primeiro momento, quando poucos acreditavam que ele poderia ser o Presidente, o Sr. Jair Bolsonaro nos dizia: *"Nós podemos fazer deste País uma grande Nação, uma Nação mais justa, melhor para todos os brasileiros, em que os nossos valores éticos, morais, os nossos valores da família e o nosso espírito patriótico sejam de fato honrados e defendidos"*. Isso é louvável. Quem pode ser contra isso? Podemos ter divergências pontuais nesta ou naquela posição, nesta ou naquela forma de expressar, mas esses valores essenciais requerem que todos os homens e mulheres de bem se unam para defendê-los.

Eu vejo com muita alegria que os primeiros passos que o Presidente eleito toma são extremamente assertivos, corretos e não só bem-intencionados, mas também com uma visão de estadista. Ele busca aqui nesta Casa homens e mulheres competentes. Cito o meu grande amigo, o nosso colega Deputado Mandetta, que acaba de ser escolhido Ministro da Saúde. S.Exa. é um homem experiente, dedicado, honrado, profundo conhecedor da matéria. Também cito a nossa colega Tereza Cristina, nossa grande Ministra da Agricultura, uma mulher honrada, guerreira, profunda conhecedora da matéria, sem uma paixão partidária a nortear a formação do Governo. Da mesma forma, cito o nosso colega Onyx Lorenzoni.

Portanto, acho que é hora de termos o sentimento de unidade em favor do Brasil, porque os desafios são grandes. É preciso que nós tenhamos em mente que o Brasil é maior do que este ou aquele partido.

Para concluir, quero deixar registrado que o desafio que aguarda o nosso Ministro Mandetta é de responsabilidade de todos nós, iniciando com a superação do impasse no Programa Mais Médicos, que, com certeza, poderá ser feita valorizando os médicos brasileiros, respeitando os médicos de outros países que queiram trabalhar aqui, mas não para aviltá-los, sonegando-lhes o salário para financiar uma ditadura, mas dando a eles respeito e dignidade no trabalho.

Portanto, é este o compromisso que eu assumo: trabalhar a favor do Brasil, a favor de um país mais justo, indiferentemente de partido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Domingos Sávio, o Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A lista de presença registra o comparecimento de 272 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 6.768, DE 2017
(DO SR. DANIEL ALMEIDA)

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, regime de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 843, de 2007, que "Altera o art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer do colo de útero, de câncer da mama ou de câncer da próstata".

Daniel Almeida

PCdoB/BA

Posso votar?

Em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 9249, DE 2018
(LÍDERES)

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação da seguinte proposição? PLP 459/2017, de autoria do Senado Federal, que altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2018.

Deputado Felipe Bornier

Líder do PROS

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, não há acordo para votação simbólica desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Vamos tentar acelerar um pouquinho a votação das urgências. *(Pausa.)*

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente...

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, um esclarecimento, por favor.

Essa matéria é a matéria da securitização?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - É. É Isso.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) - Ah, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Foi um pedido dos Governadores do Estado de todos os partidos, ou da maioria deles.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Auditoria Cidadã da Dívida, particularmente a Dra. Maria Lucia Fattorelli, tem sido crítica, com base técnica muito rigorosa, acerca desse projeto.

Foi criada uma CPI em Belo Horizonte, onde foi implantado esse sistema, e realmente se conseguiu comprovar o desvio de muitos milhões. Acaba sendo uma festa com dinheiro público, porque o argumento é para recuperar recursos que seriam perdidos no tempo, caso não houvesse uma ação do Estado de forma direcionada para reaver esses recursos.

Na verdade, acabaram oferecendo, com a criação de uma estatal específica, as moedas boas, e as moedas podres ficaram com o Estado, gerando só prejuízo.

Por isso, nós somos contra.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estiveram presentes hoje na Casa o Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Gladimir Arolde, muitos Prefeitos e representantes de associações de Municípios do Brasil inteiro.

Dentre tantas pautas, há uma prioritária que esta Casa pode deliberar este ano, dando um presente para os Prefeitos e para a população dos Municípios brasileiros. Refiro-me ao PLP 461/17.

Como nós já aprovamos requerimento de urgência para a votação desse projeto por ocasião da Marcha dos Prefeitos e tendo em vista que o mesmo agora está pronto para ser deliberado no âmbito do Plenário, atendendo às reivindicações dos Municípios e dos Prefeitos do País, apelo a V.Exa. para concluir este ano votando o PLP 461/17.

Faço esse apelo a V.Exa. com vistas ao fortalecimento do municipalismo brasileiro.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Democratas encaminha o voto "sim". Este é um projeto importante, precisa ser votado. Por isso, pedimos aos colegas que compareçam ao plenário e às lideranças que encaminhem o voto "sim", pela urgência do PLP 459/17.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho que declarar a minha posição contrária a esse projeto, que, na verdade, vai permitir que as dívidas tributárias sejam transferidas para o sistema bancário. É uma total irresponsabilidade. Já existe projeto nesse sentido na Câmara, em Comissão Especial, que não foi aprovado. Agora, vem um aprovado pelo Senado nesse mesmo sentido. Eu até havia requerido a apensação dele à Comissão Especial. Foi indeferida por V.Exa.

Portanto, é preciso que as pessoas tomem cuidado, porque, ao votar esse projeto, vão permitir a transferência dos créditos tributários para o sistema bancário, o que certamente será uma coisa extremamente absurda. Não dá para acreditar que alguém com responsabilidade vote "sim" a esse projeto.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vai votar "sim", Sr. Presidente. O PR vai votar "sim".

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais um registro com relação a essa urgência. Claro que com relação à urgência nós estamos votando favoravelmente, mas é muito importante que esta Casa tenha uma consciência mínima com relação ao conteúdo dessa matéria.

Na verdade, a securitização vai aparentemente beneficiar os Municípios, que vão poder, na relação com o sistema financeiro, alcançar mais recursos em um momento de tanta dificuldade e desequilíbrio na questão federativa, de injustiça na questão federativa. Contudo, nós vamos transferir para o futuro uma grande incerteza com relação ao recebimento efetivo desses créditos, desses valores.

Portanto, no mérito, nós vamos querer fazer essa apreciação, inclusive junto com os Municípios, para que efetivamente possamos produzir um bom resultado nessa securitização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP orienta "sim". Respeitando o Deputado Arnaldo Faria de Sá, S.Exa. fica evidentemente liberado para votar "não" no mérito. Mas o "sim" não desagrada a sua própria posição.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB orienta "sim" no sentido da segurança jurídica e logicamente da diminuição dos custos da rolagem da dívida dos Municípios e dos Estados.

Então, a securitização veio nessa direção. A orientação do PSDB é "sim".

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido dos Trabalhadores libera a bancada, embora este Deputado tenha questionamento quanto a um dos aspectos desse projeto, que é o da transferência para o

setor financeiro de cobrança da dívida ativa, hoje feita pela Procuradoria da Fazenda Nacional. Nós transferimos essa responsabilidade e o seu custo para as instituições financeiras.

Portanto, com esse questionamento, a nossa bancada está liberada.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD, Sr. Presidente, orienta "sim" em virtude dessa ingente crise fiscal que assola Municípios e Estados brasileiros. Este projeto, de acordo com a assessoria técnica do PSD, contribui sobremaneira para ajudar a encontrar caminhos no sentido de solucionar, ainda que parcialmente, os problemas financeiros dos Municípios e dos Estados.

Por isso, a orientação do PSD é "sim".

O SR. ALEX MANENTE (PPS - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS orienta o voto "sim". Entendemos que esta é uma matéria importante, que tem que ser debatida. Precisamos avançar neste tema. Obviamente, na discussão do mérito, nós manifestaremos alguns pontos de vista que precisam ser aprimorados. Mas, neste momento, diante da importância da matéria, entendemos que a orientação tem que ser "sim", para aprovarmos a urgência e entrarmos no debate do mérito desta matéria importante para nosso País.

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB encaminha "sim" à urgência.

O SR. BEBETO (PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB entende que a cessão onerosa originada de créditos tributários é importante para os Estados e Municípios — pode significar um alívio para os Municípios. No entanto, nós entendemos que o mérito precisa ser mais bem refletido por esta Casa. Nós vamos votar "sim", sem compromisso com o mérito, porque queremos aprofundar o debate em torno do conteúdo do PLP 459.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conclamo todos os Deputados a comparecer ao plenário para darmos celeridade à votação do requerimento ao PL 459, que é muito importante para vários Estados da Federação, inclusive para os Estados do Nordeste, como meu Piauí.

Embora o PT tenha liberado a bancada, eu votei "sim" e venho pedir apoio aos Deputados do Nordeste, aos Deputados do Brasil inteiro, para que possamos votar, o mais rápido possível, este requerimento e, assim, ser pautado este projeto.

Reitero o apelo aos Deputados: compareçam ao plenário, para que se dê celeridade à votação deste requerimento. Peço que votem "sim".

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Patriota orienta o voto "sim".

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim". Muito obrigado.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - O Patriota orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Vamos encerrar a votação.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta o voto "sim", cumprindo o acordo feito por todas as Lideranças no Colégio de Líderes.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB libera a bancada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB e o PROS votam "sim".

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vota "sim".

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os "bolsonaristas" chamam de Escola sem Partido o que, na verdade, é uma proposta para tentar criar a Lei da Mordação. Além de cínica, a proposta é em si "tosca", entre aspas. Este termo não é meu, mas do editorial do jornal *O Globo*.

Esta proposta é tão cretina, que até a família Marinho, sempre aliada aos governos conservadores, resolve reagir.

O jornal diz que "*alguns referenciais não podem ser negociados*". Um deles é que "*o ensino é um espaço amplo e aberto para a formação dos alunos, o que significa informar os jovens sobre ideologias, em aulas e conversas francas*".

O editorial diz mais:

A farsesca ideia de uma escola — entre aspas — "neutra" é, na verdade, um atalho para a manipulação dos estudantes (...). Portanto, não cabem lei e decreto para estabelecer uma neutralidade impossível. É uma farsa o objetivo do Escola sem Partido. Em vez de "neutralidade", o que se deve buscar é o pluralismo, que incentiva o aprendizado crítico. Há uma onda conservadora no País que não pode se transformar num macartismo tropical. Não se deve é permitir que ações obscurantistas invadam as salas de aula, que precisam ser arejadas.

Sr. Presidente, se até *O Globo* está enxergando uma ameaça de macartismo tropical no tal Escola sem Partido, quer me parecer que não se deve perder mais tempo com essa asneira.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, alguns Deputados já se pronunciaram, como o Deputado Assis Carvalho, do Piauí. É importante nós votarmos "sim".

A Oposição vota "sim" a este projeto, que tem importância fundamental para o Nordeste brasileiro. Ele não é para beneficiar, mas apenas para garantir o que já é determinado por lei. Portanto, neste projeto, votaremos só a urgência. O mérito será discutido na próxima semana. Não se está criando incentivo nenhum. Trata-se apenas da importância que o projeto tem para os Estados do Nordeste.

Nós apelamos para que os Deputados venham ao plenário votar "sim". Isso interessa ao Piauí, ao Ceará, ao Maranhão, à Bahia, ao Rio Grande do Norte, à Paraíba, às Alagoas e ao Sergipe.

O projeto é muito importante a todos e interessa a questão regional.

Portanto, é fundamental votarmos "sim".

A Oposição vota "sim".

A SRA. RAQUEL MUNIZ (PSD - MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero registrar a presença, na Casa, de John Kennedy, que representa o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro, de Montes Claros, ao norte de Minas Gerais.

Peço que minha manifestação seja registrada pelos meios de comunicação da Casa e divulgada pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, eu sou o Relator desta matéria na Comissão de Finanças e faço a seguinte indagação a V.Exa.: o projeto será votado hoje?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Não.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) - Eu serei o Relator desta matéria?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Eu não sabia que havia Relator designado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) - Eu sou o Relator na Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Eu não sabia que já havia Relator na Comissão. Eu já me comprometi com o Deputado André Figueiredo. Se houver duas Comissões, será um para cada Comissão.

V.Exa. continua na Comissão de Finanças, e o Deputado André Figueiredo relata na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) - Então, já que o quórum está próximo, eu quero informar a V.Exa. que esta matéria trata dos recebíveis. Os Estados e Municípios que têm ICMS, ISS ou outros tributos para receber, parcelados ou não, receberão créditos bons. Não se trata de créditos podres. Eles se tornam recebíveis somente para se fazer empréstimo em cima deles.

Os bancos vão emprestar dinheiro para os Estados e Municípios, só servindo os recebíveis como lastro. Não se trata de colocar estes impostos nas mãos de terceiros, porque este processo de cobrança é indelegável. Por outro lado, os Estados têm dinheiro para receber, principalmente, ICMS, mas quero deixar claro para a Casa que devem muito o ICMS de exportação. Há Estados que devem 3 bilhões, 4 bilhões, 5 bilhões de exportação que não estão sendo contabilizados. Se, de um lado, têm para receber, do outro, têm para pagar.

Eu sei que a intenção dos Estados e dos Municípios é ter autorização, porque eles já fazem isso hoje. Não é proibido: eles só querem segurança jurídica, mas não querem se comprometer a pagar o que estão devendo às empresas exportadoras. Há empresas que têm 30%, 40% do patrimônio líquido para receber em crédito de exportação.

Portanto, é oportuno que façamos um encontro de contas. Eu estou colocando isso claramente, para que todos saibam o que está acontecendo. Não se trata de uma forma nova de receber. É uma forma velha. No entanto, há uma coisa: quando se toma este dinheiro emprestado, o Tesouro Nacional não interfere, não passa por ele. É feita uma operação de crédito com base nos recebíveis, como se se desse um terreno, um imóvel ou um prédio como garantia. Isso aumenta o endividamento do Estado e deixa um problema para o futuro Governador — mais dívidas —, e não paga as dívidas que tem com os exportadores com crédito a receber.

Eu sei que é complicado, mas, como Relator, estou fazendo esse alerta.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos vota "sim".

O SR. ASSIS CARVALHO (PT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar que hoje, 20 de novembro, é o Dia da Consciência Negra.

Nos últimos 13 anos, os negros tiveram um avanço significativo nas políticas públicas. Mas, infelizmente, o retrocesso foi percebido depois do golpe que aconteceu em 2016. Nós sabemos que em 2019 a tendência é a situação piorar ainda mais, porque o projeto vencedor é discriminatório, não inclui os negros nas políticas, merecidas, em que eles precisam estar incluídos.

Quero aproveitar para abraçar todos os negros e negras do Brasil, com os quais reafirmamos nosso compromisso com a luta histórica que fazem. Vamos continuar de mãos dadas.

Viva Zumbi dos Palmares, referência da luta negra no nosso País!

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, 20 de novembro é o Dia Nacional da Consciência Negra.

Venho da cidade mais negra do País, onde, sem dúvida, se concentra a maior desigualdade social entre negros e não negros. Refiro-me à cidade de Salvador, a Capital colonial do Brasil. Hoje, estima-se que negros e brancos só terão renda equivalente no País em 2089, ou seja, daqui a pelo menos 71 anos.

Em 2015, brancos ganharam o dobro do que receberam os negros: 1.589,00 reais, contra 898,00 reais mensais. De cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras.

Os homicídios de mulheres negras aumentaram 54% em 10 anos no Brasil. Homens jovens negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no Brasil.

Hoje comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra, para celebrar o legado de Zumbi dos Palmares, símbolo da luta contra o racismo. Por isso, mais do que nunca, em relação ao prenúncio que percebemos da diminuição das liberdades, é preciso exaltar a memória de Zumbi, a coragem das mulheres negras, a memória do mestre Moa do Katendê, assassinado por ódio político nas ruas de Salvador.

Viva Zumbi dos Palmares pelo seu legado!

Viva o povo negro construtor do nosso Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Trad.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer apenas uma advertência. Embora estejamos votando o rito para transcender a tramitação nas diversas Comissões, eu julgo importante alertar a Casa para o caráter temerário do § 4º do art. 198 do projeto, que, na realidade, dá um cheque em branco à Receita Federal para ter acesso praticamente ilimitado às informações dos contribuintes, dos cidadãos de forma geral, até ameaçando e colocando em risco sua privacidade.

Eu sei que esta é uma questão que vamos enfrentar quando avaliarmos o mérito do projeto, mas o § 4º do art. 198, se aprovado, autorizará a Receita Federal do Brasil e as administrações tributárias internacionais acesso ilimitado às informações privadas dos cidadãos, portanto sem autorização judicial.

Este é o alerta que faço à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito seja dada como lida uma manifestação que faço sobre o dia de hoje, o Dia Nacional da Consciência Negra.

Negro que viveu 40 anos, poliglota que se negou a aceitar as condições que obrigavam, em nome de uma pseudoliberalidade, a negação da história e dos direitos da comunidade escravizada até então, Zumbi dos Palmares, ao lado da sua companheira

Dandara, é símbolo da resistência negra no nosso País, resistência importante no momento em que o racismo é incentivado por autoridades, inclusive pelo próprio Presidente recém-eleito, que deveria estudar mais História para entender que o racismo está na fonte da própria colonização do Brasil. Ele é funcional a esta estrutura tão desigual do nosso País. *"Eles querem nos matar, mas nós combinamos: não vamos morrer"*, palavras de Conceição Evaristo, a poeta negra.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também gostaria de me manifestar hoje, no Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em várias cidades do País, inclusive nas maiores: São Paulo e Rio de Janeiro.

Quero dizer que o povo negro deste País, povo injustiçado, num país com 300 anos de escravidão, não conseguiu ter um dia nacional, um dia nacionalizado. É uma vergonha que na Capital da República não se tenha o Dia da Consciência Negra. O racismo, no nosso País, é estrutural: ele permanece. Agora, com o retrocesso civilizatório que estamos vivendo, mais ainda deve se fortalecer esta data, em que Zumbi dos Palmares e Dandara foram massacrados, em Alagoas.

Viva a luta do povo negro!

O SR. BACELAR (PODE - BA) - Peço a palavra para falar pelo tempo da Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A Deputada Jandira Feghali pediu antes, Deputado.

Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali, pela Liderança. Depois da fala de S.Exa., eu vou encerrar a votação.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, já estou na tribuna. O senhor precisa marcar o tempo.

Como vários colegas já se manifestaram, é fundamental abriremos o pronunciamento de hoje marcando o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra e registrando que nossa posição é muito nítida: a luta contra o racismo não é uma luta secundária, nem complementar, não se constitui de um movimento social como qualquer outro. Trata-se de uma luta estrutural, antiopressão, uma luta que deve ser encarada como estruturante da sociedade brasileira. É uma luta transversal, em relação a todas as outras lutas. Assim deve ser encarada pela sociedade, pela humanidade. Esta luta é um dos pilares contra a opressão, num país, como o Brasil, que tem uma herança escravagista, herança muito dolorosa de escravidão, em que até hoje sofremos as consequências.

Dados extremamente pesados mostram que a população negra, atualmente, compõe 51% da população brasileira e ainda tem, em termos de tempo de estudo, em média, menos de 2 anos que a população branca. No Brasil, a população carcerária é predominantemente negra, e nós ainda temos um número de mortes de mulheres negras bastante superior ao de mortes de mulheres brancas. No nosso País, o desemprego que vitima a população negra é muito maior que o desemprego em que vive a população branca, sem falar na renda, que é muito menor.

Os dados são oficiais: são dados do Governo. Estes dados são apurados por todas as instituições de pesquisa e comprovam a realidade, na mais nítida exclamação e na mais nítida comprovação de como o racismo no Brasil ainda é marcante e precisa ser estruturalmente confrontado por nós.

As políticas afirmativas responderam a isso, mas de forma ainda muito leve. As políticas públicas são importantes, porém insuficientes para enfrentarmos o racismo que ainda existe no Brasil. O racismo precisa ser enfrentado de forma estrutural, a começar pelo debate dentro das escolas, o que não será possível diante do chamado Escola sem Partido, com base no qual o debate aberto sobre o preconceito não será possível.

Buscando compreender as desigualdades estruturais e sociais que existem no Brasil, gostaria de ir para um tema que, nesta semana, polarizou as atenções da sociedade brasileira: a extinção do Programa Mais Médicos na nossa sociedade.

Como médica e profissional na área da saúde, eu acompanhei muito de perto todo o debate. Sei qual foi a reação de muitas entidades médicas e da minha categoria: uma reação predominantemente, pelo menos a expressa pelas entidades, muito negativa à época. Colocavam em questão o problema da revalidação do diploma. Lamentei muito as reações de preconceito em relação aos médicos cubanos, reações que parte da categoria expressou. É importante dizer que, ao final, o acordo construído nesta Casa envolveu o Conselho Federal de Medicina.

O projeto, além de ampliar a atenção para os rincões, para as áreas periféricas, para as áreas pobres, para as áreas de difícil acesso, para as aldeias indígenas, incorporou áreas importantes da formação mais generalista dos médicos brasileiros, por meio da criação de residências médicas na medicina familiar e comunitária.

Este foi um avanço importante do Programa Mais Médicos. Eu tenho alguns dados que mostram como este programa é importante para o Brasil e como ele se desenvolveu. São 8.500 médicos cubanos. O Programa Mais Médicos atinge 60 milhões de brasileiros. Mais de 1.575 Municípios só possuem 1 médico cubano no seu programa. Nas aldeias indígenas, 75% dos médicos — 300 médicos — que atuam são cubanos.

É importante dizer que esta cobertura foi tida como extremamente positiva pela população brasileira. Muitas dessas regiões não foram atendidas por outros médicos. Os outros médicos para lá não foram, e as razões foram muitas, mas lá chegaram os médicos cubanos, por meio de um programa que teve a mediação da Organização Pan-Americana da Saúde. Era esta mediação que precisava ser respeitada. Foi por isto que o programa deu certo, porque houve uma mediação do Governo cubano, da Organização Pan-Americana e do Governo brasileiro.

É bom dizer que a formação dos médicos cubanos se dá de forma absolutamente transversal, solidária e cidadã. Cuba formou mais de 35 mil profissionais de 138 países sem nenhum custo para os países. Sua solidariedade começou na década de 60, já na Argélia. Aqui estão os dados da missão médica cubana humanitária. Foi para o Peru em 1970 — houve 80 mil mortes por causa de um terremoto —, quando mais de 100 mil cidadãos cubanos doaram sangue. Cuba já atendeu aos quatro continentes. Em 55 anos, já realizou mais de 600 mil missões de saúde pública para onde outros médicos nunca quiseram ir, a começar de áreas com epidemias mortais, contra o ebola, na Libéria, Serra Leoa e Guiné; contra a catarata, na América Latina e no Caribe; contra a cólera, no Haiti, numa situação de tragédia.

Cuba faz seu trabalho de forma humanitária e solidária. Quando muitos não querem ir, está lá o médico cubano. É importante dizer que esta missão no Brasil produziu resultados fundamentais.

Quando o Governo eleito no Brasil dá sua manifestação ideológica, coloca essa ideologia à frente dos interesses do povo brasileiro, coloca essa ideologia para cercear a atividade dos médicos cubanos no País, ele o faz sem pensar no povo brasileiro. Além disso, anuncia um chanceler que estabelece uma teoria lunática decorrente de teorias americanas — o Sr. Olavo de Carvalho espalhou, no Brasil, a teoria do marxismo cultural e do globalismo —, colocando novamente uma visão ideológica contra os médicos cubanos, que obviamente são cerceados de atuar no Brasil quando atuaram de forma absolutamente apertidária, atendendo ao povo mais pobre, nos ambientes mais longínquos deste País.

E o Presidente em exercício diz o quê? Nada! É absolutamente omissor. É um Presidente decorativo, de fato, o Sr. Michel Temer.

Eu quero ver como vão cobrir o atendimento ao povo brasileiro. Quero ver como responderão a isso. Os editais que estão por aí colocam os Prefeitos e, principalmente, o povo brasileiro numa situação muito difícil, com a Emenda 95, com a quebra das clínicas da família, o Brasil inteiro sem recursos, o Rio de Janeiro sem equipes. Na verdade, nós estamos tirando a assistência do povo brasileiro. A retirada de médicos cubanos e o desrespeito ao Programa Mais Médicos e à Organização Pan-Americana da Saúde são o resultado dessa ideologização.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 270;

NÃO: 25;

ABSTENÇÃO: 3.

O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA FOI APROVADO.

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 9.264, DE 2018

Senhor Presidente,

Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação do PL nº 10.431/2018.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2018.

O SR. PEPE VARGAS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Pepe Vargas votou de acordo com a orientação do partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não há consenso neste também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados e a todas as Sras. Deputadas que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação. *(Pausa.)*

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Valmir Prascidelli votou de acordo com a orientação do partido na votação anterior.

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT está em obstrução, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Deputada Maria do Rosário votou de acordo com a orientação do partido, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente, eu estou inscrito para falar pela Liderança da Oposição.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Democratas, "sim".

O Deputado José Guimarães vai falar pela Liderança?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Então, peço que espere um pouco, pois o Deputado Bacelar está na frente. Aliás, tanto faz um dos dois.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Quero orientar pelo PSOL, Sr. Presidente.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que meu voto seja registrado igual ao dos outros, pois eu votei com a Liderança do meu partido.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Luiz Cláudio votou de acordo com a orientação do PR.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a minha fala neste início de noite é para expressar um pouco o meu sentimento, como Deputado cearense, como Deputado nordestino, sobre o que significa o fim do Programa Mais Médicos para as populações mais carentes do País.

Esse Programa foi criado pela Presidenta Dilma, em 8 de julho de 2013. Lembro-me de que, quando o Programa foi criado, o discurso que muitos fizeram, seja no debate da medida provisória, seja na votação da medida provisória, era o de que o Governo brasileiro iria trazer os cubanos para o País para impedir que médicos brasileiros assumissem a tarefa de cuidar das populações mais carentes.

Eu era Líder da bancada do PT em 2013 e me lembro de que nós negociamos, inclusive, o edital. O Deputado Mandetta, que hoje foi anunciado como Ministro da Saúde do próximo Governo, foi um dos que negociou conosco o edital de convocação do Mais Médicos. E o que dizia o edital? Que os médicos estrangeiros só assumiriam depois que tivesse sido feita a chamada dos médicos brasileiros. Todo mundo se lembra disso.

O fato é que poucos brasileiros se dispuseram a se mudar para cuidar das populações mais carentes nos rincões do País, nas comunidades quilombolas, nas áreas indígenas, no Sertão do Nordeste, em Municípios distantes 600 quilômetros, 1.000 quilômetros da Capital dos respectivos Estados, em comunidades como algumas do interior do Ceará, que viram médico pela primeira vez quando chegaram os profissionais do exterior, que não eram só cubanos, para cuidar da sua saúde.

O certo é que se fixaram no País mais de 8 mil cubanos, além de médicos de outras nacionalidades. Vieram para o Brasil e organizaram — eu não tenho a menor dúvida de dizer aqui aos brasileiros e brasileiras que estão nos ouvindo — o Programa que mais cuidou humanamente das pessoas mais carentes, das pessoas que nunca receberam um médico em sua casa.

Quem não precisa, quem tem plano privado de atendimento à saúde pode não dar importância a esse Programa, mas a verdade é que, depois que o Programa Mais Médicos foi implantado, e a assistência médica chegou às comunidades mais carentes, ninguém ousou, nem na última campanha eleitoral, falar mal desse Programa, a não ser o candidato eleito, que ficou fazendo vídeos, dizendo que iria mandar os médicos cubanos para fora.

E ninguém ousou falar mal do Programa porque ele foi o mais estruturante do ponto de vista da saúde pública já implementado no nosso País. Em um total de 2.885 Municípios com menos de 20 mil habitantes só havia médicos cubanos.

Ninguém, a não ser o candidato eleito, ousou dizer que os médicos cubanos não tinham competência profissional para atender às populações mais carentes, porque a população dos mais variados cantos do País — das comunidades tradicionais, das zonas rurais, das periferias das grandes cidades — elogia, reconhece e é grata ao que fizeram esses profissionais pela saúde pública no nosso País.

Nunca vimos um programa tão vitorioso como esse. É claro que nós temos outros programas que têm resultados extraordinários do ponto de vista da melhoria da renda, da alteração do padrão de desenvolvimento econômico de várias comunidades rurais do Nordeste brasileiro e do Brasil, mas esse Programa deu dignidade, esse Programa alterou o padrão de saúde pública, sobretudo na atenção básica.

Nós montamos uma verdadeira rede de proteção social, que ajudou essas comunidades em mais de 2.800 Municípios do Brasil. Só nas aldeias indígenas, eram mais de 300 médicos cuidando dos índios, das índias. Havia médicos também nas comunidades quilombolas. Esse Programa beneficiou quase 30 milhões de brasileiros e brasileiras.

Como pode, de uma hora para outra, com uma bravata qualquer, o Programa se acabar, e os médicos e profissionais internacionais e cubanos serem obrigados a deixar o Brasil? Como é que o Governo brasileiro vai suprir essa deficiência? Eu estou para ver!

O atual Ministro da Saúde disse que em 1 mês vai fazer o novo edital para levar médicos para as comunidades interioranas e zonas urbanas nas periferias das grandes cidades. Esse Programa levou 6 meses para ser estruturado, com a parceria dos Municípios e dos Estados e contrapartidas dos Municípios! E, agora, estão fazendo bravata, tanto o Governo atual como o Governo eleito, dizendo que vão resolver o problema, contratando médicos brasileiros. Não vão! Esse Programa jamais poderia ter sido encerrado.

Ainda vem o novo Governo dizer que, aos cubanos médicos que quiserem, ele dará asilo político aqui no Brasil. Chega a ser uma coisa odiosa ouvir esse tipo de conceituação, esse tipo de posição política! Todo mundo no Brasil sabe que o governo cubano suspendeu o contrato aqui no Brasil por conta de todas as ameaças que os cubanos e o governo cubano sofreram durante a campanha eleitoral e agora, depois da vitória do candidato eleito.

Não é possível!

O que está em curso no Brasil é um verdadeiro desmonte. Eu chego a dizer nas minhas andanças pelos sertões do Ceará que o Governo eleito é muito mais radical na aplicação do liberalismo econômico, é muito mais radical nas ações do futuro Ministro da Economia, ao querer dilapidar os direitos sociais que estão inscritos na nossa Constituição, e é muito mais draconiano na sanha arrecadadora. Para eles — quem é do Nordeste sabe — pouco importa se uma pessoa, se uma dona de casa, lá das comunidades rurais, está precisando de um médico ou de um benefício. O olhar é para a banca do mercado. O olhar é para entregar o patrimônio público do Brasil aos interesses do mercado financeiro. Esse é o Brasil que está surgindo. É claro que a população está olhando e está atônita, sem saber o que vai acontecer nos próximos meses.

Falam em retomar obras. Ainda hoje eu estava dando uma entrevista e dizia que não há como retomar o crescimento e o investimento público, se não se revogar a tal PEC do Teto, porque ela presidiu o desmonte, nesses 2 anos, das conquistas que nós alcançamos, muitas delas, inclusive, aprovadas por este Congresso Nacional.

O nosso papel é estender a nossa solidariedade às comunidades tradicionais, às comunidades das zonas rurais e às comunidades das periferias das grandes cidades. O nosso papel é denunciar o fato de eles terem golpeado mais uma vez o interesse do Brasil, das populações mais carentes, quando detonaram o Programa Mais Médicos. Nós vamos ficar vigilantes. Nós vamos ficar atuantes no Congresso Nacional, na oposição a essas medidas que tendem a desconstitucionalizar todos os direitos que foram inscritos na Constituição de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Vamos à orientação dos partidos.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Bloco PTB/PROS vota "sim".

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Leo de Brito votou "não" na última votação nominal.

A SRA. KEIKO OTA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco PTB/PROS vota "sim".

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB encaminha "sim", Sr. Presidente.

O SR. ANÍBAL GOMES (DEM - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com o partido na votação anterior.

O SR. BETO FARO (PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Beto Faro votou conforme orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar "sim", mas quer registrar que é apenas com relação à urgência. A matéria trata da aplicabilidade de resoluções do Conselho de Defesa da ONU e alcança pessoas físicas, jurídicas e entidades no trato do financiamento do terrorismo. É matéria com que nós queremos contribuir, mesmo que tenha essa relevância.

Votamos "sim", Sr. Presidente.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB encaminha "sim", Sr. Presidente.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Helder Salomão votou de acordo com o partido na votação anterior.

A SRA. KEIKO OTA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra a Liderança do PSL.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é jogo rápido. Eu não gosto muito de interromper a sessão. Queremos mais é que as coisas fluam. Mas não tem como ficar ouvindo...

O tempo é o da Liderança do PSL, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - É pela Liderança.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) - Acabamos de ouvir dois oradores falando dos médicos cubanos, como se Cuba fosse uma referência em saúde. Se tivessem compromisso com a saúde, não estariam retirando às pressas daqui esses profissionais, supostamente médicos. Estão correndo para retirar porque, se Jair Bolsonaro chegasse a Presidência e esses médicos estivessem aqui, iríamos aplicar o REVALIDA e ver quantos desses médicos não são militares cubanos infiltrados aqui. Então, esses que estão saindo primeiro de médico não têm nada.

Outra coisa: esse programa é uma injustiça com os brasileiros formados no exterior. Aproveito para fazer uma sugestão ao Conselho Federal de Medicina, para que promova um calendário do REVALIDA, a fim de que esses médicos possam se programar e prestar com habitualidade essa prova.

Aproveito também, Sr. Presidente, para dizer que não adianta a Esquerda reclamar. A boquinha de pouco mais de 1 bilhão de reais por ano, à custa do nosso dinheiro, que vai para Cuba, via escravização desses médicos, vai acabar.

Imagine esta situação, você que está me ouvindo: nós não reclamamos da mordida do Imposto de Renda de 27,5%? Pois imagine morderem 70% do seu salário! E pior: não permitirem que sua família venha visitá-lo! Os médicos cubanos que estão no Brasil têm a família refém em Cuba. Com isso, Cuba faz deles escravos seus.

Então, isso nada mais é do que uma questão de justiça. E um aviso: os verdadeiros médicos que quiserem continuar no Brasil terão refúgio garantido. Nós prezamos pelos direitos humanos.

Nós não vamos sacanear vocês como fizeram com os lutadores de boxe nos Jogos Pan-Americanos, quando o Governo os entregou de bandeja para Cuba. Eles estavam fugindo de uma ditadura onde há até racionamento de ovo.

Termino, Sr. Presidente, lembrando que eu nunca vi um americano sequer nadar de Miami para viver no paraíso cubano. Entretanto, de Cuba para Miami, cubanos arriscam a própria vida, nadando entre tubarões.

Então, é só um pouquinho de verdade, para esclarecer as coisas aqui, porque há muita gente descolada da realidade.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Eduardo Bolsonaro, o Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manto, 4º Suplente de Secretário.)

A SRA. KEIKO OTA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSB encaminha "sim", Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT orienta no sentido da obstrução, mas eu quero justificar

Por óbvio, todos nós temos uma posição clara, cristalina, contra qualquer ato, qualquer ação terrorista. Mas ocorre que no Brasil há uma vontade política que se transforma, cada vez mais, em um movimento institucional para tratar movimentos sociais como terrorismo, e isso é inaceitável!

Uma coisa é combatermos — e aí sim é preciso —, enfrentarmos toda e qualquer ação terrorista.

Aliás, os terroristas, quando agem, além do ataque a inocentes, em todos os sentidos, agem por causas que até podem ser justas, mas a violência jamais se justifica.

Mas este projeto abre a porta para tratar movimentos sociais como...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Como orienta o PP, Deputado Simão?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Como vota o PR?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero lembrar o PT que houve um acordo no Colégio de Líderes. O mérito é uma coisa, mas hoje pela manhã na reunião do Colégio de Líderes ficou acordado que essas três urgências seriam votadas sem obstrução, e o PT está obstruindo.

Nós precisamos para esta votação de no mínimo 300 Deputados votando "sim".

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Para peço a palavra contraditar, Sr. Presidente.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB encaminha "sim".

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero contraditar o Deputado Fraga, com todo o respeito. Não havia acordo na questão de mérito.

Há a definição dos que são favoráveis de matéria trazê-la ao Plenário. E nós estamos fazendo obstrução porque nós não podemos concordar com um projeto que criminaliza o MST, o MTST, organizações que são coerentes com a Constituição Federal, porque defendem a justiça social no Brasil.

V.Exas. estão atacando tanto os movimentos sociais porque querem acabar com a justiça social no Brasil e com a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Como vota o PSD? (*Pausa.*)

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Pela ordem.) - Na urgência anterior, o Deputado Júlio Delgado votou com a bancada, Sr. Presidente.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos votando o rito, não o mérito. Aprovando o regime de urgência, prescindiremos da análise das Comissões, mas é importante destacar que, no mérito, a recomendação para a aprovação deste projeto tem sedimento na ONU, a Organização das Nações Unidas, para dar maior eficácia ao combate ao terrorismo, a fim de que a indisponibilidade de bens e ativos seja menos burocrática e decretada administrativamente, mas com controle de legalidade a ser feita posteriormente pelo Poder Judiciário.

Portanto, Sr. Presidente, a orientação do PSD na questão do rito de urgência é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Como vota o PRB, Deputado Vinícius Carvalho?

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PRB encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Como vota o Podemos? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB, Deputado Daniel Almeida?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto "sim", considerando que este projeto tem como objetivo equiparar a lei brasileira ao que já existe internacionalmente. Faz parte de acordos internacionais administrados e controlados pela própria ONU tornar indisponíveis os bens daqueles

que estejam envolvidos em atos de terrorismo. Portanto, não vejo nenhum problema em votarmos a urgência. No mérito, vamos debater e vamos esclarecer as dúvidas que por acaso possam surgir no debate.

Quero aproveitar para agradecer a todos os Deputados que votaram a favor do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 843, de 2007, que garante condições favoráveis e estimula a realização de exames para detectar câncer em homens e mulheres.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Podemos orienta “sim” à urgência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Algum partido mais quer orientar?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sim.

O PSOL informou no Colégio de Líderes — talvez o Deputado Fraga estivesse desatento nessa hora — que tinha sérias objeções a aprovar a urgência para este projeto. Ele é delicado, é importante, envolve questão internacional — o quase sempre inoperante Conselho de Segurança da ONU interfere em estruturas internas do País —, por isso mereceria, por exemplo, o parecer e o debate na Comissão de Segurança Pública. Por isso, mereceria também o debate na Comissão de Constituição e Justiça. Não é porque se cria esse fantasma do terrorismo — que, aliás, o futuro Governo parece estar atraindo para cá, com as suas diatribes de guerra fria — que não temos que examinar o projeto com profundidade.

Nesse sentido, estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar, pela Liderança do PSD, por 7 minutos.

O SR. ALEX MANENTE (PPS - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Antes, o PPS orienta “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós participamos efetivamente do encontro de Prefeitos do Brasil patrocinado pela Confederação Nacional dos Municípios.

Os Municípios reivindicam uma coisa que inclusive já é do conhecimento desta Casa e já foi aprovada por esta Casa: uma compensação financeira, um encontro de contas com o Governo Federal, relativo aos créditos que os Municípios têm com o Governo Federal e aos débitos que têm com o Governo Federal, principalmente, débitos previdenciários.

E ficou acertado ontem com o Presidente Temer, lá na CNM, que ele vai regulamentar e vai fazer tudo para viabilizar o encontro de contas de quem deve e tem um crédito, pagar que seja paga a diferença por aquele que estiver devendo mais. Isso foi muito importante.

Mas mais importante foram os temas discutidos naquele encontro. Eu sou municipalista, Presidente da Frente Parlamentar Municipalista, e o que eu mais defendo nesta Casa e em qualquer lugar em que eu esteja é o aumento da participação dos Municípios brasileiros no bolo tributário. Eu fui Prefeito há mais de 40 anos, quando o FPM era de 7% do IPI e do Imposto de Renda. Em 1988, já eram 17%. O Congresso, através daquela reforma, aumentou de 17% para 20%, e, nos anos subsequentes, aumentou meio ponto percentual, até chegar a 22,5% do IPI e do Imposto de Renda. Mas a União foi transferindo aos Municípios responsabilidades e mais responsabilidades que eram da União, sem a correspondente dotação de recursos para atender àquelas responsabilidades.

Então, nós trabalhamos aqui para aprovar um aumento de um ponto percentual nesse repasse, a ser pago no mês de dezembro, e isso está vigendo desde 2007. Essa proposta foi de nossa autoria, aprovada com o apoio maciço de todos os integrantes desta Casa, naquela época. E aprovamos em 2014 a PEC que prevê pagamento semelhante no mês de julho, que no início foi parcelado e, no último ano, já foi pago na integralidade.

E agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós conseguimos instalar hoje a Comissão Especial da PEC 391-A/17. De que trata a PEC 391-A, que já foi aprovada lá no Senado? Nós instalamos a Comissão hoje, e a unanimidade dos seus membros quer pressa nessa análise. E os Prefeitos também querem pressa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Esta Presidência prorroga a sessão por 1 hora.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - O encontro estava cheio de Prefeitos. O Presidente da CNM estava nos apoiando, para que instalássemos a Comissão e aprovássemos essa PEC ainda no presente exercício. O obstáculo, Sr. Presidente, é o problema da intervenção federal no Rio de Janeiro. Inclusive, o Presidente Covatti Filho vai propor ao Presidente da República que, quando terminar a tramitação da PEC na Câmara, seja suspensa a intervenção federal por 1 ou 2 dias, para que nós possamos aprovar essa PEC ainda no presente exercício, para vigor no exercício seguinte.

Por quê? Porque esses recursos serão parcelados. No primeiro ano, será pago 0,25 ponto percentual a mais; no segundo ano, será pago 0,5 ponto percentual; e só vai ser atingida a integralidade no terceiro ano, como ocorreu com a PEC que previu o pagamento do mês de julho — também foi parcelado.

Nós instalamos a Comissão, todos os seus membros estão de acordo em abreviar a tramitação e não esperar as dez sessões do Congresso para que a PEC seja apreciada. Eu tive o prazer de ser indicado Relator. Foi S.Exa. o Sr. Presidente Rodrigo Maia que me indicou, e me indicou pela minha origem, pelo meu passado, pela minha história, pela minha luta constante em favor dos Municípios. E eu fiquei muito honrado. Quero agradecer o apoio ao Presidente da Câmara e a todos os membros da Comissão Especial.

Nós vamos, na semana que vem, fazer uma pauta e, na outra semana, uma sessão, para ouvir determinados segmentos que nós vamos convocar para discutir todos os prós e os contras dessa PEC acerca da elevação de um ponto percentual nos repasses aos Municípios. Há quem diga: "*E o que é 1%? É tão pouco!*". Não é, não! Um por cento que se tire do IPI e do Imposto de Renda do Governo Federal representa mais de 4 bilhões de reais. Para o meu Estado, o Piauí, um Estado que tem uma grande dependência dessas transferências, isso vai dar mais de 100 milhões de reais.

Num momento muito oportuno, como esse encontro de Prefeitos patrocinado pela CNM, o Governo anuncia o encontro de contas e esta Casa, na pessoa do Presidente Rodrigo Maia, determina a instalação dessa Comissão, que é presidida pelo Deputado Covatti Filho, para apreciar, na maior rapidez possível, essa PEC muito importante para os Municípios brasileiros.

Sras. e Srs. Prefeitos, tenham fé! A crise vai ser amenizada, porque esta Casa, em unanimidade, vai aprovar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CAIO NARCIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. MARCIO ALVINO (PR - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Marcio Alvino votou com o partido na última votação.

O SR. MOSES RODRIGUES (MDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Moses Rodrigues votou com o partido na votação anterior.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - É para justificar, Deputado?

O SR. CAIO NARCIO (PSDB - MG) - Não, é 1 minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Pergunto porque o Líder está lá, mas fale por 1 minuto.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É só 1 minuto.

Sr. Presidente, eu só queria cumprimentar os jovens do Estágio-Visita que estão aqui acompanhando a sessão de hoje. Queria cumprimentar cada um deles que está aqui. *(Palmas nas galerias.)*

Que esta Casa possa, cada vez mais, ser da juventude e dos brasileiros e que esteja cheia de pessoas acompanhando aqui, de perto, o trabalho dos Parlamentares. Assim, o Brasil vai ser melhor.

Muito obrigado. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. LEONARDO PICCIANI (MDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar meu voto. O Deputado Leonardo Picciani, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, votei de acordo com o Partido dos Trabalhadores.

O SR. MARCO ANTÔNIO CABRAL (MDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, o Deputado Marco Antônio Cabral votou com o partido, o MDB.

O SR. LINDOMAR GARÇON (PRB - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Lindomar Garçon votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Bacelar, para uma Comunicação de Liderança, por 5 minutos.

O SR. BACELAR (PODE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputado Carlos Manato e Sras. e Srs. Deputados, eu quero associar-me aos diversos Deputados que hoje se pronunciaram celebrando o dia 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, celebrando o grande herói nacional Zumbi dos Palmares e todos os ancestrais que, diariamente, com muita luta, suor e sangue, construíram este País.

Infelizmente, Sras. e Srs. Deputados, a elite brasileira não fez da educação um caminho para acabar com as desigualdades entre negros e brancos. Infelizmente, durante mais de 300 anos, foi proibido aos negros, aos africanos, aos afrodescendentes frequentar qualquer instituição formal de educação. E não só era proibido aos negros, aos escravos, frequentarem a escola, como também as tímidas associações que os afrodescendentes faziam para que eles mesmos conseguissem se alfabetizar eram duramente repreendidas, eram duramente punidas. Isso ocorreu no período colonial, isso ocorreu durante o reinado, no período imperial. Somente com a proclamação da República foi permitido que negros frequentassem a escola. E aí está a razão da abissal diferença entre a educação de qualidade dos brancos e a dos negros.

Apesar dos avanços de universalização da educação nos últimos 20 anos, infelizmente, os negros continuam tendo acesso a uma educação pública de péssima qualidade. Na educação infantil, nas creches, há 10% menos matrículas de crianças negras. Se analisarmos a evasão escolar, veremos que a evasão da juventude negra é muito maior do que a da juventude branca. Se analisarmos dados referentes à conclusão do ensino fundamental, veremos que há uma diferença de 15 pontos entre o jovem branco o jovem negro, no que tange à idade correta para se terminarem os estudos. Tudo isso mostra que a elite brasileira falhou e tem falhado em promover uma educação de qualidade para o filho do trabalhador e especialmente para os negros. Precisamos colocar a educação como caminho para que a diferença entre negros e brancos termine.

Deputado Carlos Manato, com projetos como o Escola sem Partido não conseguiremos fazer avanços. Se o famigerado Escola sem Partido estivesse vigendo, nós hoje não poderíamos celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra, porque o professor que, na sala de aula, qualificasse a escravidão como uma das páginas mais tristes da história do Brasil poderia ser denunciado. Esse professor estaria com uma tornozeleira eletrônica impedindo-lhe o livre pensamento, impedindo que ele descrevesse esse triste episódio da história brasileira.

E por aí vai, Sr. Presidente.

Precisamos, sim, colocar a educação pública como prioridade, especialmente a educação pública de qualidade direcionada às crianças negras e à juventude negra deste País. Só assim, elegendo a educação como caminho para que se acabe com a desigualdade no Brasil entre brancos e negros, construiremos verdadeiramente uma Nação.

Viva a África! Vivam os afrodescendentes! Viva Zumbi dos Palmares!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Esta Presidência gostaria de destacar a presença, nas galerias do plenário, dos jovens participantes do programa Estágio-Visita.

Esta Presidência apoia a participação do jovem na política e uma maior interação do Parlamento com a sociedade.

Gostaria de convidar as jovens capixabas que estão presentes para virem aqui.

Segurança, por favor, traga as jovens capixabas aqui à Mesa. *(Palmas.)*

Concedo a palavra, pela Liderança do Governo, ao Deputado Beto Mansur.

Depois, terá a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) - Presidente Carlos Manato, autorize a entrada de todos os participantes do Estágio-Visita.

O SR. BETO MANSUR (MDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho aqui falar sobre o Programa Mais Médicos. É um projeto importante que foi construído pelo Governo passado, se não me engano, pelo Governo Dilma ou pelo Governo Lula, que fez uma série de parcerias, não só com Cuba, mas também com outros países. Outros médicos estrangeiros trabalham no Mais Médicos.

Nós temos mais de 18 mil médicos trabalhando nesse Programa. É um Programa muito, muito positivo e que tem que continuar, pelo simples fato de que nós precisamos ter, pelo menos, um médico em cada um dos 5.570 Municípios brasileiros. É importante dizer isso, em função dessa polêmica toda gerada pelo governo de Cuba.

O governo de Cuba, na semana passada, tentou trucar o Governo brasileiro, dizendo que iria sair do Mais Médicos, em função de falas de Bolsonaro como candidato e depois da própria eleição de Bolsonaro como o próximo Presidente da República, porque ele falou algumas coisas que não foram do agrado do governo cubano.

Sabemos que temos mais de 8 mil médicos cubanos trabalhando no Brasil. Eu quero dizer que, neste momento, houve uma decisão muito, muito importante do Governo Michel Temer. É lógico que o Presidente Michel Temer poderia deixar isso de lado, não se preocupar com o Mais Médicos e deixar o próximo Presidente da República, que assume no dia 1º de janeiro, resolver esse problema. Mas não.

Mas não, o Presidente Michel Temer, acertadamente, mandou que o Ministro da Saúde Gilberto Occhi fizesse dois editais. Amanhã, com o primeiro edital, que se inicia logo na parte da manhã, nós teremos a possibilidade de médicos que estejam registrados no Conselho Regional de Medicina — CRM, brasileiros ou estrangeiros, poderem se habilitar às 8.517 vagas que estão disponíveis, logicamente trabalhando a partir da data em que os cubanos saírem. Por outro lado, se nós não conseguirmos completar as 8.517 vagas, haverá um segundo chamamento no dia 27 de novembro para completar essas vagas, aí sim, com médicos que tenham registro no exterior, brasileiros, e com médicos estrangeiros, inclusive os médicos cubanos que estão no Brasil que queiram deixar o seu país, pedir asilo político aqui ou se inscrever aqui e trabalhar dentro do Brasil ganhando os 11.800 reais que cabe a cada médico que trabalha no Mais Médicos.

Há um detalhe que eu acho fundamental e que temos que analisar: nós não podemos colocar a política partidária e as ideologias neste programa. O que nós queremos é que os médicos brasileiros ou estrangeiros possam se habilitar para trabalhar não somente dentro do Estado de São Paulo, não somente dentro do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, nos grandes centros, mas também queremos ver médicos brasileiros trabalhando nos rincões do Maranhão, do Pará, no meio do Amazonas, atendendo às cidades ribeirinhas e também aos indígenas. Isso é muito importante para que possamos, por um lado, ter o Mais Médicos funcionando e, por outro, dar aos brasileiros que se habilitem, que façam os seus cursos de Medicina, condições de trabalhar e ganhar os 11.800 reais mensais.

É muito importante dizer isso porque o que estamos vendo ao longo deste Brasil como um todo, e quem anda pelo Brasil, principalmente em Estados do Norte e Nordeste e em Estados longínquos, também percebe, é que existem vagas abertas para o Mais Médicos, porque não existe médico querendo trabalhar nessas cidades. Por isso, muitas vezes, os médicos cubanos acabam sendo contratados. É importantíssimo que nós tenhamos isso em mente, porque o Governo Michel Temer rapidamente tomou essa posição para não deixar faltar médicos nas cidades brasileiras. Não podemos esquecer que temos cidades muito pequenas no Brasil, cidades longínquas, em que muitos médicos brasileiros não querem trabalhar. Esta é a verdade. Basta conversarmos com os Prefeitos do nosso País.

Portanto, nós temos que manter o Mais Médicos. Nós esperamos agora que esses dois editais deem condições para que os médicos sejam contratados, para que possamos ter sucesso neste programa. Não dá para ficar aqui, como a Oposição está fazendo, criticando o Governo do Michel Temer, até porque vem encerrando o seu mandato no dia 31 de dezembro, mas tem a responsabilidade de manter esse programa funcionando e não perder a possibilidade inclusive de contratar médicos cubanos, que são bons médicos.

São médicos que têm experiência e, muitas vezes, mantêm o tempo de trabalho exigido.

Não vejo absolutamente nenhum problema com relação a isso. Questões salariais que envolvem um país como Cuba e os médicos é outro ponto. Não vi aqui muita gente que muitas vezes fala de trabalho escravo nas propriedades rurais brasileiras tocar no assunto de que há escravidão nesse programa. E isso há, porque Cuba acaba ficando com a maior parte do salário dos médicos cubanos. Muitas vezes, as Prefeituras têm que complementar o valor salarial para que eles possam viver e dar um bom atendimento.

Por isso, é muito importante que nós baixemos a bola, esqueçamos um pouco essa questão que envolve partido político, direita e esquerda, e eleição, porque a eleição já acabou. Nós temos que manter esse programa com qualidade para atender fundamentalmente a sociedade brasileira nas pequenas cidades e nos pequenos centros, porque é lá que falta de atendimento médico e hospitalar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Pela Liderança do PT, concedo a palavra ao Deputado...

Quem quer justificar?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, peço a V.Exa. que mantenha um pouco mais a votação. É importante termos a aprovação dessa urgência. O PT está em obstrução, mas a Casa tem 388 Deputados.

Peço aos Deputados que venham a plenário para votar esta matéria, que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra à Deputada Zenaide Maia. *(Pausa.)*

Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT, ao Deputado Paulo Pimenta. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e público que acompanha a nossa sessão, agora há pouco subiu à tribuna um dos porta-vozes mais próximos e mais íntimos do Presidente eleito. Fez aqui uma manifestação que, evidentemente, não pode ficar sem resposta.

O candidato eleito utilizou uma estratégia na campanha eleitoral, no segundo turno, de esconder-se ao máximo, evitando a possibilidade de que pudesse ser questionado. Não foi sabatinado pela imprensa, fugiu de todos os debates. E boa parte das pessoas que acabou votando nele, votou sem saber exatamente o que ele pensa a respeito das coisas, se é que ele pensa, de fato, a respeito das coisas.

Ele anunciou durante a campanha eleitoral que, caso fosse eleito, governaria com 15 Ministérios. É natural que as pessoas imaginassem que esse número teria sido fruto de um estudo sobre o Estado brasileiro. Nada, não tinha nada! Falou um número aleatório, como poderia ter dito qualquer outro número.

É importante que a população saiba que, se as pessoas não o conhecem, nós o conhecemos. Nós convivemos com ele aqui, por muitos anos. Quando vem o seu porta-voz dizer que o papai está preocupado com os direitos humanos dos médicos cubanos, o povo brasileiro deve ser lembrado de que o papai costumava se referir aos direitos humanos da seguinte maneira: *"Direitos humanos são para o esterco da vagabundagem"*. *"O esterco da vagabundagem"* é a forma como o papai sempre se referiu àqueles que defendem neste País os direitos humanos.

Quando aquele porta-voz vem dizer que o papai está preocupado com os imigrantes, é bom lembrar que, desta tribuna, em várias oportunidades, este disse que, na sua opinião, imigrantes representam a escória da humanidade, a escória da humanidade! E desta tribuna, muitas vezes, defendeu posições carregadas de preconceito e de ignorância, para manifestar a sua verdadeira incapacidade de respeito por aqueles que pensam diferente dele.

A medicina cubana é reconhecida no mundo inteiro como a mais importante medicina na área da saúde da família, da saúde preventiva. Diariamente chegam a Cuba milhares de pessoas do mundo inteiro em busca de tratamento médico de qualidade. Cuba hoje atua em 67 países. Em todos, sem exceção, os médicos e as médicas cubanas desenvolvem um trabalho de excelência e são responsáveis por avanços importantes na redução da mortalidade infantil, de epidemias, de doenças crônicas, assim por diante. Em nenhum outro lugar do mundo, com certeza, os médicos e as médicas cubanas foram ofendidos de maneira vil, como foram agora há pouco desta tribuna, quando se questionou inclusive se são médicos ou médicas. E o Deputado vem à tribuna e diz: *"Eu não sei por que eles quiseram ir embora"*.

Senhores e senhoras, nós estamos assistindo a um discurso que estimula inclusive o ódio contra esses profissionais, questionando a sua capacidade, questionando a sua competência. É bom que se diga que em nenhum momento, em nenhum momento, o Presidente eleito pensou no povo brasileiro, quando adotou as medidas que adotou, para que do País saíssem, de uma hora para outra, 8.500 médicos e médicas.

É bom repetir e lembrar ao povo brasileiro que o Programa Mais Médicos, quando foi criado, foi criado para médicos brasileiros e para médicas brasileiras. Depois, quando diversos editais publicados não conseguiram suprir a falta de profissionais em cidades do interior, em comunidades distantes, em aldeias indígenas, abriu-se a possibilidade da vinda de médicos estrangeiros. Na época, mais de 20 mil vagas foram oferecidas aos médicos brasileiros e brasileiras, que não quiseram ocupá-las!

Portanto, Sr. Presidente, esta atual medida, carregada de preconceito e de ignorância, na realidade fará com que milhares de cidades que hoje dispõem somente dos médicos cubanos fiquem sem atendimento de uma hora para outra. Hoje, 63 milhões de brasileiros e brasileiras são atendidos por esses profissionais. Basta que as pessoas perguntem ao povo, que perguntem a cada cidadão e a cada cidadã qual é a opinião deles sobre o atendimento desses profissionais.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Parlamentar que veio a esta tribuna para defender o papai pode enganar aqueles que não o conhecem, mas nós o conhecemos. E a cada dia vamos assistir aos seus desmascaramentos, porque fazem um discurso absolutamente distinto da sua prática, da sua conduta e da sua história, inclusive dentro desta Casa. Chega a ser ridículo. Posam como pais da moralidade, e a cada novo Ministério indicado surge uma lista de inquéritos e de investigações aos quais respondem.

Quando questionado — *"O senhor não disse que o seu governo não seria composto por pessoas investigadas por crimes?"* —, ele respondeu: *"Mas eu também sou investigado, eu também sou investigado"*. É como se dissesse, portanto: *"Tudo aquilo que eu disse era só para fazer marola em época de eleição, porque eu digo uma coisa, mas faço outra"*.

Para concluir, Sr. Presidente, hoje foi o prazo final na Comissão de Orçamento para que o novo Governo apresentasse propostas de emendas e de alterações da peça orçamentária que vai entrar em vigor no dia 1º de janeiro. Qualquer Prefeito,

Governador ou Presidente da República, quando ganha a eleição, abre um diálogo com o Parlamento para que o Orçamento do próximo ano já seja configurado de acordo com aquilo que o novo governante pensa. Mas por que esse Governo não apresentou nada, nenhuma ideia, nenhuma proposta?

É difícil compreender, mas talvez a explicação esteja na conversa do futuro Ministro da Fazenda com os Senadores, quando aquele futuro Ministro disse: "*Votem o Orçamento que vocês quiserem, porque o orçamento do ano que vem nós vamos fazer depois de eleitos*". Revelou que sequer sabia que a Lei Orçamentária de um ano é aprovada no ano anterior.

Senhoras e senhores, começa muito mal esse Governo. Quanto mais fala, mais fica conhecido; quanto mais fica conhecido, mais decepção gera.

Nós não queremos o pior para o Brasil, mas vamos trabalhar para desmascarar e mostrar ao povo brasileiro quem é esse Presidente eleito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Toninho Pinheiro, por 1 minuto.

O SR. TONINHO PINHEIRO (Bloco/PP - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, justiça seja feita: enquanto a política do Presidente Lula e da Presidente Dilma mataram os hospitais com juros altos, mais de 20% ao ano, o Presidente Temer, com uma medida provisória, já garantiu juros mais baixos para as Santas Casas e os hospitais filantrópicos. O Presidente eleito Jair Bolsonaro vai apoiar esse trabalho, mas nós, todos os Parlamentares, precisamos fazer mais um ajuste.

O Banco Central, a Caixa e o Banco do Brasil estão querendo juros de 9%, mais 3%. Esses 3% não podemos aceitar. Portanto, a luta continua. Precisamos ajudar o Presidente Temer a abaixar ainda mais os juros para salvar vidas nas Santas Casas e nos hospitais filantrópicos, que estão trabalhando a todo vapor.

E o Presidente Bolsonaro, ninguém pode julgá-lo. Vamos aguardá-lo, porque está com toda a boa vontade para começar um trabalho para melhorar a vida do povo brasileiro. E já garantiu apoio incondicional às Santas Casas e aos hospitais filantrópicos. O Brasil tem, sim, pessoas capacitadas para todo lugar. Agora, as Santas Casas e os hospitais filantrópicos não aguentam competir com juros altos, igual fazem as empresas milionárias.

Portanto, fica aqui este apelo para que todos nós, Parlamentares, possamos ajudar o Presidente Temer e o Presidente Bolsonaro a garantir juros mais baixos para as Santas Casas e os hospitais filantrópicos.

Obrigado, Presidente Carlos Manato.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, solicito 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Damião Feliciano, pela Liderança do PDT.

V.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

Em seguida, eu concederei a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que venho a esta tribuna para dizer que hoje estamos celebrando o Dia da Consciência Negra. Vai ser aberta daqui a pouco, pelo Presidente da Casa, a exposição *Zumbi dos Palmares*.

É óbvio e evidente que nós temos aqui no Brasil muito o que celebrar, mas muitas coisas têm que acontecer. Pesquisa feita pelo IBGE aponta que 54% da população se diz negra ou parda, ou seja, a maioria da população brasileira é tida como afrodescendente. Por um lado, isso é muito importante. Ao mesmo tempo, por outro lado, precisamos fazer uma reflexão importante: precisamos avançar mais ainda as políticas públicas que devem ser realizadas principalmente com os afrodescendentes.

Nós sabemos que temos aqui uma política de cotas. As cotas nas universidades conseguiram avançar muito em relação à questão intelectual dos negros. Desde 2004, quando essa política foi adotada, várias universidades brasileiras têm, com eficácia, dado oportunidade a pessoas que não tinham essa possibilidade de crescer intelectualmente. O que significa isso? Significa que o povo brasileiro está fazendo justiça com os afrodescendentes quanto à falta de oportunidades e às desigualdades nos salários.

Refiro-me à desigualdade existente nos salários dos afrodescendentes, dos negros, em relação às outras etnias. Na história do futebol brasileiro, por exemplo, nunca houve um técnico negro conduzindo a seleção brasileira. Há algo pior ainda, Sras. e Srs. Deputados. Nos times das Séries A e B, não há nenhum técnico da nossa etnia afrodescendente. É esse significado que nós precisamos corrigir, porque a sociedade brasileira só vê o negro como atleta. E as mulheres negras ganham um

salário muito menor que o das mulheres brancas neste País. Nós devemos fazer essa correção. O apelo que eu faço é exatamente este: adotemos políticas públicas importantes para os bolsões da periferia.

E, com toda a tranquilidade, apelo ao novo Governo: coloque um Ministro negro na sua equipe. Isso é importante para que seja demonstrada a capacidade intelectual dos negros, a capacidade de ajudarmos a sociedade brasileira. Que tenhamos a oportunidade de contribuir, com temos contribuído, para a ascensão da riqueza deste País.

Eu, por exemplo, tive as minhas dificuldades. Hoje, como médico, naturalmente quero que várias pessoas da nossa cor tenham a oportunidade de ser advogados competentes ou médicos que exerçam com cidadania a sua função, que recebam salários dignos e participem inclusive deste Parlamento. Nós queremos diminuir o Brasil das desigualdades e aumentar o Brasil das oportunidades. Que haja oportunidade para todos. Que haja oportunidade para as mulheres negras, para que possa diminuir o racismo que existe, embutido, na sociedade brasileira.

Esta é a Semana da Consciência Negra, para a qual se montou uma exposição no corredor de acesso a este plenário. Daqui a 15 minutos se fará ali uma cerimônia de homenagem, em que contaremos com a presença do Presidente da Casa. Convido todos os Parlamentares. O Parlamento brasileiro merece!

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Paulo Teixeira votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. JOÃO ARRUDA (MDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado João Arruda votou com o partido.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, votei com o Partido dos Trabalhadores.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria justificar minha ausência na última votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 301;

NÃO: 15;

ABSTENÇÃO: 8.

FOI APROVADO O REQUERIMENTO.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só registrar a presença.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Eu vou conceder 1 minuto, Deputado. Deixe-me apenas verificar se há acordo. Também vou conceder o tempo de Líder ao Deputado Chico Alencar.

Eu quero saber se para o Requerimento de Urgência nº 9.262, de 2018, do Deputado Arthur Lira, há acordo.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA) - O PRB está de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato. PSL - ES) - Há acordo? *(Pausa.)*

Deputado Chico Alencar, eu vou conceder a palavra ao Deputado Ivan Valente. Depois V.Exa. falará, e votaremos o requerimento.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente, por 1 minuto.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dar como lido o nosso pronunciamento sobre o múltiplo ataque contra a educação proporcionado por Bolsonaro. Em primeiro lugar, há a proposta do Escola sem Partido, dos seus seguidores, que é a perseguição do professor, a criminalização do educador brasileiro. É uma intervenção policalesca, com censura e autocensura, contra a liberdade cátedra e a liberdade de organização. Em segundo lugar, há a proposta de ensino à distância. Ele acha que vai combater o marxismo retirando o ensino presencial no nosso País. Vai é degradar a qualidade da escola pública brasileira! Em

terceiro lugar, ele quer ser o censor do ENEM. Que fique registrado o nosso repúdio a essa atitude de Bolsonaro, que quer monitorar e censurar o ENEM.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE.

(Durante o discurso do Sr. Ivan Valente, o Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. JHC, 3º Secretário.)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que o Deputado Antonio Imbassahy, nas votações anteriores, votou acompanhando o partido.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

Em seguida, falará o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado JHC. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores, jovens do Programa Estágio-Visita, não se impressionem, porque aqui nós não temos o hábito de prestar muita atenção ao que o outro fala, o que contraria a ideia própria do Parlamento. Quem sabe nós melhoraremos?

Sejam bem-vindos!

Hoje, 20 de novembro, em nome do PSOL, eu saúdo a resistência negra no Brasil, os 323 anos da morte de Zumbi dos Palmares, uma experiência libertária contra a escravidão, que durou quase um século. A escravidão precisa ser compreendida e estudada, inclusive na escola livre, na escola crítica. Caso contrário, geram-se consciências do tipo da do Presidente eleito, que disse que os portugueses nunca pisaram na África para participar do processo escravocrata. Isso é uma falta de conhecimento histórico básico, elementar. Ou consciências como a do Vice-Presidente eleito, que disse que os negros africanos trouxeram para o Brasil a malandragem, a esperteza, os maus costumes, nesse sentido. Outra rematada bobagem. Portanto, nós precisamos não de uma escola com mordança, mas de uma escola crítica, participativa e inteligente, que discuta todas essas questões.

E, é claro, é preciso falar desse programa pré-lançado, chamado "Menos Médicos". O Programa Mais Médicos é exitoso. Tem 18.240 vagas para que médicos, brasileiros ou não, trabalhem ali onde o atendimento básico, as unidades básicas de saúde, os médicos de família e a prevenção são mais necessários. No entanto, agora estamos diante dessa realidade. Os 8.382 médicos cubanos foram elogiados em reportagens insuspeitas do jornal *O Estado de S. Paulo* e do jornal *O Globo*, fazem um trabalho de dedicação. Não são nada comunistas infiltrados, agentes secretos do Exército cubano. Isso é cabeça delirante da guerra fria.

Preciso também informar aos desinformados — por uma escola ruim, talvez — que a guerra fria já acabou e que, na verdade, de 24 milhões a 29 milhões de pessoas que precisam desse programa estão sofrendo. Isso é o fundamental na discussão desse programa.

Agora o Governo apressadamente faz uma convocação, no improviso, para não gerar o caos, que já começou a se manifestar. Em Embu-Guaçu, na região metropolitana de São Paulo, não há mais nenhum médico. Havia quatro médicos cubanos, que já não estão indo mais para a Unidade Básica de Saúde. Em Mesquita também, na região metropolitana do Rio de Janeiro, a crise é real. E a dor e o sofrimento do povo estão patentes. Eu até torço para que essa convocação às pressas funcione, mas não vai funcionar.

Por fim, falam que os médicos cubanos só recebiam uma parte da sua remuneração. Eles têm uma outra concepção de medicina, inclusive sobre retribuição ao Estado, que os educou e formou. É de se perguntar: será que o capitalismo, no programa de plano de saúde, não explora os médicos?

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Gonzaga Patriota votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Eu consulto mais uma vez os Srs. Líderes sobre se há acordo no requerimento de urgência. Há acordo? *(Pausa.)*

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Magalhães, na votação anterior, votou com o partido.

A SRA. NORMA AYUB (DEM - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Norma Ayub votou com o partido.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT tem acordo. Nós vamos avaliar depois o mérito, obviamente, mas, do ponto de vista da urgência, nós temos acordo para aprovar este requerimento de urgência.

Obrigado.

O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria só justificar. Estive acompanhando o Ministro, chegamos agora. Se eu estivesse aqui, teria acompanhado a decisão do MDB nas duas votações anteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Sobre a mesa o Requerimento de Urgência nº 9.262, de 2018, com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do Art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 549, de 2018, que "Acrescenta o § 3º ao art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios".

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2018.

Deputado Arthur Lira

Líder do Progressistas

Em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (Pausa.)

APROVADO.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Reginaldo Lopes votou de acordo com a orientação partidária.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para justificar a minha ausência, digo que acompanharia na primeira urgência a orientação do PSB, caso aqui eu estivesse.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Nós temos outro requerimento de urgência, este do Deputado Simão Sessim:

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do Art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 10.998, de 2018, que "Altera a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio".

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2018.

Deputado Simão Sessim

PP-RJ

Eu consulto S.Exas. os Srs. Líderes. O requerimento dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Trata-se do Requerimento de Urgência nº 9.263, de 2018. Consulto as Lideranças.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Simão Sessim poderia rapidamente se pronunciar sobre a proposta que apresentou?

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Convido o Deputado Simão Sessim para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trata-se de um projeto que apresentei para desimpedir a Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, para que possa fazer a produção de vacinas e de outros bens da saúde e possa vendê-los para o exterior sem prejuízo, sem arcar com qualquer problema junto à iniciativa privada.

A Fundação vai vender para órgãos internacionais. Para V.Exa. ter uma ideia da urgência, há um pedido da Organização Mundial da Saúde — OMS de 6 milhões de vacinas, agora, para atender ao clamor internacional com relação à febre amarela. Nós estamos dando condições à Fundação Oswaldo Cruz para produzir e possa vender, no exterior, o que hoje não

pode fazer. E, o que é mais importante, 30% dos recursos que vão ser adquiridos por ela serão empregados no incremento da ciência e da tecnologia da Fundação e das universidades superiores.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que este é um projeto contra o qual não há quem possa se posicionar. É uma entidade respeitada no Brasil e no exterior. A FIOCRUZ tem hoje um *know-how* reconhecido no mundo, e a OMS a tem requisitado, pois esse *know-how* não pode ser adquirido no exterior.

Por isso, nós fazemos um grande apelo à nossa querida Deputada Alice Portugal, para que defenda que façamos a votação por consenso. Não será preciso e acho não vai haver quem peça que a votação seja nominal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Agradeço ao Deputado Simão Sessim.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues e, logo depois, o Deputado Afonso Motta.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero manifestar, em nome do PSOL, a posição favorável à proposta do Deputado Simão Sessim e dizer que a Fundação Oswaldo Cruz é referência mundial. É uma das mais importantes instituições do sistema de ciência e tecnologia do Brasil. Forma mestres e doutores. Recebe pessoas do mundo para estágios de pós-doutorado. Produz ciência e tecnologia, inclusive vacinas. Essa medida é muito positiva para afirmar o papel do Brasil como produtor do conhecimento técnico-científico.

Mais ainda, a FIOCRUZ é uma das instituições que tem mostrado o erro de se ampliar o uso de agrotóxico, o veneno, no alimento do povo brasileiro.

Parabéns, Deputado Simão Sessim!

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Deputado Afonso Motta, peço que fale rapidamente, porque se vai encerrar a votação.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria da última urgência não estava na pauta. Há pouco conhecimento dela, por parte do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Perfeito. Por isso, nós só vamos colocá-la se houver acordo dos demais Líderes. Se não houver, nós não a colocamos. Por isso pedimos esclarecimentos ao Deputado Simão Sessim. Acredito que foram suficientes.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Sr. Presidente JHC...

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Por favor, Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Essa relação direta com o segmento, a bancada do PCdoB, o nosso Líder Orlando Silva, a Deputada Jandira Feghali e com a FIOCRUZ, pelo seu nível alto de excelência na produção de fármaco, na produção de vacinas, na pesquisa científica no caso de doenças tropicais, nós entendemos que esta urgência é necessária e meritória. Depois, ajustaremos qualquer detalhe, para que não haja qualquer tipo de dúvida sobre a natureza pública e gratuita das ações desta instituição pública brasileira de pesquisa.

O PCdoB está de acordo.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Paulão votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Passo a palavra ao Deputado Alex Canziani, pela Liderança.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós tivemos hoje um evento importante que, sem dúvida alguma, é um dos eventos pelos quais a Comissão de Educação tem grande carinho e grande apreço: a entrega do Prêmio Darcy Ribeiro.

A Comissão recebe várias indicações e escolhe dez entre elas, depois, faz a escolha das três que receberão o prêmio.

O Deputado Danilo Cabral presidiu hoje a solenidade de entrega do Prêmio Darcy Ribeiro, juntamente com V.Exa., Deputado JHC, que estava representando a Mesa. O Ministro Rossieli estava presente e também vários Deputados, inclusive, os autores das indicações.

Recebeu o prêmio o CONSED — Conselho de Secretários Estaduais de Educação, indicado pela Deputada Profa. Dorinha, a quem parabenizamos pela indicação. Por uma proposição do Deputado Diego Garcia, foi premiada a Escola Mundo do Balão Mágico, que faz uma ação inovadora na cidade de Londrina.

Estamos no Biênio da Matemática, uma lei que o Congresso aprovou — primeiro, a Câmara e, depois, o Senado — e foi sancionada pelo Presidente da República. O Brasil viveu os dois maiores eventos da matemática no mundo, e nós tivemos a oportunidade de ver uma experiência do Piauí, Deputada Dorinha, que mostrou como se pode fazer a diferença. Numa escola no Sertão do Piauí, com todas as dificuldades do interior de um Estado pobre, nós vimos a capacidade de professores, de líderes que querem mudar a realidade de sua cidade e de sua região. Trata-se de uma escola do interior que, se não me falha a memória, já ganhou 132 medalhas na Olimpíada de Matemática. Esse é um exemplo para o Brasil.

Quantas vezes acreditamos que é preciso fazer uma série de coisas para melhorar a educação, e nós temos um exemplo como esse? Com um trabalho dedicado, a união de pessoas e a iniciativa de um professor que foi seguida por outros professores, desenvolveu-se um trabalho notável pela educação naquele Município do interior do Estado do Piauí.

Quero parabenizar o Deputado Átila Lira e Deputada Rejane Dias, proponentes da indicação dessa escola que também recebeu a premiação. Sem dúvida, para todos nós esse é um exemplo de que é possível sim mudar a realidade, por intermédio de pessoas determinadas e competentes.

Há mais um detalhe que, na minha visão, Deputado Danilo, faz toda a diferença. Essa é uma escola de tempo integral. Este é um grande trabalho que nós temos que desenvolver no País: educação em tempo integral. Os alunos devem ficar mais tempo na escola, para o aprendizado, para a convivência, porque isso faz toda a diferença na educação da nossa juventude.

Então, Sr. Presidente, eu queria deixar registrados aqui os nossos cumprimentos à Comissão de Educação; à Secretária Eugenia e a todos os servidores da nossa Comissão; ao Presidente, o Deputado Danilo, pelo trabalho que vem fazendo; aos Deputados que propuseram as homenagens. Parabenizo especialmente as escolas agraciadas e o CONSED, pelo reconhecimento que receberam nesta que é a maior homenagem prestada pela Comissão de Educação. Está de parabéns a nossa Comissão pelo belo trabalho.

Sr. Presidente, eu também gostaria de tecer alguns comentários sobre uma lei importante que vai fazer 10 anos no dia 29 de dezembro de 2018. Refiro-me à lei que criou os institutos federais. E eu tive o privilégio, Deputado Afonso, de ter sido o Relator do projeto de lei que criou os institutos federais no Brasil. Já temos mais de 500 institutos espalhados pelo Brasil, sendo 25 deles no meu Estado, o Paraná.

Quero render minhas homenagens também ao nosso Reitor Zanatta, pelo belo e competente trabalho que vem fazendo à frente do Instituto Federal do Paraná. Desejo que nós tenhamos cada vez mais essa rede organizada, levando educação e oportunidades para os jovens no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade e parabenizar V.Exa. por ter estado na solenidade e pela fala que fez em nome de nosso Presidente Rodrigo Maia. É dessa maneira que nós vamos construir um país com melhores oportunidades para os nossos cidadãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Atendendo a um apelo da Deputada Carmen Zanotto e também fazendo uma deferência toda especial aos alunos do Programa Estágio-Visita, eu convido todos, de uma forma cortês, a virem ao plenário da Câmara dos Deputados, já que nós estamos numa sessão tranquila.

O SR. JONY MARCOS (PRB - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Jony Marcos acompanhou o partido nas duas últimas votações.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Vicentinho votou com a bancada na segunda votação.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu votei com a bancada nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Com a palavra o Deputado Fabio Garcia.

O SR. FABIO GARCIA (DEM - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, chegou à Casa há pouco tempo a Medida Provisória nº 855, de 2018, que trata de medidas a serem realizadas para viabilizar a privatização de algumas distribuidoras de energia, em especial, no Norte do País. É extremamente necessário que se possa viabilizar a privatização dessas distribuidoras, porque elas custam caro ao País e aos consumidores de energia, além de prestarem um serviço precário.

Porém, Sr. Presidente, na medida provisória existe a possibilidade de que os consumidores de energia tenham que fazer um auxílio financeiro, para tornar viáveis essas privatizações. E eu aviso, desde já, que isso não poderá passar. Nós não podemos jogar nas costas do consumidor brasileiro uma ajuda financeira para possibilitar a privatização de empresas de energia elétrica localizadas no Norte do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Geovania de Sá votou com o partido nas duas votações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte:

Of. nº 530/18-CN

Brasília, em 14 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 845, de 2018, que "Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário".

À Medida foram oferecidas 19 (dezenove) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2018 (CM MPV nº 845, de 2018), que concluiu pelo PLV nº 30, de 2018.

Esclareço a Vossa Excelência que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.

Atenciosamente,

Senador Eunício Oliveira

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Até que se dê o quórum da próxima sessão, já que estamos encerrando esta sessão, a Mesa vai receber também a lista de inscrição.

Tem a palavra o Deputado Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas quero justificar que o Deputado Danilo Cabral votou com partido nas votações anteriores.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra para um registro.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Pois não, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo pela sua ação na defesa da obrigatoriedade do pagamento da parte dos precatórios aos professores brasileiros. Quero me associar a V.Exa., tenho também encaminhado essa luta e observado a sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Obrigado, Deputada Alice.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Segundo, Sr. Presidente, hoje nós tivemos conhecimento de que, no início desta semana, cerca de 400 milhões de reais serão retirados pelo Governo Federal das universidades federais para pagamento de dívidas com pessoal, como aposentadorias de servidores. Foram cancelados pagamentos de parcerias e investimentos em estrutura, como laboratórios e bibliotecas.

A novidade, que deixou a comunidade universitária em polvorosa, está na Portaria nº 9.420, de 2018, da Secretaria de Orçamento Federal, que autoriza a mudança de destinação nas fontes de recursos e possibilita ao Governo Federal fazer essa transação.

A ANDES e a FASUBRA têm condenado essa portaria do Ministério do Planejamento. De acordo com o Secretário-Executivo da ANDIFES, o Sr. Gustavo Balduino, a legalidade da portaria é discutível, pois ela fere a autonomia das universidades.

O Governo Temer prepara o terreno, faz a terraplanagem, para que o próximo Governo, autoritário, intervenha a favor da privatização das universidades. Mas as universidades reagirão!

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - O pedido de V.Exa. será atendido, Deputada.

Tem a palavra o Deputado Fabio Garcia, a quem ouço com muita atenção.

O SR. FABIO GARCIA (DEM - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar para parabenizar o Deputado Federal Mandetta pela sua indicação ao Ministério da Saúde. Aproveito para parabenizar também a Deputada Tereza Cristina pela indicação ao Ministério da Agricultura.

Não fosse a qualidade dos dois futuros Ministros, que são do Estado de Mato Grosso do Sul, indicados pelo Governo Bolsonaro, nós do Estado de Mato Grosso iríamos reclamar também um espaço no Governo. Mas nos sentimos contemplados pela indicação dos dois conterrâneos, pela qualidade que têm a Deputada Tereza Cristina e o Deputado Mandetta. E tenho certeza de que eles não se esquecerão do nosso Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSIAS GOMES (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Josias Gomes, na última votação, votou conforme orientação do PT.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 20 de novembro, às 20 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Medidas Provisórias nºs 845 e 846, de 2018. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 59 minutos.)

DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ERON BEZERRA.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ANTONIO BULHÕES.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MÁRCIO MARINHO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO BILAC PINTO.